

Turismo e Actividades de Lazer na Natureza, o Enquadramento nos Programas de Financiamento

Caso De Estudo: Valongo



Relatório para obtenção do grau de Mestre em Riscos Cidades e Ordenamento do
Território – Variante Políticas Urbanas e Ordenamento do Território – Área de
Formação Profissional

Marco Alexandre Marques Lopes

Licenciado

Orientação : Professor Doutor Luís Paulo Martins

Co – Orientação : Professora Doutora Teresa Sá Marques

Turismo e Actividade de Lazer na Natureza, O Enquadramento nos Programas de Financiamento

CASO DE ESTUDO: Valongo

**MESTRADO EM RISCOS, CIDADES E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,
RAMO POLÍTICAS URBANAS 2010/2011**

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



+351-22- 6077189



+351-22- 6077194



dg@letras.up.pt



<http://www.letras.up.pt>

As reproduções parciais deste documento são autorizadas desde que mencionada o Autor e referenciado o Mestrado de Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, 2010/2011 - Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Qualquer responsabilidade legal referente ao teor da informação ou erros e omissões são da responsabilidade do autor.

Documento produzido a partir da versão electrónica fornecida pelo Autor.

Listagem de acrónimos e siglas

ADRITEM Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria

ADXTUR Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto

CCDR-N Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CMV Câmara Municipal de Valongo

COM Comissão Europeia

DGEG Direcção Geral de Energia e Geologia

EDM Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA

EU União Europeia

FEADER Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Regional

FEDER Fundo de Desenvolvimento Regional

FEP Fundo Europeu das Pescas

FSE Fundo Social Europeu

ICNB Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

OMT Organização Mundial do Turismo

ON2 Programa Operacional Regional, o Novo Norte

PAT Programa de Acção Territorial

PDM Plano Director Municipal

PDR Programa de Desenvolvimento Rural

PENT Plano Estratégico Nacional de Turismo

PIC Programa Quadro de Inovação e Competitividade

PIT Programa de Intervenção do Turismo

PNPOT Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

POFC Programa Operacional de Factores de Competitividade

POPH Programa Operacional de Potencial Humano

PortoeNorte Turismo do Porto e Norte de Portugal, Entidade Regional

POVT Programa Operacional de Valorização do Território

PRODER Programa de Desenvolvimento Rural

PROT-Norte Plano Regional de Ordenamento do Território Região Norte

PROVERE Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos

QREN Quadro de Referência Estratégico Nacional

RJIGT Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial

SI I&DT Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas,

SI Inovação Sistema de Incentivos à Inovação

TP Turismo de Portugal

Índice

Resumo	i
Abstrat	ii
Agradecimentos	iii
1. Introdução.....	1
1.1 Enquadramento e objecto de Estudo.....	1
1.2 Objectivos do Estudo	3
1.3 Esquema Conceptual e Metodologia	4
2. Enquadramento Teórico	9
2.1 Turismo	9
2.2 Planeamento em Turismo e Ordenamento do Território	11
2.3 Turismo e Desenvolvimento Sustentável.....	16
2.4 O Turismo nas políticas da U.E	19
2.5 A Política Nacional de Turismo.....	23
2.6 A Política Regional de Turismo.....	33
2.7 Turismo de Natureza.....	46
2.8 Programas Financiamento Período programação Comunitária 2007-2013	55
2.8.1 <i>Quadro Referência Estratégico Nacional (QREN)</i>	55
2.8.2 <i>ON2</i>	60
2.8.3 <i>PRODER</i>	66

2.8.4 <i>PROVERE</i>	75
2.8.5 <i>LIFE+</i>	76
2.8.6 <i>Pós 2013</i>	77
3. Caso de Estudo: Valongo	81
3.1 As Competências Municipais em Turismo	82
3.2 Turismo em Valongo	87
3.2.1 <i>Elementos Turísticos Naturais no PDM</i>	88
3.2.2 <i>As Serras de Valongo</i>	92
3.2.2.1 <i>Processo de Classificação</i>	92
3.2.2.2 <i>Projectos Desenvolvidos</i>	94
3.2.2.3 <i>Oportunidades de Desenvolvimento</i>	100
3.3 Visões, Vivências e Percepções	108
3.3.1 <i>O Papel das Autarquias: A visão Política</i>	109
3.3.2 <i>Turismo e Desenvolvimento: A Visão externa às organizações</i>	121
3.3.3 <i>O Turismo e Ambiente, Parcerias que resultam?</i>	127
4 Conclusões	135
Bibliografia	140
Anexos	146

INDICE DE TABELAS

TABELA 1 EIXOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA EUROPEIA DE TURISMO.....	22
TABELA 2 CHEGADAS TURISMO, EM MILHÕES	25
TABELA 3 CONSUMO DE TURISMO NO TERRITÓRIO ECONÓMICO.....	25
TABELA 4 CONSUMO DE TURISMO NO TERRITÓRIO ECONÓMICO, EM % DO PIB.....	26
TABELA 5 MEIOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICOS COLECTIVOS	26
TABELA 6 PROJECTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PENT	27
TABELA 7 EIXOS E PROGRAMAS DE ACÇÃO PENT 2.0	31
TABELA 8 ACÇÕES A IMPLEMENTAR PELA REVISÃO DO PENT	32
TABELA 9 DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO DAS ENTIDADES DE TURISMO.....	37
TABELA 10 VANTAGENS COMPARATIVAS DO MODELO DE ENTIDADES REGIONAIS DE TURISMO	37
TABELA 11 ORIENTAÇÕES NORTE 2015 PARA O TURISMO DE NATUREZA E AVENTURA ..	40
TABELA 12 EIXOS PRIORITÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO NORTE	44
TABELA 13 ORIENTAÇÕES DE PROMOÇÃO DO TURISMO NATUREZA	45
TABELA 14 PIRÂMIDE EMOCIONAL DO TURISTA DE NATUREZA	53
TABELA 15 ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO TURÍSTICO-AMBIENTAL	54
TABELA 16 EIXOS PRIORITÁRIOS	61
TABELA 17 EIXO PRIORITÁRIO I - COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO	61
TABELA 18 EIXO PRIORITÁRIO II - VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DE RECURSOS ESPECÍFICOS.....	62
TABELA 19 EIXO PRIORITÁRIO III - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL	62
TABELA 20 EIXO PRIORITÁRIO IV - QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO.....	63
TABELA 21 EIXO PRIORITÁRIO V - GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL.....	63
TABELA 22 EIXO PRIORITÁRIO VI - ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	63
TABELA 23 ALOJAMENTO TURÍSTICO DENTRO DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA.....	68
TABELA 24 DESPESAS ELEGÍVEIS, ACÇÃO 3.1.1 PRODER	68
TABELA 25 ALOJAMENTO TURÍSTICO FORA DA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA	69
TABELA 26 DESPESAS ELEGÍVEIS, ACÇÃO 3.1.2 PRODER	70
TABELA 27 TIPOLOGIAS DE PROJECTOS APOIADOS DE ACTIVIDADES DE LAZER DENTRO DE EXPLORAÇÕES	71
TABELA 28 TIPOLOGIAS DE ACTIVIDADES DE LAZER FORA DE EXPLORAÇÕES	71
TABELA 29 TIPOLOGIAS ACTIVIDADES DE LAZER, PRODER	71
TABELA 30 TIPOLOGIAS DE ACÇÃO SOCIAL	72
TABELA 31 VALORIZAÇÃO DE PATRIMÓNIO RURAL.....	72
 TABELA 32 DESPESAS ELEGÍVEIS VALORIZAÇÃO PATRIMÓNIO RURAL	73
TABELA 33 METAS NORTE 2020.....	78
TABELA 34 PRIORIDADES ESTRATÉGICA NORTE 2020.....	79
TABELA 35 LINHAS DE ACÇÃO PLANO TURISMO NORTE 2020	80
TABELA 36 COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS.....	84

TABELA 37 EIXOS ESTRATÉGICOS IDENTIFICADOS NA REVISÃO DO PDM.....	101
-------------------------------------------------------------------	-----

INDICE DE FIGURAS

FIG. 1 - ELEMENTOS TURÍSTICOS NORTE 2015	39
FIG. 2- PERSPECTIVA DO PROT- NORTE FACE AO TURISMO REGIONAL	43
FIG. 3 - PERFIL DOS TURISTAS DE NATUREZA	49
FIG. 4 - MOTIVAÇÕES DOS TURISTAS DE NATUREZA.....	50
FIG. 5 - FACTORES CHAVE DO TURISMO DE NATUREZA.....	51
FIG. 6 - STAKEHOLDERS DO TURISMO DE NATUREZA.....	52
FIG. 7 - ESQUEMA DO PROGRAMA 3, PRODER	74

Resumo

O Turismo apresenta-se como uma actividade competitiva e com potencial económico para o país. A sua relevância como motor de crescimento e de desenvolvimento é notória à escala Nacional, Regional e Local.

Face ao efeito na competitividade da economia, o Turismo integra os diferentes instrumentos de Política e Estratégia Nacional.

O Turismo em geral e o Turismo de Natureza em particular desenvolvem uma relação peculiar com o território, os seus recursos, a sua preservação e valorização ambientais. Esta relação com o território, confere aos Municípios um duplo papel, de promotor de desenvolvimento local e de entidade responsável pela gestão territorial.

Neste trabalho, pretende-se fazer uma análise de enquadramento político-legal do Turismo de Natureza nos diferentes instrumentos de Política Nacional, Regional e Local, designadamente ao nível dos instrumentos de financiamento no período regulado pelo QREN 2007/2013.

Apresenta-se uma reflexão, com base na vivência pessoal em contexto de trabalho e na visão de diversos agentes de mercado, decisores políticos, consultores, técnicos e associações, sobre qual será o papel dos Municípios no desenvolvimento do Turismo de Natureza.

Como caso de estudo apresenta-se uma análise do Município de Valongo, que pelas suas características urbanas em paralelo com condições naturais favoráveis ao desenvolvimento de actividades de Turismo e de Lazer na Natureza, se afigura como um caso particular no seio dos Municípios com potencial turístico neste domínio.

Palavras-Chave: Turismo, Turismo de Natureza, Programas de Financiamento, Valongo

Abstrat

Tourism is recognized as a competitive activity with economical potential in our country. Its relevance as a growth and development trigger is remarkable, as well in the National, as in the Regional and in the Local scale.

Given such strong impact in the economy's competitiveness, Tourism is contemplated in several documents of National Strategy and Policy.

Tourism, in general, and Nature Tourism in particular, establish a very close tie with the territories, its resources, and therefore, with environmental preservation and valorization. This territorial approach, confides to the municipalities a double role of promoting local development and managing land planning.

The aim of this project is to analyze the political and legal framework of Nature Tourism, through the several National, Regional and Local Policy documents, particularly the fund structures available in the period regulated by the European program QREN 2007/2013.

This research is based on life experience in work environment, and in the analysis of different market actors' perspective, as well as governments', consulters', professionals' and associations' perspective of which will be the future role of the municipalities in the development of Nature Tourism.

The study case is the Valongo Municipality, which, for its urban characteristics allied to its natural conditions, is very suitable for the development of Nature Tourism activities, and therefore, Valongo is a municipality with particular touristic potential in this field.

Key words: Tourism, Nature Tourism, Public Funding, Valongo

Agradecimentos

A realização deste estudo não seria possível sem a colaboração e apoio de um conjunto alargado de entidades e pessoas.

Queria deixar um profundo agradecimento a toda a equipa da Câmara Municipal de Valongo que me acolheu e com quem colaborei directamente, em especial aos elementos da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social, Dra. Eunice Neves, Dra. Mónica Silva e Dr. Rui Pedro Martins que para além de disponibilidade e apoio total transmitiram-me uma visão transversal do funcionamento de uma autarquia e me inculcaram um espírito crítico, pró-activo, inovador e resiliente.

Agradeço a colaboração do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida da Câmara Municipal de Valongo, Dra. Clara Poças e Eng.º Manuel Neves pela troca de informação e visitas de campo efectuadas.

A recolha de visões dos diversos agentes não seria possível sem a disponibilidade e colaboração dos mesmos. Assim cumpre-me agradecer de forma pública a todos os que responderam às solicitações: Professor António Figueiredo, Professor Paulo Pinho, Dr. Ricardo Luz, Dr. Melchior Moreira, Dr. Júlio Meirinhos, Dr. Carlos Ferreira, Dr. Nuno Quental, Dr. Serafim Silva, Dr. Nuno Oliveira, Dra. Cecília Meireles, Dr. João Paulo Baltazar, Dr. Mário Fontemanha, Paulo Campos, Victor Gandra e Dr. Nuno Fazenda.

Agradeço ao Arq. Jorge Mangorrinha a sua visão sobre o domínio temático bem como o conjunto de actividades turísticas que o seu Comissariado do Centenário do Turismo em Portugal proporcionou ao longo deste ano.

Um agradecimento pela amizade, companheirismo e espírito de entreajuda a todos os colegas do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, designadamente à Vera pelo apoio dado desde o *Abstract* até à Conclusão, à Susana pela disponibilidade e acompanhamento na descoberta do território e de outros domínios científicos, à Eduarda pela partilha de fotos, à Ana pelo interesse e estado de prontidão demonstrado, ao Diogo pelas informações, reflexões e participações nos

diversos eventos geográfico, à Madalena pelo seu contributo “turístico-mineiro” e à Maria João POR TUDO!

Agradeço à Dra. Alice Ribeiro todo o apoio dado durante o meu percurso académico na Faculdade de Letras e à Directora do Mestrado, Professora Doutora Ana Monteiro, pela anuência do contrato de mobilidade interna estabelecido com a Faculdade de Direito da Universidade do Porto que permitiu a frequência da Pós Graduação em Direito do Urbanismo e das Autarquias Locais, experiência essencial para adquirir uma visão jurídica.

E em especial agradeço aos Professores que me orientaram, Professor Doutor Luís Paulo Martins e Professora Doutora Teresa Sá Marques, a sua capacidade de ir mais além da mera orientação académica, transmitindo visões e reflexões sobre o nosso papel, as nossas decisões e a capacidade que temos de determinar o nosso percurso pessoal, académico e profissional.

Obrigado.

Continua-se a entender cidade como Centro Histórico e campo como Aldeia Típica. Tudo o resto se desconhece, se evita e se denomina por conceitos vagos. É para ultrapassar isso que a Geografia é importante.

Álvaro Domingues (2011), Geógrafo

1. Introdução

O turismo não é apenas importante pelas vantagens directas que cria, mas também pelos efeitos multiplicadores e indutores que tende a provocar nos espaços onde se desenvolve.

Aníbal Cavaco Silva (2007) in Turismo em 2007, IPDT

1.1 Enquadramento e objecto de Estudo

Este estudo integra-se no Mestrado de Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, variante Políticas Urbanas, área de formação profissional.

O turismo, cujo desenvolvimento se reflecte ao nível do efeito económico, ambiental e social, é uma actividade que se apresenta com uma interligação muito forte com o território, sendo um fenómeno com carácter de estudo transdisciplinar e multidisciplinar.

A abordagem aplicada ao Turismo neste estudo e por parte da Geografia assume um carácter híbrido, na medida em que, sendo o Turismo um dos domínios temáticos de excelência do Mestrado em Riscos Cidades e Ordenamento do Território é possível analisar o fenómeno à luz das Políticas Urbanas, de desenvolvimento local, de desenvolvimento regional ou de políticas ambientais. Assim pretende-se analisar, sob o ponto de vista económico, jurídico e organizacional, o Turismo e as Actividades de Lazer na Natureza, ao nível do seu enquadramento nos Programas Comunitários de Financiamento no período 2007-2013 e do papel dos Municípios enquanto agentes reguladores do território.

O desenvolvimento de actividades de Turismo de Natureza parte de uma necessidade crescente (de informação, de conhecimento, de procura, de identidade, de mudança de valores, ...) das pessoas se encontrarem com a Natureza.

O turismo contemporâneo é um grande consumidor de Natureza e “verde” e “foge dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos procurando o equilíbrio psico-físico em contacto com os ambientes naturais durante o seu tempo de lazer” (Ruschamann, 2008:9). Este aumento de procura implica uma eficiente planificação dos equipamentos de apoio a actividades turísticas e de lazer, de modo a evitar os efeitos negativos nos recursos naturais. O equilíbrio entre os interesses económicos e a preservação do meio ambiente depende de valores subjectivos (Ruschamann, 2008:11).

Paralelamente assiste-se a uma procura por parte de agentes especializados que procuram a Natureza para fins de estudo. Em ambos os casos a motivação está nos elementos da Natureza sendo essencial o seu valor, o que condiciona à partida a localização da prática das actividades. Assim a qualidade e a preservação desses elementos e de toda a envolvente assume-se como um factor crítico de sucesso, matéria onde os Municípios, podem e devem, estando inclusivamente obrigados por lei a intervir. Como empírica, apresenta-se uma análise do Município de Valongo. A escolha decorre da realização de um estágio no Gabinete de Estudos e Candidaturas da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social. Sendo um Concelho predominantemente urbano da Grande Área Metropolitana do Porto destaca-se pelas características geomorfológicas que o colocam como um destino com potencialidades para o desenvolvimento de actividades de Turismo e Lazer na Natureza num contexto urbano.

1.2 Objectivos do Estudo

Com este estudo pretende-se reflectir o enquadramento do Turismo de Natureza nas Políticas de Turismo, à escala Europeia, Nacional, Regional e Local e o seu relacionamento com o Ordenamento do Território.

Sendo os recursos financeiros públicos escassos, os Programas de Financiamento Comunitário afiguram-se como janelas de oportunidades na alavancagem de iniciativas, justificando-se a análise dos Programas de Financiamento com tipologias de investimento que se enquadrem nas acções relacionadas com Turismo de Natureza com o objectivo de sintetizar as fontes de financiamento disponíveis.

Neste trabalho são ainda apresentadas, de forma breve, as principais correntes de Marketing Territorial na medida em que o domínio temático do Marketing Estratégico, está relacionado com o Turismo, numa lógica de comunicação e imagem.

A exploração e identificação de oportunidades estratégicas de Turismo para o Município de Valongo, designadamente na vertente de Turismo de Natureza apresenta-se como um objectivo deste estudo, dado o efeito que potencia em termos de competitividade do território e qualidade de vida na perspectiva tanto de visitantes como de residentes e para o próprio desenvolvimento do município.

No final, com este estudo, espera-se contribuir com um documento com uma marcada vertente técnica que sirva de apoio à tomada de decisão político-estratégica por parte dos decisores. Em termos pessoais é uma oportunidade para o aprofundamento de algumas competências e para melhorar o conhecimento sobre as instituições ligadas ao sector.

1.3 Esquema Conceptual e Metodologia

Para abordarmos a temática em causa e de modo a atingir os objectivos propostos segue-se uma descrição das principais linhas metodológicas implementadas, com plena consciência que não existe uma única via de investigar mas sim múltiplos caminhos que requerem uma constante avaliação e reavaliação dos percursos e opções possíveis.

Encara-se este processo como uma espécie de viagem, aproveitando todos os momentos para aprender e apreender as realidades, novas ou revisitadas, sendo uma oportunidade de experimentar novas linhas de pensamento e de actuação.

Através da pergunta de partida “ Qual é o papel dos Municípios no Planeamento, Implementação e Desenvolvimento de uma Estratégia de Promoção Turística ”, apresenta-se um conjunto diversificado de vias de investigação. Sabe-se que numa fase inicial a pergunta de partida surge com um espectro ainda um pouco alargado. No entanto segundo Quivy (2008:34) é fundamental que reúna as qualidades de clareza, exequibilidade e de pertinência, assim espera-se que esta pergunta de partida seja o mote da investigação que nos conduza a focos temáticos mais específicos. A temática enquadra-se na discussão actual das competências Municipais e integra o conjunto de linhas estratégicas das diversas agendas políticas de desenvolvimento. Assim prevê-se uma utilidade e aplicabilidade dos resultados da investigação no contexto da acção municipal em prol do desenvolvimento da actividade turística.

Após a formulação da pergunta de partida é necessário passar à fase de exploração, no caso concreto a exploração compreende dois momentos e formas de acção distintas. A primeira fase baseia-se na revisão de literatura, nomeadamente documentos das políticas de turismo e dos programas de financiamento comunitário. A segunda fase aborda um caso de estudo, em que a exploração passa por um contacto directo fruto do estágio profissional desenvolvido.

A elaboração da problemática, em que, a partir de todos os elementos recolhidos na fase da exploração, se pretende fazer o balanço das perspectivas e definir uma problemática

que permita a construção de um modelo de análise, em que seja possível construir as hipóteses e relacionar os conceitos com as hipóteses (Quivy, 2005:89), e simultaneamente permita fazer um distanciamento das informações recolhidas e construir uma nova abordagem conceptual de acordo com a percepção da realidade. No caso concreto, as hipóteses estarão muito condicionadas com a realidade específica em análise, desde a disponibilidade de recursos, o modelo de governação ou o pensamento estratégico.

As hipóteses definidas passam por colocar para debate três questões de base: “Poderá um município agir como agente de turismo ao nível da oferta?”; “O investimento na valorização do território e qualidade de vida dos cidadãos reflecte-se na actividade turística?”, “Será possível potenciar a actividade turística com recurso aos programas de financiamento comunitário?”.

A discussão proposta ao longo deste estudo encontra-se estruturada em três partes. A primeira parte, de Enquadramento Teórico faz uma apresentação do conceito do Turismo e Actividades de Lazer no âmbito das diversas políticas de turismo, à escala europeia, nacional e regional. O recurso a diplomas legais e documentos estratégicos afigura-se essencial, para uma normalização de conceitos. Assim faz-se uma análise e síntese dos documentos estratégicos comunitários, dada a importância do turismo ao nível do desenvolvimento regional bem como de áreas como emprego, ambiente, segurança, entre outras. Existe uma preocupação conjunta dos estados membro da EU em definir linhas estratégicas orientadoras sobre o turismo a aplicar nos respectivos países. Ao nível Nacional destaca-se na política do turismo, o Plano Estratégico Nacional de Turismo, objecto de ajustamentos pontuais e em processo de revisão intercalar desde Fevereiro de 2011.

Ao nível regional, resultante da Agenda Regional do Turismo, o Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal, decorrente da focalização específica em Turismo de Natureza, aborda-se o conceito, as distintas modalidades e o respectivo enquadramento legal. São introduzidas igualmente considerações sobre, a dimensão da sustentabilidade, que apesar de ser transversal a toda a actividade turística e cada vez mais a toda a actividade humana, encontra nesta prática de turismo, um reflexo maior.

Dado que o objectivo do estudo integra a vertente económica, dos financiamentos de acções públicas, apresenta-se uma segunda parte sobre o Período de Programação Comunitária 2007-2013, o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), designadamente com uma síntese dos seus objectivos, instrumentos e modo de operacionalização. Face à escolha específica de um município, opta-se por fazer uma abordagem do Programa Operacional Regional, Novo Norte dada a sua aplicabilidade a Valongo. Aborda-se também os Programas Operacionais Nacionais, nomeadamente o Plano Operacional Valorização do Território, na medida em que, tem aplicabilidade em domínios relacionados. Da mesma forma programas como o PRODER e PROVERE, de carácter nacional e direccionados para o meio rural, afiguram-se com relevância ao nível do desenvolvimento de actividades de Turismo e Lazer na Natureza.

Face à pertinência do assunto, tenta-se dar a conhecer alguns princípios orientadores para o período pós 2013 em termos de Programas Comunitários.

A 3.^a parte do estudo, apresenta o caso de estudo do Município de Valongo. A metodologia aplicada nesta parte do trabalho resulta da realização de um estágio profissional no Gabinete de Estudos e Candidaturas, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Social do Município de Valongo, em que através da observação directa e observação participante foi possível analisar projectos concluídos, acompanhar projectos em curso e colaborar na definição e estruturação de novos projectos alvo de candidatura a programas de financiamento comunitário. Assim, o contacto directo com o funcionamento da autarquia permitiu uma visão transversal ao nível das competências e funcionamento da instituição e dos principais regimes jurídicos de regulação das Autarquias Locais como a Lei das Autarquias Locais, Lei n.º 169/99 alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002; Lei das Finanças Locais n.º 2/2007; Código dos Contratos Públicos - Decreto-Lei n.º 18/2008.

Durante o período de estágio foi possível acompanhar a análise e sistematização dos Regulamentos Específicos e Avisos de Abertura aos Programas: ON2, POPH, POVT e PRODER, bem como elaborar e submeter candidaturas apresentadas pelo Município de Valongo. Neste âmbito, foi também possível acompanhar bem como o acompanhar a elaboração e submissão de candidaturas apresentadas ao ON2, no âmbito da Subvenção

Global contratualizada entre a junta Metropolitana do Porto e a autoridade de Gestão do ON2. A participação na elaboração da Bolsa de Projectos Municipais na área do Ambiente e Regeneração Urbana revelou-se de real importância dado o carácter multidisciplinar de troca de experiências e saberes, bem como o modelo participativo utilizado.

A utilização desta metodologia, através do estágio profissional, permite ao nível das competências pessoais o desenvolvimento de métodos de sistematização e análise crítica dos diversos domínios analisados, permite também uma aplicabilidade de conhecimentos teóricos em contexto real de trabalho e uma melhoria da capacidade de relacionamento inter-pessoal.

No caso de estudo a análise integra a vertente jurídica do enquadramento das competências municipais em domínios como o ordenamento do território, o turismo e a qualidade de vida. De seguida faz-se uma descrição da actividade turística e de lazer no município, designadamente com a identificação dos elementos turísticos existentes com maior relevo para o turismo de natureza, sendo as serras de Valongo e todo o seu património natural amplamente reconhecido.

Apresenta-se nesta parte, a descrição do enquadramento de três projectos alvo de financiamento comunitário, desenvolvidos pelo município, no domínio da valorização do território e da preservação do ambiente, designadamente a Recuperação da Aldeia de Couce, o Corredor Ecológico e a Requalificação Paisagística das Margens do Rio Simão.

No final desta parte identifica-se um conjunto de oportunidades de desenvolvimento relacionadas com a prática de turismo e actividades de lazer que o território apresenta, algumas dessas oportunidades já apresentam alguma estruturação.

Na abordagem metodológica desta terceira parte, inclui-se um conjunto de visitas técnicas acompanhadas ao território em análise para uma compreensão plena, das dinâmicas, do contexto e das potencialidades.

Com o objectivo de perceber a visão dos intervenientes em processos de desenvolvimento territorial com base em elementos turísticos, foi delineado um

conjunto de entrevistas a um painel alargado de agentes, que estão envolvidos, académica, profissional ou politicamente com os referidos processos. A opção pelas entrevistas decorre da possibilidade de contacto com realidades diferentes sob o olhar de agentes activamente envolvidos, possibilitando a análise que os actores dão às suas práticas e às suas interpretações face a situações concertas (Quivy, 2005:192). Assim as entrevistas, de carácter semi-estruturada, não obedecem a um guião de entrevista rígido mas sim um conjunto de temas preestabelecidos, dando liberdade ao entrevistado de abordar os temas da forma mais pertinente, assumindo o investigador um papel fulcral ao reencaminhar para a temática em questão sempre que se verificar um desvio de tema. (Quivy, 2005:193). A utilização desta metodologia revela-se positiva ao nível da optimização do tempo e na abordagem de temáticas mais relevantes que resultem da inter-acção com o entrevistado, apesar da inexistência de guião fechado. De qualquer forma, a preparação da entrevista revela-se complexa dado o carácter alargado de temas possíveis de serem abordados, permitindo a combinação de perguntas abertas e fechadas uma abordagem completa com níveis de respostas muito pessoais e profundos.

O material recolhido nas entrevistas é utilizado ao longo de todo o estudo, designadamente ao nível das linhas orientadoras do estudo, apresentando-se um ponto com a súmula das ideias-chave transmitidas pelos entrevistados. Partindo da questão base do estudo, “ Qual o papel dos Municípios na Planificação, Implementação e Desenvolvimento de uma Estratégia de Promoção Turística ” as abordagens foram distintas ao nível do desenvolvimento das entrevistas. No painel de entrevistas inclui-se decisores políticos, consultores de desenvolvimento territorial, peritos em turismo, agentes de turismo e agentes ambientais. As entrevistas, presenciais, realizaram-se entre Janeiro e Setembro de 2011, com uma duração média de 50 minutos.

Numa lógica de partilha de conhecimento, de troca de experiências e de valorização do capital – relacional, ao longo deste estudo foi possível participar em dezenas de eventos, *workshops*, seminários, congressos, visitas e sessões técnicas que abordaram aspectos relacionados com o domínio temático, tendo a oportunidade de esclarecer dúvidas, actualizar informação e apresentar partes do estudo em curso.

2. Enquadramento Teórico

Neste ponto apresenta-se uma abordagem teórica sobre o domínio temática do trabalho. Assim para além dos principais conceitos relacionados com a actividade turística em geral e turismo da natureza em particular, aborda-se o relacionamento do turismo com o ordenamento do território bem como a ligação às principais políticas sectoriais. Ao nível das políticas e dos instrumentos disponíveis a análise recai sobre os diplomas legais. Distingue-se a escala de análise, apresenta-se assim a política de âmbito europeu, nacional e regional. Segue-se o mesmo procedimento para os instrumentos de financiamento

2.1 Turismo

As viagens são na juventude uma parte de educação e, na velhice, uma parte de experiência.

Francis Bacon

O Turismo¹ mais do que uma actividade de fruição pessoal, assume-se como um vasto conjunto de actividades com incontornáveis implicações no desenvolvimento entendido nas multicamadas que tradicionalmente o integram, de carácter social, económico, cultural, territorial ou ambiental.

¹ A definição de Turismo na Lei de Bases do Turismo corresponde ao “movimento temporário de pessoas para destinos distintos da sua residência habitual, por motivos de lazer, negócios ou outros, bem como as actividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades” (Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto).

A definição oficial da OMT “O turismo compreende as actividades de viagens de pessoas e alojamento em locais fora do seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por lazer, negócios e outros motivos”.

O conceito de Turismo surge no século XIX, sendo contudo notório que a prática remonta a períodos anteriores e o seu crescimento verificou-se no período pós guerra, uma das primeiras definições de turismo foi apresentada pelo austríaco Hermann von Schullernzus Schattenhozen, na qual a componente económica estava presente “ turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os económicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída de turistas de um determinado município, país ou estado” (Barreto, 2000:9), várias definições se seguiram designadamente da escola “berlinesa” com definições como “um vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não têm residência fixa” (Robert Glucksman, in Barreto, 2000:11) ou “movimento de pessoas que abandonaram temporariamente o lugar de residência permanente por qualquer motivo relacionado com o espírito, o corpo ou a profissão”(Schnink, in Barretto, 2000:11), já para Borman o turismo surge como “o conjunto de viagens cujo objecto é o prazer ou por motivos comerciais ou profissionais ou outros análogos e durante os quais a ausência da residência habitual é temporária”. Um pouco mais restrito Josef Stradnle cruza o turismo com o luxo ao definir turismo como o tráfego de viajantes de luxo que se movem por necessidade de luxo. As definições foram sofrendo adaptações e variantes apresentando Oscar de la Torre, em finais do século XX a definição de turismo como “um fenómeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma actividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, económica e cultural (Barreto, 2000:11).

2.2 Planeamento em Turismo e Ordenamento do Território

A indústria de turismo e viagens bem como o produto turístico em si, sairão irrevogavelmente lesados se a protecção ambiental não for seriamente tida em conta.

Jean- Claude Baungarte, Presidente WTTC, in Turismo em 2007

As actividades de turismo em geral desenvolvem-se em concorrência com outros modos de uso do território, sendo possível o desenvolvimento em modo de cooperação ocorrendo mesmo sinergias positivas entre a ocupação turística em simultâneo com certas actividades. A própria actividade turística em geral e de natureza em particular tem uma relação de interacção com o território onde se insere. Como actividade, na utilização do território, pode contribuir para situações de degradação dos ecossistemas, alteração das paisagens, mobilização e utilização de recursos, entre outros. Por outro lado, a qualidade de toda a envolvente funciona como um factor de atractividade para a actividade e uma mais-valia. Assim justifica-se a necessidade de integrar a política do turismo na política de ordenamento do território nas mais diversas escalas de acção, Nacional, Regional e Municipal, de modo a evitar a “turisficação do território” (Oliveira, 2010:38) promovendo uma articulação entre os interesses das diversas actividades e os valores a preservar, conduzindo a uma “territorização sustentável do território” (Oliveira, 2010:38), em que os objectivos de rentabilização da actividade de turismo sejam compatíveis com o uso sustentável dos recursos naturais económicos e sociais².

Ao nível do planeamento e ordenamento de território distingue-se duas tipologias de instrumentos diferenciados pela sua dimensão física ou económica. Nos instrumentos de base económica engloba-se os planos de fomento, planos de desenvolvimento regional,

² A “sustentabilidade”, conceito aplicado a todos os sectores, actividades e dimensões, incluindo o Turismo em todas as suas vertentes, é abordado neste estudo, no ponto relativo ao Turismo de Natureza.

fundos estruturais, e quadros comunitários de apoio. Entre os instrumentos de planeamento físico inclui-se os instrumentos de gestão territorial. A organização dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território é definida pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo³ e pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de gestão Territorial⁴. A escala de incidência assenta numa lógica inter-escalas, em que ao nível nacional são definidas as estratégias nacionais bem como as directrizes para as escalas regional e municipal, sendo no nível regional que se articula os objectivos nacionais com as necessidades regionais e se define as directrizes para o nível municipal, onde se operacionaliza no território as opções decorrentes das estratégias nacionais, regionais e municipais, através dos planos municipais de ordenamento do território.

Assim, dado o carácter transversal que o turismo representa em termos de efeitos sobre o território, verifica-se que para além dos instrumentos específicos e sectoriais próprios, é objecto de incidência por parte dos instrumentos de planeamento do território.

Ao nível dos instrumentos de carácter global, identifica-se o PNPOT⁵ enquanto instrumento que define os objectivos e princípios para as várias políticas sectoriais com o objectivo de articular e coordenar. Aqui o turismo é uma actividade de relevo, como está explicitado no objectivo específico 2.6 “ (...) a necessidade de concretização de uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal, às escalas nacional, regional e local, como uma via para o necessário ordenamento e reabilitação dos territórios”. Em seguida ainda são apontados outros elementos fundamentais para a política de turismo, nomeadamente a necessidade de existirem instrumentos de gestão territorial que contribuam para o estímulo de uma oferta estruturada de produtos de turismo nas mais diversas áreas, como a rural, a

³ Lei n.º 48/98 de 8 Agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007 de 31 Agosto.

⁴ Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 Setembro com as sucessivas alterações.

⁵ Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro rectificado pelas declarações de Rectificação N.º 80-A/2007 de 7 de Setembro e 103-A/2007 de 2 de Novembro.

cultural e de natureza. A prática de turismo em Áreas Protegidas obriga a uma salvaguarda da compatibilização com a conservação, também veiculada pelo PNPT. É evidenciada igualmente a necessidade de desenvolver acções de qualificação ambiental dos diversos destinos turísticos, de uma forma articulada.

Os planos regionais de ordenamento do território, que se afiguram como o elemento definidor da estratégia regional de desenvolvimento territorial, assumem um papel fundamental na definição de grandes estratégias para as áreas turísticas bem como na localização de actividades e sua articulação com a política nacional e local de turismo.

Ao nível dos planos intermunicipais, o turismo encontra um instrumento que possibilita a coordenação das intervenções entre municípios vizinhos, promovendo a actuação conjunta e coordenada.

No domínio do uso do solo, verifica-se uma interligação forte com as actividades turísticas, dado que são planos municipais de ordenamento do território que condicionam o uso de solo e definem o tipo de usos de cada território. A classificação e qualificação dos solos⁶, condiciona o uso do solo para fins turístico. De acordo com o entendimento de Oliveira (2010:49), o uso para fins turísticos tem que estar previsto pelos instrumentos de gestão territorial, pelo menos como um uso compatível com os usos dominantes admitidos⁷. A definição em sede de PDM de áreas com vocação turística tem, segundo o Decreto Regulamentar n.º 1122/09 de 20 de Maio, de respeitar os seguintes princípios:

- *Princípio da compatibilidade de usos, que garante a separação de usos incompatíveis e favorece a mistura de usos complementares, contribuindo para a multifuncionalidade, a diversidade e a sustentabilidade do território;*

⁶ Os solos são classificados, tendo em conta o seu destino básico, em solos urbanos e solos rurais, os usos são definidos de acordo com os artigos 71.º e 72.º do RJGT.

⁷ N.º 1 artigo 85.º RJGT.

- *Princípio da graduação, que garante que em caso de incompatibilidade de interesses públicos de uso de solo seja privilegiado aquele que determinar o mais adequado uso do solo de acordo com critérios ambientais, económicos, sociais, culturais e paisagísticos;*

- *Princípio da estabilidade, que garante uma estabilidade temporal da definição do uso de solo;*

- *Princípio da preferência de usos, que tem em consideração o uso de solos que pela sua natureza não podem ser localizados noutra área.*

A questão de compatibilidade de usos turísticos em solos rurais está prevista no Decreto Regulamentar n.º 11/2009 de 29 de Maio, que na alínea d) do n.º 2 do artigo 19.º identifica como solo rural os espaços de ocupação turística “ áreas cuja utilização dominante é a actividade turística nas formas e tipologias admitidas em solo rural de acordo com as opções dos planos regionais de ordenamento do território. No n.º 5 do artigo 15.º está expresso que em espaço agrícola e florestal podem desenvolver-se outras actividades “designadamente turísticas, de lazer e culturais, conforme regulamentação a estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território”.

Em áreas de solo urbano o uso para fins turísticos também está definido como “ áreas destinadas a equipamentos ou infra-estruturas estruturantes ou a outros fins específicos, nomeadamente de recreio, lazer e turismo, devendo, as suas funções ser mencionadas na designação das correspondentes categorias ou subcategorias”.

Os documentos de planeamento estratégico nacional e regional identificados como referenciais com um carácter orientador, constituem peças fundamentais para o planeamento sectorial, devendo ter tradução nos Planos de Ordenamento Municipal. Assim o PDM, é entendido como o elo de ligação entre a administração central e a local, operacionalizado através de normas que garantam a integração das orientações estratégicas ao nível de ocupação do solo.

Na elaboração do PDM é necessário ter em atenção as recomendações e limitações impostas por um conjunto de regulamentos sobre os valores da paisagem e dos recursos naturais tais como a Convenção Europeia da Paisagem⁸ que se afigura como um documento importante para a política de desenvolvimento sustentável. No artigo 5.º é definida a importância em “integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas: cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte directo ou indirecto na paisagem.”

A Convenção sobre a Diversidade Biológica⁹, apresenta como medidas gerais para a conservação e a utilização sustentável dos valores ambientais, designadamente ao nível das estratégias, planos e programas nacionais para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica bem como nos planos e políticas sectoriais.

A Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade¹⁰ estabelece um novo regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, em que retrata a política de conservação da natureza e da biodiversidade, que se conjuga com a Lei de Base do Ambiente¹¹ e o Plano Sectorial da Rede Natura 2000¹² ao nível da elaboração do PDM.

⁸ Decreto n.º 4/2005 Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000.

⁹ Decreto n.º 21/93, de 21 de Junho.

¹⁰ RCM n.º 152/2001.

¹¹ Lei n.º 11/87 de 7 de Abril.

¹² Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro.

2.3 Turismo e Desenvolvimento Sustentável

Portugal é um dos principais destinos turísticos mundiais e prossegue o objectivo de desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes: económica, social e ambiental

Bernardo Trindade, ex-secretário estado do turismo in Turismo em 2010

Segundo as Nações Unidas¹³, Desenvolvimento Sustentável é o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes, sem pôr em causa a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” assim é um conceito de aplicabilidade, cada vez mais ampla e transversal, abrangendo por consequência o Ordenamento do Território e o Turismo em particular.

De acordo com Oliveira (2009:42) um dos princípios jurídicos do Ordenamento do Território é o princípio da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável, que se traduz no desejo, na necessidade e na imposição de se alcançar o equilíbrio entre o uso económico e a conservação da natureza e preservação dos recursos naturais. Assim privilegia-se não uma protecção máxima dos recursos mas sim a utilização racional dos mesmos promovendo um eco-desenvolvimento, que favorece o alcance de uma melhor qualidade de vida das populações. Este princípio interliga-se com o princípio da solidariedade entre gerações que prevê “a transmissão para as gerações futuras de um território e de espaços edificados correctamente ordenados”.¹⁴

O princípio da sustentabilidade contempla três vertentes, a económica, a ambiental e a social. A vertente económica encontra-se explicitada nomeadamente nos planos territoriais e nos documentos de estratégia nacional e comunitária. Destaca-se o

¹³ Relatório da Comissão das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento “ O Nosso futuro comum”, 1987.

¹⁴ Cada geração é responsável pelo que se faz no território face às gerações futuras. Esta responsabilidade conte, obrigações particulares, sendo inadmissível que se deixe degradar um património que constitui um suporte essencial da vida e das actividades da população. Yves Madiot, “ L’Aménagement du Territoire et Le Droit, p 887.

PNPOT, o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) e a Estratégia Nacional do Desenvolvimento Sustentável¹⁵.

A vertente ambiental da sustentabilidade a nível nacional está patente como um interesse a ponderar nos planos, sendo um objectivo a prosseguir por muitos instrumentos de carácter específico ou não.

A vertente social da sustentabilidade incide sobre a temática da segregação espacial urbana, muito concretamente a territorialização, da exclusão social. Este domínio alarga as competências do planeamento do território ao campo social e contribui para a melhoria da qualidade de vida. Apesar da resolução das questões sociais não passar na totalidade pelo planeamento territorial, o mesmo pode fornecer meios para resolver ou atenuar esses problemas, designadamente por via da regulação da urbanização ou da programação de equipamentos.

No âmbito do turismo surge o conceito de Turismo Sustentável que se assume como um turismo que garante a gestão dos recursos naturais e humanos tendo em atenção as necessidades económicas, sociais, culturais ou estéticas ao mesmo tempo que são preservadas a identidade cultural, a biodiversidade e os processos ecológicos (Cravidão, 1998:59-72).

O Turismo Sustentável definido na Carta Europeia de Turismo Sustentável assenta em princípios como os da prevenção, da participação e da planificação promovendo a articulação entre os interesses dos operadores, dos visitantes das populações locais.

O Decreto - Lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto que estabelece as bases das políticas públicas de turismo identifica três princípios fundamentais: a transversalidade, a competitividade e a sustentabilidade. Sendo que estabelece como objectivo uma política de turismo sustentável que vise “a fruição e a utilização dos recursos ambientais com respeito pelos processos ecológicos, contribuindo para a conservação da natureza e da

¹⁵ Resolução de Conselho de Ministros n.º 39/2002 de 1 de Março.

biodiversidade, o respeito pela autenticidade sócio cultural das comunidades locais e a viabilidade económica das empresas como base de criação de emprego”.

A actividade turística sustentável consegue, simultaneamente, proporcionar uma experiência de qualidade aos turistas e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações receptoras e para a protecção da qualidade ambiental.

É possível assim conciliar experiências agradáveis aos turistas e a preservação dos recursos naturais e culturais. O Turismo sustentável engloba todos os tipos de turismo.

Apesar desta conciliação de interesses podendo mesmo contribuir o turismo para a conservação da natureza, “também é evidente que, mal conduzido, pode tornar-se num novo problema ambiental, que apenas exploram e degradam o meio, sem grandes ou nenhuma preocupações de sustentabilidade (Matos, 2003 citado por Oliveira, 2009:31)

Actualmente, da agenda política da OMT fazem parte temas como: os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; o Desenvolvimento de um Turismo Responsável, Sustentável e Acessível a todos, com especial atenção aos Países em Desenvolvimento; a implementação do Código Mundial de Ética do Turismo; a Avaliação Económica do Turismo (Conta Satélite¹⁶), a Formação e a Gestão de Conhecimentos.

Exemplos de comportamentos de sustentabilidade em turismo:

- Recurso à Arquitectura Sustentável,
- Indução de novas tecnologias que aportem maior economia de energia e água,
- Mais produção e utilização de energias limpas,
- Melhorias na gestão, tratamento e separação dos resíduos sólidos,

¹⁶ A Conta Satélite de Turismo (CST), consiste num sistema de informação integrado, que visa apresentar todas as actividades e produtos relacionados com o turismo. Esta, resulta de um protocolo entre o INE e a DGT estabelecido em 2000.

- Implementação de tecnologias que aumentem a eficiência energética,
- Construção de unidades bem enquadradas no território de inserção,
- Promoção sustentável: utilização da Internet e plataformas virtuais,
- Induzir no turista comportamentos de sustentabilidade,
- Fomentar e promover a educação ambiental,
- Reduzir a sazonalidade da procura.

2.4 O Turismo nas políticas da U.E

Para continuar a ser o primeiro destino turístico mundial, a Europa deve valorizar a riqueza e a diversidade dos territórios que a compõe.

Comissão Europeia (2010) “Europa, primeiro destino turístico do mundo”

As questões de ordenamento do território em geral são de competência dos Estados membros, verificando-se algumas iniciativas comunitárias que embora sem carácter vinculativo servem de base à definição das políticas nacionais, como é o caso do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário – EDEC – que avançou com um documento de base para a cooperação para o desenvolvimento do território europeu que permitisse a incorporação da componente de ordenamento do território na política de coesão económica e social.

Assim as propostas da Comunidade sobre a temática de Estratégia Territorial “ (...) *son de carácter voluntario para los Estados miembros*” (Dasi, 2004:51), no entanto a coesão territorial este presente nas Políticas Europeias e a “governança posta em prática nos Fundos Estruturais, é uma via indirecta de contribuir para a coesão territorial” (Polverabi e Bachtler, 2004:91).

O turismo apresenta-se na Europa como “uma actividade económica essencial, com impacto no crescimento económico e emprego muito positivo” (CE, 2010). Assim é desígnio da União Europeia tornar a “Europa, primeiro destino turístico do mundo”¹⁷, estabelecendo um novo quadro político para o turismo europeu, em que esteja conciliada a vertente de crescimento económico e o desenvolvimento sustentável com particular enfoque em aspectos éticos bem como na valorização da imagem da Europa, nos seus valores, na sua cultura e aspectos distintivos. Para dar início a uma abordagem global dando continuidade aos objectivos da estratégia “Europa 2020”¹⁸ são sugeridas acções de carácter multinacional e de dimensão europeia.

A preocupação com a actividade turística na Europa assenta na sua dimensão económica, dado que representa aproximadamente 10% do PIB europeu e gera 5,2% dos postos de trabalho (EU, 2009). Desde 2006 a União Europeia promove acções e programas que visam a promoção do turismo europeu no seu conjunto, sendo o Tratado de Lisboa o ponto de arranque da política europeia de turismo, em consequência das competências atribuídas na área de turismo como “promover a competitividade das empresas deste sector e criar um enquadramento favorável ao seu desenvolvimento e fomentar a cooperação entre Estados-Membros, nomeadamente através de intercâmbio de boas práticas e através da tomada em consideração do turismo na elaboração de outras políticas sectoriais”¹⁹. Face ao interesse transversal que o turismo representa para a totalidade dos Estados-Membros as medidas a implementar afigura-se como instrumentos de coesão.

¹⁷ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões COM (2010) 352 Final 30.06.2010.

¹⁸ “Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo” COM (2010) 2020 3.03.2010 A estratégia Europa 2020 estabelece três prioridades: o crescimento inteligente que favorece o crescimento. Assente no conhecimento e na inovação; o crescimento sustentável que promove um crescimento da economia mais eficiente, mais ecológica e mais competitiva ao nível da utilização dos recursos e um crescimento inclusivo que promova o emprego e a coesão social e territorial.

¹⁹ Artigo n.º 195.º do TFUE.

A indústria de turismo europeia enfrenta desafios e oportunidades, sendo a crise económica e financeira um obstáculo aos bons resultados (COM, 2010) designadamente por mudanças de hábitos e perfis de consumo, com procura de destinos mais próximos, estadias mais curtas e menos despesa (OMT, 2010). Em tempo de crise a concorrência acentua-se, apresentando-se a oferta turística com base na qualidade e na sustentabilidade como uma mais-valia do turismo europeu comparativamente com a oferta dos países em via de desenvolvimento.

O aspecto demográfico apresenta-se como um desafio e uma oportunidade, sendo necessário criar uma oferta específica para uma franja da população com idade mais avançada e com disponibilidade para o lazer e o turismo.

A preocupação ambiental, a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade representam uma prioridade no sentido de valorizar a sustentabilidade da actividade, designadamente no domínio das alterações climáticas e das repercussões ao nível do modelo de viagens e escolha de destinos (COM, 2010).

A utilização das TIC's apresenta-se como um elemento competitivo e diferenciador na cadeia de valor turístico, pelo seu potencial de comunicação e proximidade com os mercados.

Para dar um novo ritmo ao turismo europeu é necessário uma evolução, ao nível da actuação da EU que passa por favorecer o crescimento e criar condições necessárias para o desenvolvimento (COM, 2010) sempre numa lógica de competitividade e sustentabilidade.

Tabela 1 Eixos Estruturantes da Política Europeia de Turismo

Eixos estruturantes da Política Europeia de Turismo
Estimular a competitividade do sector turístico na Europa:
Promover o desenvolvimento de um turismo sustentável, responsável e de qualidade
Consolidar a imagem e a visibilidade da Europa como um conjunto de destinos sustentáveis e de qualidade
Maximizar o potencial das políticas e dos instrumentos financeiros da EU para o desenvolvimento do turismo

Fonte: “Europa primeiro destino turístico do mundo” COM, 2010

Para desenvolver os eixos estruturantes da política europeia de turismo foram elencadas acções previstas para cada um dos eixos de modo a alcançar os objectivos²⁰. No seio do eixo da competitividade destaca-se os objectivos de “Promover a diversificação da oferta turística”, “Desenvolver a inovação na indústria turística”; “ Melhorar as competências profissionais”; “Incentivar um prolongamento da estação turística”; “consolidar a base dos conhecimentos socioeconómicos do turismo”. Ao nível da promoção da sustentabilidade no turismo, esta surge ligada à competitividade “ dado que a qualidade dos destinos turísticos depende fortemente do seu ambiente natural e cultural e da sua integração numa comunidade local” (COM, 2010).

No ponto dos instrumentos financeiros da EU, verifica-se o cruzamento dos interesses do turismo com outros sectores de política, como os transportes, o ambiente, a cultura, o desenvolvimento regional e rural, entre os mais relevantes. Assim uma boa articulação das políticas beneficia o desempenho e o desenvolvimento do turismo, no âmbito da política de desenvolvimento rural verifica-se um cruzamento de interesses com o turismo que podem ser potenciados pelo Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER), nomeadamente pela canalização de fundos para as

²⁰ Ver anexo das Acções previstas “ Europa, primeiro destino turístico do mundo”

empresas de turismo rural, agro-turismo e valorização de actividades culturais, bem como preservação de património natural.

No período corrente, encontra-se em diversos programas linhas de orientação e apoio ao turismo, designadamente no FEDER e no FSE, sendo possível visualizar no FEADER e no Fundo Europeu para as Pescas (FEP) apoios para o turismo. Contudo destaca-se o Programa Quadro para a inovação e Competitividade (PIC) em que através do apoio à criação de redes europeias em volta do turismo sustentável, apresenta-se como um contributo para a competitividade do turismo (COM, 2010).

De um modo geral a necessidade de um novo impulso para o sector do turismo europeu, traduziu-se numa resposta da EU que passa pela coordenação de esforços no sentido de tornar o turismo uma indústria “competitiva, moderna, sustentável e responsável” (COM, 2010), para tal as acções desencadeadas pela EU devem constituir uma mais-valia para o turismo europeu, necessitando da vontade e da capacidade de trabalho em equipa de todos os intervenientes.

2.5 A Política Nacional de Turismo

O Turismo, pela sua transversalidade desempenha um papel charneira na economia portuguesa e da própria União Europeia, bem como na Economia Global.

Portugal Global Setembro, 2010

O Turismo comemora este ano o seu em Portugal²¹ o centenário da criação da repartição de turismo em 1911 e apresenta-se como um motor de desenvolvimento económico, social e ambiental, sendo reconhecido pelo PENT como “um dos principais sectores da economia portuguesa, tendo o seu peso na economia vindo a crescer nos últimos anos”. De acordo com os dados do Anuário Estatístico do Turismo de 2009 Portugal recebeu um total de 12.3 milhões de turistas, o consumo de turismo no território económico

²¹ Comemoração do centenário da Institucionalização do Turismo em Portugal (1911-2011) decorrente da criação da repartição do Turismo no IV Congresso Internacional de Turismo que decorreu em 1911 na Sociedade de Geografia de Lisboa. (<http://www.centenariodoturismo.org/>).

ascendeu a 168.046 mil milhões de Euros em 2009, o que equivale a 8.8% do PIB e apresentava um total de 3492 Alojamentos Turísticos Colectivos²² com uma capacidade de alojamento de 273.804 camas.



Fonte: Arquivo de imagens do PENT

O turismo foi identificado pelo XVII Governo constitucional (Março de 2005 a Outubro de 2009) como uma das áreas decisivas para um desenvolvimento sustentável. Neste âmbito, refere que o *cluster* Turismo-Lazer “é um sector estratégico prioritário para o país (...) que pode dar um contributo importante, nomeadamente através do aumento das receitas externas, para a cobertura do défice da balança comercial e para o combate ao desemprego”. Por outro lado, reconhece igualmente “o contributo que o turismo pode dar para a valorização do património natural e cultural do País, bem como a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e para a atenuação das assimetrias regionais”.

²²De acordo com os conceitos estatísticos do Turismo de Portugal “Estabelecimento destinado a proporcionar alojamento ao viajante num quarto ou em qualquer outra unidade, com a condição de que o número de lugares oferecidos seja superior ao mínimo especificado para grupos de pessoas que ultrapassem numa unidade familiar devendo todos os lugares do estabelecimento inserir-se numa gestão de tipo comercial comum, mesmo quando não têm fins lucrativos oferecidos”.

Tabela 2 Chegadas Turismo, em milhões

Chegadas Turismo, em milhões						
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
12.2	11.6	11.7	10.6	10.6	11.3	12.3

Fonte: Turismo Portugal, Livro Anuário Estatístico 2009

Tabela 3 Consumo de Turismo no Território Económico

Consumo de Turismo no território Económico, em mil milhões de Euros								
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
134.137	140.142	143.015	148.827	153.728	160.274	168.737	172.022	168.046

Fonte: Turismo Portugal, Livro Anuário Estatístico 2009

O número de turistas chegados a Portugal tem-se mantido em valores superiores a dez milhões, atingindo em 2007 os doze milhões e trezentos mil, ultrapassando o máximo verificado na última década que tinha ocorrido em 2001 com doze milhões e duzentos mil turistas que entraram no país.

Em termos de consumo de turismo, no período de 2001 a 2009 verifica-se um aumento de aproximadamente trinta e quatro mil milhões de Euros, passando de 134.137 para 168.046 mil milhões de Euros, apesar deste valor destaca-se uma redução face ao ano anterior em que o valor do consumo de turismo se cifrou em 172.022 milhões de Euros. Estes montantes representam perto de 9% do PIB.

Tabela 4 Consumo de Turismo no Território Económico, em % do PIB

Consumo de Turismo no território Económico, em % do PIB								
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
9.1	8.6	8.2	8.3	8.3	8.7	9.2	9.2	8.8

Fonte: Turismo Portugal, Livro Anuário Estatístico 2009

A análise à evolução dos meios de alojamento turístico mostra, para o período 2001 a 2009 um aumento significativo de estabelecimentos, passando de 2526 unidades para 3492, sendo responsáveis pela oferta de 478398 camas em 2009, valor que em 2001 se cifrava em 418622.

Tabela 5 Meios de Alojamento Turísticos Colectivos

Meios de Alojamento Turístico Colectivos (Estabelecimentos e camas)								
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
2526	3037	3150	3204	3353	3334	3363	3396	3492
418622	429450	428894	442975	457262	465985	467816	479399	478398

Fonte: Turismo Portugal, Livro Anuário Estatístico 2009

Ao longo destes 100 anos a política de turismo²³ tem sofrido várias fases, estando em vigor desde 2007 o Plano Estratégico Nacional Turismo (PENT)²⁴, que se apresenta como a referência a longo prazo da actividade turística nacional cruzando todas as áreas que se envolvem com os diferentes produtos como o ordenamento do território, o investimento público e privado, a qualificação dos recursos humanos, a inovação da oferta e a promoção externa.

²³<http://www.centenariodoturismo.org/>. Acedido em 23-06-2011.

²⁴ Aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros 53/2007 de 4 de Abril.

O PENT representa a base da estratégia Nacional de todo o sector de Turismo, definindo os objectivos globais e uma estratégia comum entre agentes públicos e privados, promovendo uma maior eficácia das acções desenvolvidas em conjunto.

Para além de definir a estrutura da política de Turismo, este instrumento assume um papel relevante na definição e articulação da política de Turismo com as restantes áreas designadamente o ordenamento do território, ambiente e desenvolvimento rural.

Com o PENT identifica-se cinco eixos estratégicos para o desenvolvimento do turismo que incluem: “Território, Destinos e Produtos”; “ Marcas e Mercados”; “ Qualificação de Produtos”; “Distribuição e Comercialização e “Inovação e Conhecimento”. Para a concretização destes eixos estratégicos encontram-se definidos um conjunto de projectos que se retrata no quadro seguinte

Tabela 6 Projectos de Implementação do PENT

Projectos de Implementação do PENT
Produtos, destinos e pólos
Intervenção em Zonas Turísticas de Interesse (urbanismo, ambiente e paisagem)
Desenvolvimento de conteúdos distintivos e inovadores
Eventos
Acessibilidade aérea
Marcas, promoção e distribuição
Programa de qualidade
Excelência no capital humano
Conhecimento e inovação
Eficácia do relacionamento Estado - Empresa
Modernização empresarial

Fonte: Adaptado PENT

Segundo o PENT, o Turismo em Portugal deve dirigir-se para uma dinâmica de desenvolvimento através da qualificação e competitividade da oferta; nas características distintivas e inovadoras que o país apresenta nos mais diversos domínios; na excelência ambiental e urbanística, na formação dos recursos humanos e na modernização das empresas e entidades públicas.

O Turismo de Natureza e o seu enquadramento no PENT será abordado no ponto de Turismo de Natureza deste trabalho.



Fonte: Arquivo de imagens do PENT

Dos projectos elencados pelo PENT destaca-se o “Produtos, destinos e pólos” que visa a dinamização de propostas de consumo que se destaquem pela inovação e excelência, baseadas nas potencialidades específicas de cada região e a valorização do “capital humano” em articulação com a componente formativa.

Ao nível da ligação conhecimento, inovação e visão empresarial, está patente uma preocupação com o cruzamento do conhecimento com a aplicabilidade no mercado, envolvendo o mais possível os investidores de modo a facilitar todo o procedimento de investimento e a simplificação de relacionamento dos intervenientes públicos com os privados. Assim a modernização empresarial está patente nos projectos PENT,

viabilizando a adopção de novas tecnologias, designadamente ao nível da comunicação e da visibilidade nos mercados globais.



Fonte: Arquivo de imagens do PENT

O PENT identifica dez Produtos Estratégicos: Sol e Mar; Golfe; Turismo de Negócios; *CityBreak*; Turismo Cultural e Religioso; *Resorts* Integrados e Turismo Residencial; Turismo de Natureza; Náutica e Cruzeiros e Gastronomia e Vinhos.

O Plano Estratégico Nacional de Turismo encontra-se, desde Fevereiro de 2011, em fase de revisão para o horizonte 2015 sob a designação “versão 2.0”, constituindo na visão de Luís Patrão, Presidente do Turismo de Portugal um trabalho “que visa ser o mais possível construtivo e prático, tendo em vista concretizar uma das mais típicas vantagens competitivas do sector do Turismo – a sua capacidade para gerar consensos e definir linhas de acção claras e consistentes comuns a todos quantos para ele trabalham. Sem nunca perder o foco estratégico em si mesmo, que será o de apontar ao futuro com confiança e determinação”. Face à conjuntura económica e à evolução do mercado impunha-se uma adaptação e consolidação da estratégia, mantendo-se a estrutura base,

identificando-se dois elementos que merecem, nesta proposta, uma relevância de destaque: o modelo de desenvolvimento sustentável e as experiências marcantes e genuínas.

A proposta de valor desta revisão do PENT assenta no desígnio de tornar Portugal “um dos destinos na Europa com um crescimento mais sustentável”, para tal aposta nas características distintivas e inovadoras que sejam possíveis oferecer.

O objectivo de alcançar um crescimento sustentado para o turismo, passa por intervir no mercado interno e externo, dando especial atenção às regiões menos desenvolvidas turisticamente.

Das Linhas de Desenvolvimento para a revisão do PENT²⁵ verifica-se que a questão da sustentabilidade para o turismo passa pelo desenvolvimento económico e social das regiões de implantação, motivando a preservação do património histórico-cultural, maximizando os benefícios e reduzindo os impactos negativos no meio ambiente.

Assumindo o papel de motor de desenvolvimento regional impõe-se a promoção do empreendedorismo em toda a fileira relacionada com o turismo, incluindo a preservação do património cultural e natural como um elemento de mais-valia na oferta turística, promovendo assim as experiências e vivências turísticas. A preservação dos ecossistemas é definida como uma prática a ser seguida por todos os agentes de modo a permitir uma articulação com a oferta turística.

Para uma sustentabilidade do sector, é necessária a viabilidade económica dos agentes, de modo a apresentar-se competitivo e com boas práticas de gestão.

²⁵ Sustentabilidade como modelo de desenvolvimento; Mercados emissores; Acessibilidades aéreas; Estratégia de produto; Regiões e Pólos; Promoção e Distribuição; Experiências e Produtos; Eventos; Qualidade Urbana, Ambiental e Paisagística; Qualidade do serviço e dos recursos humanos; Eficácia e Modernização da actuação dos agentes públicos e privados.

Tabela 7 Eixos e Programas de Acção PENT 2.0

Eixos e Programas de Acção PENT 2.0				
Qualidade Turística Sustentável	Enriquecimento da Oferta	Produtos e Destinos	Mercados e Acessibilidades	Promoção e Distribuição
Sustentabilidade como modelo de desenvolvimento	Experiências e Conteúdos	Desenvolvimento de produtos estratégicos	Estratégia de mercados emissores	Potenciar a promoção e distribuição
Qualidade de serviços e recursos humanos	Eventos potenciadores da notoriedade e atractividade do destino	Desenvolvimento dos destinos regionais	Reforço de acessibilidades aéreas	Concentrar em mercados-alvo e regiões servidas por aeroportos com rotas para Portugal
Qualidade Urbana Ambiental e Paisagística				
Modernização dos agentes				

Fonte: Adaptado do PENT 2.0

A acção de Qualidade Urbana, Ambiental e Paisagística visa o aumento da atractividade dos destinos turísticos e da sua envolvente, sendo uma das que mais interligação apresenta com a temática do Turismo de Natureza e o Papel dos Municípios. Assim a participação dos Municípios bem como de outras entidades públicas é apontada como fundamental ao de nível da promoção de programas de recuperação e preservação nas zonas com interesse para o Turismo, através do apoio ao investimento.

Tabela 8 Acções a Implementar pela Revisão do PENT

Acções a implementar pela revisão do PENT	
Ambiente	Paisagem
<ul style="list-style-type: none">• Apoio de acções de despoluição do solo e cursos de água.• Auxílio na definição de medidas de controlo dos níveis de poluição atmosférica e sonora.• Enfoque na eliminação de esgotos sem tratamento.• Assistência e incentivo à definição de medidas tendo em vista a limpeza das beiras das estradas e das zonas turísticas.	<ul style="list-style-type: none">• Garantia de uma paisagem conservada nos principais pontos de interesse turísticos.• Promoção da arborização em espaços rurais e urbanos e seu arranjo paisagístico.

Fonte: Adaptado do PENT 2.0

Nesta proposta de revisão, os instrumentos de gestão territorial, apresentam-se como uma possibilidade de introdução de mecanismos de incentivo à realização e requalificação da oferta turística.

A qualidade urbana ambiental e paisagística apresenta-se como uma componente que contribuí para a valorização do destino Portugal como um todo e uma mais-valia para cada um dos territórios, requerendo assim o real empenho e articulação de todas entidades públicas e privadas com actuação no território.

2.6 A Política Regional de Turismo

O Norte de Portugal deverá ser uma das regiões de maior crescimento turístico no país, através de um processo de desenvolvimento sustentável baseado na Qualificação, na Excelência e na Competitividade e Inovação da sua oferta turística, transformando o Turismo como um factor de desenvolvimento e diversificação da economia regional.

In Plano Acção desenvolvimento turístico Norte Portugal

Apresenta-se neste ponto a estratégia regional de Turismo, sendo pertinente reflectir o papel da Porto e Norte, entidade Regional de Turismo bem como da história recente do modelo regional do Turismo em Portugal.

Uma viagem histórica desde os primórdios do Turismo português até aos nossos dias, revela-nos que o Poder Local e o Turismo têm caminhado por percursos diferentes e por percursos convergentes, culminando actualmente numa visão integrada e sistematizada do sector do Turismo na sua óptica nacional, regional e local. Com efeito, desvenda-se uma preocupação constante do sector em exigir uma organização local e regional.

Muito embora, a Lei de Bases do Turismo²⁶ aclame pela primeira vez a criação de Regiões de Turismo, cuja institucionalização (em concreto) se reporta ao Decreto-Lei n.º41035 (1957), as poucas Regiões de Turismo emanadas dessa conjuntura tinham uma expressão muito ténue, subordinando-se ao poder central.

O pós-25 de Abril marca uma nova gestão turística que se destacou no âmbito regional, acompanhando de perto o fenómeno da dinâmica local de base municipalista, distanciando-se do poder central.

²⁶Lei n.º 2082 de 1956.

O lançamento de regiões ocorreu em 1979 com a criação das Regiões de Turismo do Alto Minho e de S. Mamede²⁷. De facto, já no preâmbulo se reconhecia a “manifesta desadequação dos órgãos regionais e locais de turismo obrigava a uma revisão do esquema de regionalização turística existente”.

A Lei Base das Regiões de Turismo²⁸, apresenta-se como o preconizador e padronizador do processo de regionalização em matéria autárquica turística. No preâmbulo é descrito a situação do Estado.

“O Estado encontra-se agora minoritariamente representado nas Comissões Regionais, inviabilizando-se assim qualquer acção de controlo, mas admitindo-se por essa via, a necessária informação e coordenação.”. O Poder Central pretendia:

“Consagrar expressamente princípios de descentralização no âmbito global da política de regionalização adoptada pelo Governo”.

A grande inovação consiste, portanto, na atribuição de personalidade jurídica às Regiões de Turismo, agora consideradas Pessoas Colectivas de Direito Público.

De facto, a Lei-Quadro das Regiões de Turismo constitui um marco fundamental no papel das Regiões de Turismo.

No breve horizonte temporal de sete anos (1979-1986), o País assistiu à criação de treze Regiões de Turismo, que tinham o particular desígnio de se afirmarem como o eco vivo de uma acesa vontade de desenvolvimento desencadeada pelo poder local.

A nova Lei Base das Regiões de Turismo²⁹ visa a melhoria da operacionalidade das RT's “como instrumentos fundamentais na animação e promoção turística das regiões, bem como na cooperação com a Administração Central na promoção da oferta turística nacional”.

²⁷Decreto-Lei n.º 517 / Lei n.º 1/79.

²⁸Decreto-Lei n.º 327/82 de 16 de Agosto.

²⁹Decreto-Lei n.º 287/91 de 9 de Agosto.

Esta modernização do regime jurídico das Regiões de Turismo desencadeou a criação de um elevado número de Regiões de Turismo (19). Com efeito, a constelação de Regiões de Turismo orientava-se (fundamentalmente) para destinos coincidentes com áreas limitadas cuja lógica se baseava nas condições existentes localmente.

A reestruturação do modelo das 19 Regiões de Turismo anunciado no PRACE³⁰ decorre da necessidade de uniformizar a organização territorial dos serviços, tendo em consideração que brotavam do impulso associativo dos Municípios, não havendo uma coerência em termos de divisão do território coincidente com as NUT's, nem com os distritos administrativos.

Fecha-se o pano sobre a actuação das (também) carismáticas Regiões de Turismo, emergindo, assim, uma reorganização do mapa turístico capaz de abranger todo o território nacional, inscrevendo-se numa lógica de estabilidade e organização espacial e funcional.

Emergem cinco macro-regiões cuja área geográfica coincide com as circunscrições territoriais das NUTS II – cujas funções se inscrevem em três vectores fundamentais: planeamento, coordenação estratégica e desenvolvimento.

O Novo Regime Jurídico das Áreas Regionais de Turismo de Portugal Continental³¹ vem clarificar os domínios competências e áreas de intervenção das Entidades de Turismo.

Para a Porto e Norte “o raiar desta nova era turística relembra-nos com particular veemência que o Turismo é (sempre e inequivocamente) o espelho do território onde se insere (do seu *habitat*) pelo que o sistema turístico tem de depender (*a priori*) de um conhecimento objectivo e rigoroso dos recursos existentes. Este capital de conhecimento permite (*a posteriori*) proceder à identificação de *clusters* de oferta viabilizando a disponibilização (no mercado) de produtos devidamente estruturados e com valor comercial.”

³⁰Resolução Conselho de Ministros n.º39/2006, de 21 de Abril.

³¹Decreto-Lei n.º67/2008 de 10 de Abril.

Esta alteração conduz a uma ruptura no paradigma Espaço-Produto e surge um novo modelo, segundo uma lógica mais clara de Produto-Espaço.

Está-se assim perante uma “visão moderna do Turismo que não toma o relógio pelo tempo, o estádio pelo desporto, o instrumento pela música, o museu pela arte; ou mais precisamente, o hotel pela estadia, o avião pela viagem ou o restaurante pela gastronomia”.

Com esta visão a articulação do investimento privado com o investimento público apresenta-se mais eficiente de modo a dar maior consistência da política regional e nacional de Turismo.

Os eixos fundamentais da estratégia regional visam a melhoria de indicadores como Tempos médios de permanência; Fortalecimento da base económica Rentabilidade dos produtos e Organização espacial.

Para assegurar a exequibilidade desta nova abordagem é necessário a organização de estruturas próximas de suporte que viabilizem aprofundar, organizar e estimular os agentes que actuam ao nível dos seus territórios.

Com efeito, as Entidades Regionais de Turismo inscrevem-se no âmbito das rápidas mutações que se encontram a operar no quadro internacional do sector do Turismo que apontam no sentido da Administração Pública privilegiar a criação de redes e parcerias flexíveis de organização. A produção turística deixou, portanto, de ter como base destinos, sendo influenciada por produtos diversificados destinada a mercados diversificados.

Tabela 9 Domínios de Intervenção das Entidades de Turismo

Domínios de intervenção das Entidades de Turismo
Definição da política regional de Turismo e sua integração na política de desenvolvimento da região
Gestão e Planeamento
Promoção
Investimento e promoção do desenvolvimento

FONTE: PortoeNorte (adaptado)

De acordo com a PortoeNorte o modelo actual das Entidades Regionais de Turismo apresenta um conjunto de vantagens que se apresenta de seguida.

Tabela 10 Vantagens Comparativas do modelo de Entidades Regionais de Turismo

Vantagens do modelo de Entidades Regionais Turismo segundo a PortoeNorte
Definição de uma política devidamente estruturada e direccionada em metas e objectivos bem definidos
Promoção de redes de sinergias entre os diferentes agentes que actuam nas áreas-destino
Criação de uma base sólida de segurança e confiança para o investimento privado com evidentes reflexos no fortalecimento do Sector Privado
Identificação e clarificação do Produto
Articulação das estratégias locais, regionais e nacionais com a evolução dos mercados
Filosofia de crescimento suportada numa estratégia de organização dos produtos e dos mercados
Detecção mais apurada de oportunidades de promoção dos seus produtos e marcas regionais
Renovada capacidade técnica no sentido de obter e veicular informação susceptível de utilização pelas empresas turísticas da região
Dotadas de massa crítica para que possam actuar de forma coordenada com capacidade

de acção ao nível do território
Agentes com capacidade para apoiarem tecnicamente os actores que operam no espaço regional
Implementação de um sistema organizacional de suporte adequado
Fortalecimento da malha regional
Fortalecimento do sector empresarial e das bases económicas e sócio-culturais locais que o suportam
Dotadas de força empresarial, interpretativa e aglutinadora (sistemas) e identificadora dos produtos aos seus locais
Participação mais efectiva dos seus agentes na elaboração da política regional
Estrutura orçamental mais robustecida
Coordenação entre os diferentes agentes que operam a nível regional pode tornar-se mais efectiva
Capacidade de apoio às organizações privadas pode aumentar em eficiência e eficácia

Fonte: Adaptado PortoeNorte

À escala regional, a estratégia actual plasma as conclusões do documento NORTE 2015, que apresenta um diagnóstico prospectivo, delineando uma visão de futuro e a selecção das prioridades estratégicas para o seu desenvolvimento.

O turismo, surge como uma das actividades económicas de base ao desenvolvimento bem como um elemento de destaque ao nível da sustentabilidade do território designadamente em termos de desenvolvimento rural e diversificação das actividades económicas.

A abordagem das políticas de turismo, do ponto de vista da oferta, encontra nas questões do território, ordenamento e sustentabilidade eixos de actuação,

De acordo com o NORTE 2015 “a afirmação de um destino turístico não acontece apenas pelos atributos de uma Região, sejam eles paisagísticos, culturais ou outros, ou pela simples promoção (por mais apelativa que seja) desses mesmos atributos. Ou seja, os destinos consolidam-se a partir das potencialidades regionais e, deste modo, da estruturação da oferta.”. Planos de Desenvolvimento Turístico Integrados” que funcione

como uma articulação entre os diversos destinos, produtos e agentes da região, em que todos os projectos devem concorrer de forma articulada”.

A inclusão dos princípios da sustentabilidade nos planos turísticos e a criação de uma entidade regional responsável pela gestão da estratégia e investimentos no sector de turismo são definidas no NORTE 2015.

Os elementos turísticos identificados no NORTE 2015 assentam em 7 segmentos, os “vinhos”, o “Porto”, as “termas”, a “ruralidade”, a “cultura popular”, o “património mundial e os “parques naturais, rios e albufeiras”



Fig. 1 - Elementos Turísticos Norte 2015

Fonte: Norte 2015

Para cada um dos produtos turísticos foram identificados os atributos diferenciadores e as orientações para o desenvolvimento do produto. Analisando o produto “turismo de natureza e de aventura” sob o desígnio “Norte Activo” identifica o Parque Nacional Peneda-Gerês, o Parque Natural de Montesinho, do Douro Internacional, do Alvão e do Litoral de Esposende, juntamente com o Douro e as Albufeiras como os elementos diferenciadores da região.

Tabela 11 Orientações Norte 2015 para o Turismo de Natureza e Aventura

Orientações Norte 2015 para o turismo de natureza e aventura
Preservação ambiental dos recursos da região, enquanto elemento de suporte á actividade turística
Dinamização do turismo activo e de natureza, dotando os parques naturais de infra-estruturas e equipamentos de apoio á prática deste tipo de turismo
Desenvolvimento de turismo náutico na costa atlântica
Desenvolvimento de pacotes organizados de turismo de natureza e de aventura

Fonte: NORTE 2015

O papel da Estrutura Ecológica Regional, e da preservação dos subsistemas naturais é integrado no NORTE 2015 dando continuidade a um conjunto de estratégias orientadoras Nacionais cuja operacionalização tem sido diluída no tempo.

O Plano Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal, que resultou da Agenda Regional de Turismo tem como objectivo global: “Posicionar o Norte de Portugal como uma das regiões de maior crescimento no país, através de um processo de desenvolvimento sustentável baseado na Qualificação, na Excelência e na Competitividade e Inovação da sua oferta turística, transformando o turismo num factor de desenvolvimento e diversificação na economia regional”.

Os Recursos Turísticos identificados neste plano para o Norte de Portugal foram o “Porto”, os “Vinhos”, o “ Património Mundial e Cidades Históricas”, os “ Parques Naturais Rios e Albufeiras” a “ Ruralidade e Paisagem”, a Cultura Popular Tradição e Artesanato” e as “ Termas” sendo o Douro identificado como sendo um Polo Turístico

Prioritário a nível Nacional³² “zona de excepcional aptidão e vocação turística”, seguindo-se a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD), em que é apresentado um diagnóstico e uma estratégia de desenvolvimento turístico para a região, este documento teve uma participação pública e institucional transversal a todos os *stakeholders* da região.

O modelo seguido aponta a adopção de um planeamento turístico integrado em que a qualidade e a sustentabilidade são os elementos-chave. As premissas da excelência, da competitividade, da qualidade e da inovação estão presentes bem como a sustentabilidade de modo a “adopção e concretização de políticas e acções que visem um turismo sustentável A sustentabilidade também é económica e social. Assim, dever-se-á promover o equilíbrio necessário entre o desenvolvimento, o investimento e o respeito pela biodiversidade conservação da natureza”.

Para uma integração efectiva necessita de uma real articulação com as restantes estratégias, designadamente o futuro PROT-N, do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, dos Programas Operacionais Temáticos do QREN, do Programa de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do Programa de Intervenção do Turismo (PIT).

Do que consta da versão apresentada para discussão do PROT-N verifica-se que o Turismo surge numa perspectiva sistémica e holística numa lógica de actividade transversal que se relaciona com a “estruturação territorial da oferta turística”, desse modo o planeamento e ordenamento turístico é fundamental para o alcance dos objectivos.

Os PROT assumem o papel de definidores dos princípios do modelo de organização territorial, quer em termos de estruturas e sistemas bem como a localização de grandes investimentos públicos. Assim é um instrumento com valências importantes no desenvolvimento turístico, bem como na articulação das políticas regionais e locais de ambiente. Assume um papel determinante na avaliação e definição de acções integradas

³² RCM n.º. 139/2003.

no QREN, na medida em que ao estabelecer linhas e objectivos regionais, contribui para uma eficiência da aplicação dos recursos.

O PROT- Norte³³, na sua versão “Proposta de Plano de Julho de 2009” define no ponto de Estratégia de Desenvolvimento Turístico, as linhas de acção específicas para o Turismo em consonância com o estabelecido no PENT. Assim a promoção do Turismo assente na qualificação da oferta turística, na valorização ambiental e urbanística, na qualificação da mão-de-obra e na modernização empresarial está plasmada neste documento estratégico.

Os elementos Naturais apresentam um papel de destaque nas linhas de acção propostas, sendo o Turismo de Natureza um dos produtos turísticos elencados na estratégia Regional. Neste sentido a parceria com o ICNB é relevante bem como todas as indicações conducentes à sustentabilidade do Turismo, designadamente no âmbito do Turismo em espaço rural onde são necessárias medidas que assegurem umas “correcta integração dos empreendimentos, ..., de forma a permitir que os utentes desfrutem dos valores paisagísticos, e de património natural e cultural sem produzir a degradação desses mesmos valores nem conduzir à sobreocupação dos espaços rurais”.

Uma das orientações apresentadas na proposta do PROT-Norte passa por “*privilegiar o desenvolvimento de empreendimentos turísticos orientados para a valorização do património natural e cultural e potenciadores de sinergias com a estratégia de protecção e valorização ambiental e de revitalização económica e social local, exigindo sempre a sustentabilidade ambiental como condição de licenciamento*”.

Das Directrizes para o Turismo constantes na Proposta do PROT-NORTE identifica-se de seguida as que dizem respeito a Turismo de Natureza:

- D33.03 “Promover, em articulação com o apoio técnico do ICNB, o desenvolvimento do Turismo de Natureza, com empreendimentos localizados em áreas classificadas ou com valores naturais relevantes.”

³³ Definida a sua elaboração através da Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2006, de 23 de Março

- D33.06 “Os PDM, podem definir as condições de implantação de empreendimentos turísticos no solo rural ,... , com recurso à figura de Programa de Acção Territorial- PAT. ”
- D33.07 “Organizar rotas turísticas, em torno de redes patrimoniais e paisagísticas, de valores culturais e de lazer ou outros interesses específicos, que garantam dimensão ao produto turístico e constituam pólos de desenvolvimento local”.

Perspectiva do PROT-Norte face ao Turismo regional



Fig. 2- Perspectiva do PROT- Norte face ao Turismo Regional

Fonte: CCDR-N

Os elementos fundamentais como os Naturais, Culturais e Históricos Patrimoniais requerem um conjunto de necessidades ao nível de Infra-estruturas básicas, como saneamento básico, energia, água,...; elementos Institucionais e Legislativo ao nível do ordenamento do território, marketing e rede institucional e Infra-estruturas Específicas de Suporte associados aos equipamentos hoteleiros.

“O Norte de Portugal deverá ser uma das regiões de maior crescimento turístico no país, através de um processo de desenvolvimento sustentável baseado na Qualificação, na Excelência e na Competitividade e Inovação da sua oferta turística, transformando o Turismo como um factor de desenvolvimento e diversificação da economia regional” assim o mosaico multifacetado de recursos que a região apresenta de excepcional singularidade e autenticidade, permite a multi-atractividade.

Tabela 12 Eixos Prioritários para o desenvolvimento do turismo do Norte

Eixos prioritários para o desenvolvimento do turismo do Norte
Recursos/Produtos e infra-estruturas de suporte ao Turismo Regional
Marketing e Promoção turística regional
Alojamento e Alimentação
Qualificação e Formação dos Recursos Humanos
Dinamização, Acompanhamento e Informação – <i>Intelligence</i>

Fonte: NORTE 2015

A região Norte foi depois dividida em sub-marcas Turísticas como “Porto”, “Minho”, “Douro”, ”Trás-os-Montes”.

Os produtos Turísticos prioritários definidos foram: o Turismo de Negócios, o Turismo Urbano, o Turismo de Natureza, o Turismo Náutico a Gastronomia e Vinhos o Turismo de Saúde e Bem-Estar, O Turismo Histórico-Cultural e o Golfe.

Em termos de Sub-Marca, o território em análise enquadra-se nitidamente no “ Porto” que se evidencia pelo Centro Histórico do Porto e as caves do Vinho do Porto, Cultura e o Conhecimento, o Centro Económico e Empresarial e o Pólo de Congressos e Convenções, assim seria lógico o concelho de Valongo ficar afastado de toda e qualquer possibilidade de benefício dos investimentos na promoção da marca Porto, mas é evidentemente por possuir outras características distintivas que poderá surgir como um produto complementar na área de Turismo de Natureza e Paisagística, permitindo assim aos turistas a possibilidade de usufruir desses mesmos atributos numa lógica de

proximidade com o Porto, encontrando a escassos minutos do centro urbano atributos característicos de outras submarcas como Trás-os-Montes.

O Turismo de Natureza surge neste documento em linha com o definido pela estratégia NORTE 2015. Assim são identificados alguns recursos, elementos diferenciadores da região como:

- Vários Parques Naturais (Parque Nacional Peneda-Gerês, Parque Natural Douro Internacional, Parque Natural do Litoral Esposende, Parque Natural de Montesinho e Parque Natural do Alvão);
- Diversas aldeias rurais e solares;
- Serras com boas características para a prática de Turismo de Natureza;
- Rios navegáveis e albufeiras para a prática de desportos.

Estabelecendo um conjunto de orientações para o desenvolvimento do produto

Tabela 13 Orientações de promoção do Turismo Natureza

Orientações de Promoção do Turismo Natureza
Melhorar as infra-estruturas de apoio aos parques naturais
Criar/ valorizar caminhos/percursos da natureza
Suprir a carência de serviços de manutenção e de apoio ao turista
Promover a divulgação das Áreas Protegidas e dos seus produtos locais
Melhorar a sinalização turística nas Áreas Protegidas
Qualificar os recursos humanos nesta actividade
Incrementar a oferta de alojamento ambientalmente sustentável
Desenvolver uma oferta de Ecopistas que permita a contemplação da paisagem/natureza.

Fonte: Plano Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte Portugal

2.7 Turismo de Natureza

Abrace a Natureza e parta à descoberta do seu Norte, do nosso Norte, um destino de pureza e equilíbrio.

Melchior Moreira (2010)

Neste ponto pretende-se fazer uma abordagem ao conceito de Turismo de Natureza, designadamente o seu enquadramento nos instrumentos estratégicos com especial destaque para o PENT, bem como o normativo existente sobre o mesmo. Pretende-se igualmente elencar as tipologias de actividades de animação turístico-ambiental que seque se articulam com o turismo de natureza.

O turismo de natureza é apenas uma dimensão mais específica do turismo e da sua relação com o meio ambiente, dado que essa relação está presente em todas as formas de turismo, é impossível haver turismo sem uma relação com o meio ambiente (Ruschmann, 2008:19). O relacionamento do turismo com a natureza remonta ao século XVIII numa fase de descoberta em que os turistas procuravam conhecer novos espaços movidos pela “curiosidade” (Ruschmann, 2008). Numa segunda fase de relacionamento turismo, natureza que decorreu entre finais século XIX e inícios século XX a preocupação com a natureza já não era muita levando a situações de urbanização desses territórios prosseguindo no sentido de turismo de massas. Essa situação só tende a inverter com as preocupações do final do século XX com a sustentabilidade. No século XIX assiste-se também a um movimento de ecoturismo, que numa definição simples se apresenta como “a arte de viajar tendo por objectivo o encontro com a natureza e com outras culturas, perturbando o menos possível o ambiente, compreendendo e respeitando o equilíbrio social e económico local, e colaborando no seu desenvolvimento” (Oliveira, 2009:22).

O Turismo de Natureza, afirma-se como o Produto Turístico Estratégico, que maior e mais rápida sustentabilidade pode trazer ao conjunto do sector económico do turismo.

O conceito de turismo de natureza surgiu em Portugal em termos normativos no Programa Nacional de Turismo de Natureza em 1998³⁴, em que a ecologia e a sustentabilidade surgiam como garante de uma utilização do espaço turístico com a manutenção das condições da biodiversidade e a sua preservação para as gerações futuras, decorrente da legislação da época em vigor enquadrava-se em turismo da natureza “ estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizadas e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas”³⁵. Com a aprovação do PENT esta visão foi alargada, englobando agora todas as actividades, modalidades de alojamento e experiências que pressupõem uma interacção com a natureza, ocorrendo ou não em áreas protegidas.

A classificação de empreendimentos de turismo de natureza³⁶ inclui “ estabelecimentos que se destinem a prestar serviços de alojamentos a turistas, em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental”.

O sector de Turismo de Natureza é definido pelo Turismo de Portugal com base no relatório Turismo de Natureza como o conjunto de duas modalidades distinta entre si de acordo com a motivação do turista. Apresenta-se assim um Turismo de Natureza *soft* baseado na motivação de viver experiências de grande valor simbólico e interagir e usufruir da Natureza que contrapõe, complemente e se cruza com um Turismo de Natureza *hard*, em que as motivações passam por actividades desportivas, contemplação da Natureza e actividades de interesse especial.

No Turismo de Natureza *soft*, que segundo estudo da THR representa 80% do total de viagens de Natureza, incluías actividades realizadas ao ar livre de baixa intensidade

³⁴ Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/98 de 25 Agosto.

³⁵ Decreto-Lei n.º 47/99 de 16 Fevereiro.

³⁶ Regulado pelo n.º1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 Março.

como passeios, excursões, percurso pedestres, ou observação de fauna. Ao contrário, no Turismo de natureza *hard* as experiências procuradas têm um carácter mais activo com a prática de desportos na Natureza, como *rafting*, *kayaking*, *hiking*, *climbin* e/ou actividades que requerem um determinado grau de conhecimento e concentração como *birdwatching* (observação de aves).

O turismo de Natureza funciona em alguns casos como uma procura secundária de outras motivações de viagem, como o Sol e Praia, podendo constituir uma actividade complementar à principal.

De acordo com o estudo elaborado pela THR com base em dados de 2005, o perfil do consumidor de Turismo de Natureza é distinto para a modalidade *soft* e *hard*, sendo no caso *soft* constituído nomeadamente por famílias com filhos, casais e indivíduos reformados, enquanto na versão *hard* o consumidor é tendencialmente jovem, estudantes ou profissionais liberais e praticantes de desporto.

Ao nível de actividades realizadas, os dados confirmam a distinção de segmentos sendo o turismo de Natureza *soft* procurado para actividades como descansar, caminhar, apreciar a paisagem e fotografia, sendo o *hard* mais procurado para praticar desportos, educação ambiental e aprofundar conhecimentos da Natureza.

Em termos de alojamento procurado, a distinção de segmentos também é notória. Ao nível do *soft* a procura recai sobre hotéis de 3 e 4 estrelas e no *hard* a procura já privilegia alojamentos integrados na Natureza como parques de campismo, casas de campo e abrigos de montanha.



O perfil de consumidores de Turismo de Natureza *hard*, distingue-se dos consumidores da versão *soft*, quer em termos de motivações, que tipo de actividades realizam, hábitos de uso, de informação bem como da própria faixa etária. De forma simplificada o esquema seguinte faz o retrato dos consumidores de Turismo de Natureza.

Ao nível de motivações, destaca-se o Descanso e Relaxamento que lidera o posicionamento das motivações, seguido do Interesse Básico e Ocasional pela Natureza.

Âmbito	Consumidores de Natureza <i>Soft</i>	Consumidores de Natureza <i>Hard</i>
Perfil socio-demográfico	Famílias com filhos Casais Reformados	Quem são? > Jovens entre 20 e 35 anos > Estudantes e profissionais liberais > Praticantes / aficionados de desportos ou actividades de interesse especial
Hábitos de informação	Informação interpessoal Brochuras	Através de que meio se informam? > Revistas especializadas > Clubes/associações > Internet
	Agências de viagens <i>Call centres</i>	Onde compram? > Internet > Associações especializadas
	Pequenos hotéis de 3-4 estrelas Casas rurais	Que tipo de alojamento compram? > <i>Bed & breakfast</i> > Alojamentos integrados na Natureza (casas de campo, campismo...) > Refúgios de montanha
	Maioritariamente no Verão (época de férias)	Em que período do ano compram? > Primavera e Verão, dependendo do tipo de actividade ou desporto
	Famílias Casais Grupo de amigos	Quem compra? > Individual > Grupo de amigos
	1 - 2 vezes por ano	Quantas vezes ao ano compram? > Frequentemente (até 5 vezes)
Hábitos de uso	Descansar e desligar no meio natural Caminhar e descobrir novas paisagens Visitar atractivos interessantes Fotografia	Que actividades realizam? > Praticar desportos ou actividades de interesse especial > Aprofundar o conhecimento da Natureza > Educação ambiental

Fig. 3 - Perfil dos turistas de natureza

Fonte: Turismo Portugal, Turismo de Natureza

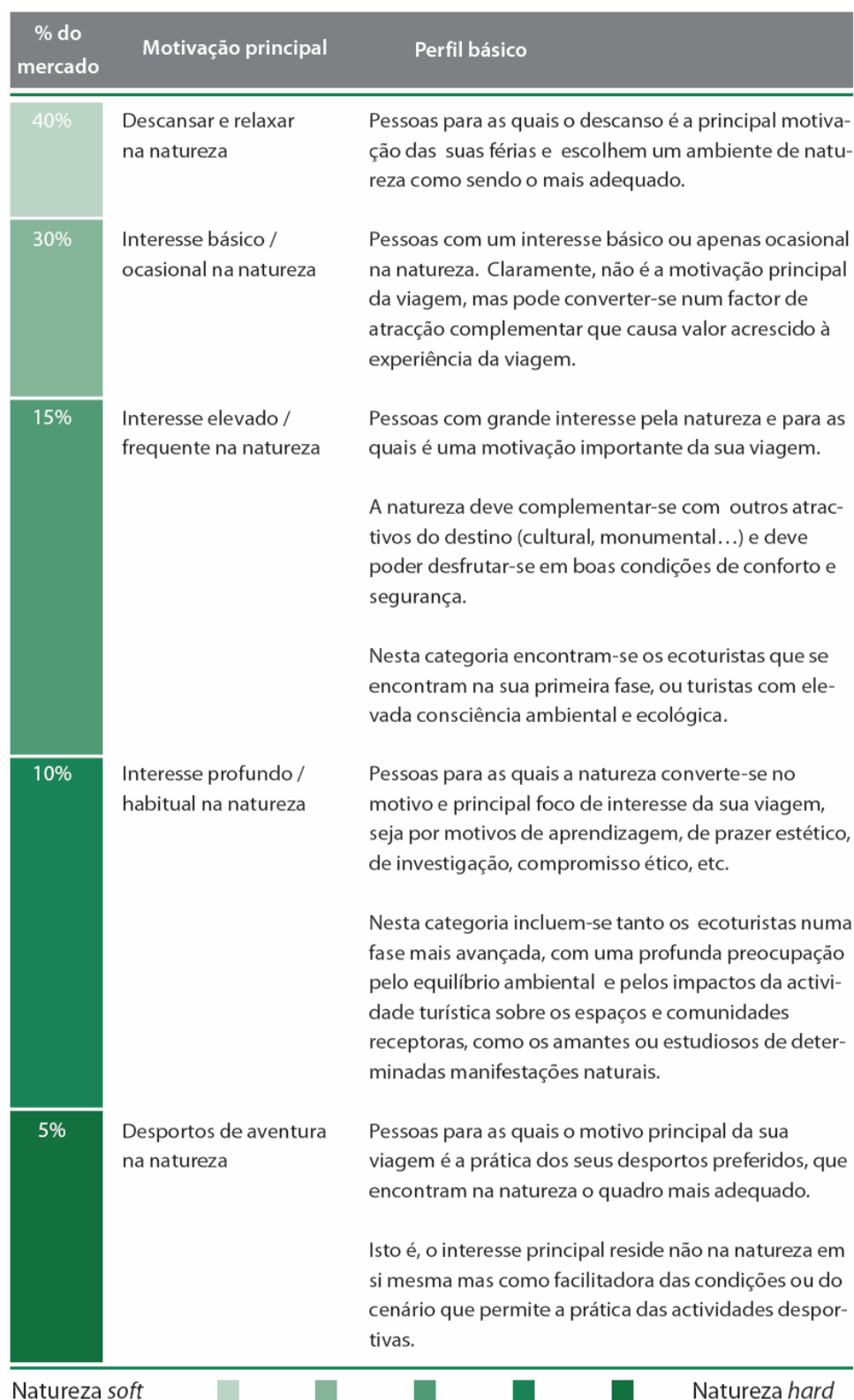


Fig. 4 - Motivações dos turistas de natureza

Fonte: Turismo Portugal, Turismo de Natureza

Ao Turismo de Natureza, apresentam-se algumas oportunidades de crescimento, designadamente ao nível do segmento *soft* decorrente do crescimento de mercado, segundo a THR o ritmo médio de crescimento das viagens motivadas pelo turismo de Natureza verificado na Europa cifra-se em 7% anual, motivados por uma maior consciência ambiental, pela preferência por áreas envolventes não massificadas, preferência por férias activas, procura de experiências e autenticidade de valores.

Para aproveitar este aumento, os destinos têm que cumprir e dispor de um conjunto de factores que se mostram fundamentais para o sucesso enquanto destino de turismo de Natureza como a diversidade e recursos naturais, nomeadamente fauna e flora, existência de espaços naturais protegidos, boas acessibilidades e uma conservação e limpeza de todo o espaço envolvente, para além da existência destes factores, impõem-se que estes sejam complementados por condições de visita que incluam um leque alargado de actividades possíveis de realizar.

Factores	Natureza <i>soft</i>	Natureza <i>hard</i>
Paisagens naturais únicas e com forte atractividade	■	■
Flora e fauna abundante e diversa	■	■
Adequadas infra-estruturas de acolhimento, sinalização e equipamentos básicos (áreas de descanso, centros de acolhimento e informação, etc.)	■	■
Ampla e variada oferta de rotas e itinerários (extensão, dificuldade, etc.) adaptada a diversas tipologias de turistas / visitantes	■	■
Boa relação preço / qualidade	■	■
Bom grau de tecnologia, know how e experiência na gestão de actividades especializadas	■	■
Bom funcionamento de prestadores de serviços de apoio: aluguer de equipamentos e materiais, transporte, etc.	■	■
Eficaz cobertura de seguros	■	■
Eficaz funcionamento dos serviços de resgate e serviços médicos de urgência	■	■
Excelentes guias e monitores, com domínio de idiomas	■	■
Alojamento integrado na envolvente natural	■	■
Sistema de certificação de espaços naturais	■	■
Sistema de certificação das empresas	■	■

Legenda: ■ Factor chave, imprescindível ■ Factor importante, mas não imprescindível

Fig. 5 - Factores chave do turismo de natureza

Fonte: Turismo Portugal, Turismo de Natureza

O turismo de Natureza, pela sua relação complexa com o território e com os agentes envolvidos, nomeadamente por relacionar interesses públicos e privados a diversas

escalas, pressupõe um processo de produção de valor em que é obrigatória uma boa articulação entre o sector público, responsável pelas políticas e acções globais, nomeadamente em termos de planeamento, legislação, infra-estruturas e marketing global com implicações ao nível da melhoria da qualidade, da promoção do destino e atracção de investidores e do sector privado com responsabilidade ao nível da oferta de bens e serviços como hotéis, restaurantes, comércio entre outros.

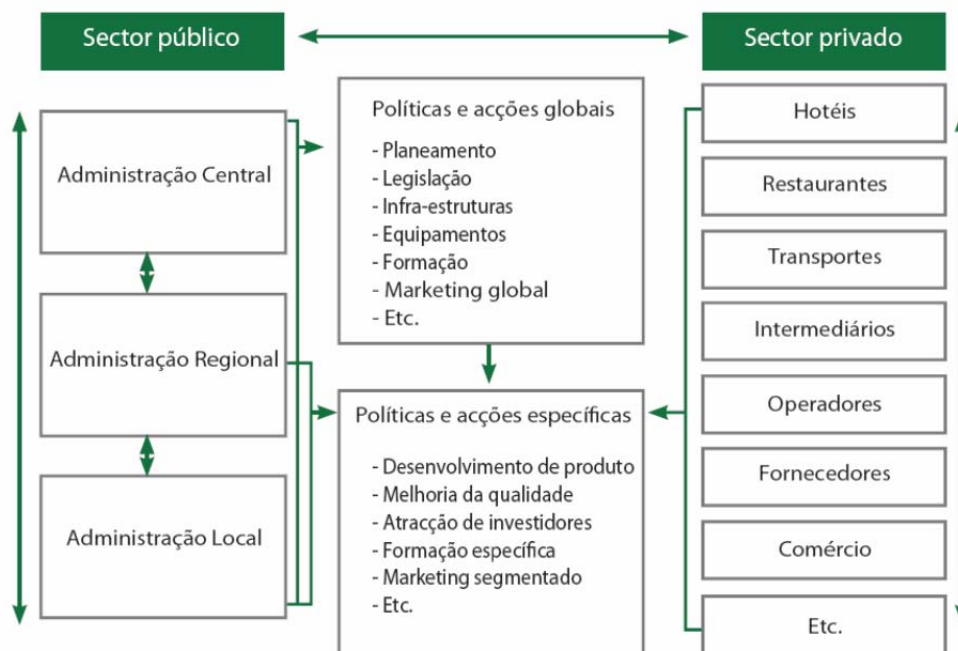


Fig. 6 - Stakeholders do turismo de natureza
Fonte: Turismo Portugal, Turismo de Natureza

Na produção de valor, a percepção dos consumidores é fundamental, e de acordo com o estudo da THR sobre Turismo de Natureza esta é constituída por quatro fases, a Preparação, o Chegar, o Estar e o Viver. A fase da preparação engloba todo o processo a montante da viagem propriamente dita, como procura de informação, reserva, compra, a fase do Chegar está relacionada com os meios de transporte, as infra-estruturas e a sinalização. O Estar prende-se com a utilização dos serviços como hotelaria, restaurantes, segurança, telecomunicações e o Viver, que surge como a fase com maior relevo para a produção de valor no turismo de Natureza. A este nível inclui-se a qualidade, diversidade e autenticidade das experiências vividas durante a estadia, assim

o papel dos agentes privados, na oferta de soluções é determinante em articulação com as entidades públicas a quem é requerido uma postura de regulamentação e articulação. Para que o Viver seja maximizado espera-se uma forte aposta nas experiências, que segundo a THR se dividem em experiência estéticas, envolvendo todo o conjunto de actividades de uso de rotas, itinerários, recreações, sobre os valores históricos, culturais e naturais e experiências de “edutenimento”, ou seja com uma componente educacional, em que o turista possa ter contacto com especialistas dos temas e participar activamente em actividades desse domínio temático.

O conjunto de experiências conjugado com factores como segurança, variedade, singularidade, aceitação, crescimento e contribuição, formam a pirâmide emocional, ou seja a satisfação das necessidades emocionais por parte do utilizador do turismo de natureza

Tabela 14 Pirâmide Emocional do Turista de Natureza

Pirâmide Emocional do Turista de Natureza
Contribuição O cliente deseja contribuir com algo útil para o destino da visita
Crescimento O cliente deseja aprender, desenvolver-se e melhorar como pessoa
Aceitação O cliente deve sentir-se bem vindo e parte integrante do destino
Singularidade O cliente deve sentir-se especial no tratamento
Variedade Ampla variedade de opções de actividades
Segurança O cliente deve ter a sensação de segurança

Fonte: Turismo Portugal, Turismo de Natureza

Tabela 15 Actividades de Animação Turístico-ambiental

Actividades de animação Turístico-ambiental
Passeios pedestres
Expedições fotográficas
Percursos interpretativos e observação de fauna e flores
Actividades de orientação
Jogos populares
Montanhismo, escalada, actividades de neve, canyoning, coasteering, espeleologia
Percursos de obstáculos, rapel, slide
Paintaball
Balonismo, asa delta sem motor, parapente
Passeios de bicicleta, cicloturismo ou BTT
Passeios equestres, passeios em atrelagem
Passeios em veículos todo o terreno
Passeios de barco, com ou sem motor
Observação de cetáceos e outros animais marinhos
Vela, remo, canoagem e actividades náuticas similares
Mergulho
Rafting, hidrospeed

Fonte: Turismo Portugal, Turismo de Natureza



O Turismo de Natureza é apresentado no PENT como um produto estratégico com um conjunto alargado de factores de competitividade como: “a Paisagem com os seus valores naturais diferenciadores; a fauna e flora com um nível significativo de conservação; uma adequada rede de acolhimento, sinalização e variedade de oferta de rotas e itinerários bem como uma valorização da envolvente e das acessibilidades”.

São apontados um conjunto de oportunidades de desenvolvimento como: “a maior consciência ambiental e a sua valorização enquanto elemento turístico; preferência por destinos não massificados; crescente preferência por férias activas; procura de experiências com elevado conteúdo de autenticidade e valores étnicos; forte divulgação de viagens de natureza pela internet”.

Para uma concretização das oportunidades em benefícios objectivos, identifica-se a necessidade dos agentes adoptarem medidas de melhoria em aspectos como: adaptar os serviços aos espaços naturais e aos clientes; adoptar boas práticas ambientais; assegurar condições de acolhimento; envolver os serviços de alojamento, restauração e outras actividades de base local; actuar articuladamente na promoção e comercialização.

2.8 Programas Financiamento Período programação Comunitária 2007-2013

2.8.1 Quadro Referência Estratégico Nacional (QREN)

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) assume-se como o documento base da estratégia nacional para o período 2007-2013 ao nível de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial integrado na estratégia de utilização dos fundos estruturais e de coesão da União Europeia.

Este documento estratégico, de acordo com a resolução do Conselho de ministros n.º86/2007 de 3 de Julho e o Decreto-lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro apresenta como desígnio “a qualificação dos portugueses, com enfoque no conhecimento, na ciência, na tecnologia e na inovação bem como a prossecução de um desenvolvimento económico e sócio cultural e de qualificação territorial”.

Encontram-se elencados cinco prioridades estratégicas:

- *Promoção e qualificação dos portugueses,*
- *Promoção do crescimento sustentado através do aumento da competitividade dos territórios e das empresas,*
- *Garantir a coesão social,*
- *Assegurar a qualificação do território e das cidades, valorizando os ganhos ambientais, o melhor ordenamento do território,*
- *Aumentar a eficiência da governação, adoptando intervenções transversais.*

Para uma eficiente aplicação da estratégia o Governo impõe um cumprimento de alguns princípios orientadores, como a concentração de intervenções, a selectividade e a focalização das acções de desenvolvimento com base em critérios rigorosos e de hierarquização, a viabilidade económica e a sustentabilidade financeira dos projectos, a coesão e valorização territorial que vise o progresso económico, sócio - cultural e ambiental, promovendo o desenvolvimento sustentável e regionalmente equilibrado. Todos estes princípios visam uma maior eficiência e eficácia na implementação.

De acordo com o artigo 29.º do Decreto - Lei n.º 312/2007 de 17 De Setembro os programas operacionais que integram o QREN assumem uma natureza temática, regional, de assistência técnica e de cooperação territorial constituídos pelo PO

potencial Humano, PO Factores de Competitividade, PO Valorização do Território. Ao nível dos PO regionais, existe um para cada NUT II.

Das três agendas temáticas, (Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território), destaca-se a Agenda para a Valorização do Território pelo seu relacionamento directo com o desenvolvimento territorial, designadamente por visar “a dotação de condições de atractividade para o investimento produtivo e de condições de vida das populações bem como a promoção da coesão económica, social e territorial”. Os domínios de intervenção desta agenda incluem: o reforço da conectividade internacional, das acessibilidades e mobilidade, protecção e valorização do ambiente, política de cidades e redes, infra estruturas e equipamentos para a coesão territorial e social.

Ao nível de financiamento da actividade de Turismo, verifica-se que a programação comunitária para o período 2007-2013 aposta no seu desenvolvimento a nível nacional e regional com base nos princípios da eficácia e da eficiência dos recursos que permitam a prossecução de um turismo de “qualidade” e “sustentável”.

Para uma efectiva eficiência e eficácia é imperioso uma articulação entre as políticas nacionais e regionais bem como uma partilha de objectivos em termos sectoriais, afim de maximizar os recursos disponíveis. A articulação da Política e Estratégia Regional de Turismo e o QREN e o Programa de Desenvolvimento Rural permite alcançar esse objectivo juntamente com os Programas Temáticos pluriregionais.

Para o alcance dos objectivos da Agenda Regional de Turismo é fundamental o acesso a instrumentos como o Programa Operacional de Competitividade, o Programa Operacional de Valorização do Território e o Programa Operacional de Potencial Humano. O Programa Operacional de Potencial Humano destaca-se pelo papel na promoção da qualificação dos recursos humanos, essencial para a qualidade do serviço.

O Turismo em Espaço Rural encontra no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR – FEADER) um apoio ao nível da diferenciação da oferta turística, potenciando as acções que visam um turismo ambientalmente sustentável.

O PIT – Programa de Intervenção do Turismo³⁷ é direccionado à qualificação da oferta turística bem como a realização de eventos de projecção internacional que favoreçam o destino Portugal, funcionando em complementaridade com os restantes instrumentos.

De destacar os Sistemas de Incentivos do QREN, direccionados ao investimento empresarial que abrange um leque diversificado de sectores de actividades, designadamente o Turismo e que se apresenta como um instrumento de apoio à inovação, competitividade e desenvolvimento regional.

Este apoio integra-se no POFC bem como nos Programas Operacionais Regionais, sendo a distinção feita segundo o critério da dimensão da empresa promotora, competindo a gestão ao POFC no caso de projectos de média e grandes empresas e aos Programas Regionais no caso de projectos de micro e pequenas empresas.

Dentro dos princípios que definem este sistema, destaca-se:

- A Focalização em investimentos que visam o acréscimo de produtividade e competitividade das empresas, favorecendo o desenvolvimento territorial;
- Concentração de apoio em actividades que potencialmente produzam efeitos económicos positivos nos territórios em que se integram;
- Prioridade a projectos de investimento em actividades de produção de bens e serviços transaccionáveis ou internacionalizáveis;
- Focalização na Sustentabilidade dos investimentos designadamente a sua viabilidade económica;
- Proporcionalidade entre incentivo e externalidade;
- Incentivo à cooperação e funcionamento em rede.

Os Sistemas de Incentivos estão divididos em três Sistemas distintos:

³⁷Despacho Normativo n.º 20/2007 de 14 de Maio.

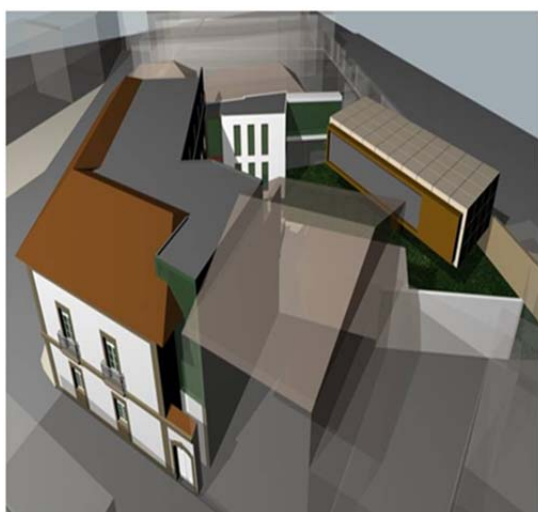
-
- *O Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, (SI I&DT), que visa a criação de novos conhecimentos que originem maior competitividade da empresas;*
 - *O Sistema de Incentivo à Inovação (SI Inovação) que visa obter inovação que permita a subida na cadeia de valor e a internacionalização em áreas com potencial de crescimento;*
 - *O Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação PME) que visa o incremento da competitividade das PME designadamente pelo aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta às necessidades do mercado.*

Estes Sistemas de Incentivos podem ser complementados pelos instrumentos de Estratégia de Eficiência Colectiva de base territorial ou sectorial bem como pelas Acções Colectivas. Apresenta-se de seguida alguns dos projectos de base turística que obtiveram o apoio destes sistemas:

- Construção de um Barco Hotel da empresa Douro-Azul para cruzeiros turísticos no Rio Douro apoiado pelo SI Inovação;
- Construção de um Hotel com Enoteca pela Empresa HCH- Investimentos Turísticos, Lda;



- Construção do Espaço Multi-Funcional HardClub; Construção do Hotel com o conceito de Eco Resort Tapada da Mata em Évora bem como o apoio à criação de uma empresa de animação turística de passeios e actividades aéreas, GetHigh



2.8.2 ON2

O ON.2 - O Novo Norte (Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013) é um instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional do Norte de Portugal que decorre do FEDER, e se integra no QREN.

Sendo um instrumento financeiro, o ON.2 define-se ainda como um contributo estratégico para a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial sustentável da Região do Norte. Nesse contexto, elege cinco prioridades estratégicas,

Tabela 16 Eixos Prioritários

Eixos Prioritários
Competitividade, Inovação e Conhecimento
Valorização Económica de Recursos Específicos
Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial
Qualificação do Sistema Urbano
Governança e Capacitação Institucional

Fonte: ON2

Tabela 17 Eixo Prioritário I - Competitividade, Inovação e Conhecimento

Eixo Prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento
• Consolidação dos serviços colectivos regionais de suporte à inovação e promoção do

sistema regional de inovação;

- Apoio à criação e consolidação de “clusters” emergentes e de empresas de base tecnológica em sectores que promovam o interface com as competências e capacidades regionais em ciência e tecnologia;
- Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial;
- Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos sectores de especialização;
- Promoção de acções colectivas de desenvolvimento empresarial;
- Promoção da economia digital e da sociedade do conhecimento;
- Promoção de acções de eficiência energética.

Fonte: ON2

Tabela 18 Eixo Prioritário II - Valorização Económica de Recursos Específicos

• Eixo Prioritário II – Valorização Económica de Recursos Específicos

- Valorização da excelência turística regional (Programa de Promoção da Marca Porto Norte de Portugal e Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro);
- Promoção económica de novos usos do mar;
- Valorização da cultura e da criatividade;
- Acções de valorização de novos territórios de aglomeração de actividades económicas;
- Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação da actividade económica dos territórios rurais.

Fonte: ON2

Tabela 19 Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

- Valorização e qualificação ambiental (Valorização e gestão de áreas ambientalmente críticas, optimização da recolha selectiva e da triagem, gestão da orla costeira e dos recursos marinhos e prevenção de riscos naturais, tecnológicos e sanitários);

- Gestão activa da Rede Natura e da biodiversidade;
- Qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade.

Fonte: ON2

Tabela 20 Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano

Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano

- Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação;
- Promoção de operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana;
- Promoção da mobilidade urbana;
- Promoção da conectividade do sistema urbano regional.

Fonte: ON2

Tabela 21 Eixo Prioritário V - Governação e Capacitação Institucional

Eixo Prioritário V - Governação e Capacitação Institucional

- Modernização do Governo electrónico e melhoria da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local;
- Promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional e local.

Fonte: ON2

Tabela 22 Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica

Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica

- Capacitação da Autoridade de Gestão para o eficaz desenvolvimento das suas Competências.

Fonte: ON2

Através dos objectivos dos Eixos Prioritários do ON2, pretende-se criar uma articulação entre os diversos objectivos específicos e os objectivos gerais do Programa bem como com os objectivos do QREN, nas suas várias vertentes.

Este Programa é exclusivamente financiado pelo FEDER, mas com uma flexibilidade que permite o co-financiamento de investimentos enquadrados em tipologias de outros fundos estruturais. Numa lógica de desenvolvimento regional é incluída a possibilidade de financiamento a empresas, através dos “Sistemas de Incentivos”, visando a competitividade geral do território com o apoio à internacionalização e investigação e desenvolvimento.

A visão supramunicipal e regional está patente em todo o ON2, sendo privilegiado “o financiamento de intervenções de escala supramunicipal e regional, dotadas de carácter estratégico de acordo com as prioridades e princípios definidos no programa, sustentabilidade e com um efeito estruturante no seu âmbito de aplicação”. Para além do desenvolvimento regional e sustentável verifica-se a inclusão dos objectivos da “Estratégia de Lisboa” através do “*Earmarking*” e o incremento da competitividade das Regiões e a criação de emprego.

Através do QREN, a taxa de comparticipação, pode atingir 85% das despesas elegíveis, o que representa um aumento face ao período de programação anterior que no máximo seria de 75%.

O modelo de Governança do ON2 compreende alterações decorrentes das orientações do QREN, compreendendo um novo modelo de Governação e de estrutura orgânica, um órgão de Direcção Política (a Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente), um órgão de Aconselhamento Estratégico Regional do Norte, um órgão de Gestão (a Autoridade de Gestão) e um órgão de acompanhamento (a Comissão de Acompanhamento).

Como se depreende as possibilidades de financiamento para acções que visem a melhoria do Turismo são diversas. Considerando que toda a melhoria do território, através da valorização ambiental, do sistema urbano, da valorização dos recursos

específicos, da competitividade se traduz numa mais-valia para a actividade turística, o ON2 apresenta-se como um instrumento de financiamento para o Turismo.

Analisando, os recursos disponíveis especificamente para o Turismo o ON2 elencou um conjunto de acções prioritárias como:

- Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, através do pólo turístico prioritário;
- Marketing e Promoção do Porto e Norte de Portugal;
- Desenvolvimento dos produtos turísticos prioritários e de outras áreas de aptidão e vocação turística.

Para o conjunto de acções previstas está previsto um orçamento de investimento directo a projectos ligados ao turismo com um valor de 100 milhões de euros para o período de 2007-2013.

2.8.3 PRODER

O PRODER apresenta-se como o instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural para o período 2007-2013³⁸, Co-financiado pelo FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. Os objectivos do PRODER seguem as orientações do Plano Estratégico Nacional:

- *Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;*
- *Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;*
- *Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.*

O desenvolvimento rural tem um carácter transversal, o que impõe um conjunto alargado de objectivos e efeitos, designadamente o reforço da coesão territorial e social.

Neste ponto apresenta-se a estrutura do PRODER³⁹, os Subprogramas e as medidas, com maior destaque para as medidas que se cruzam com o Turismo designadamente o Subprograma 3 “ Desenvolvimento das Zonas Rurais” que traduz a actuação do programa LEADER, através das acções promovidas no âmbito de estratégias de desenvolvimento local e através de agentes organizados especificamente para esse efeito.

A abordagem LEADER mostra o interesse, a preocupação e a necessidade da Europa no investimento nas Zonas Rurais. As suas condições naturais e estruturais, constituem por vezes um estatuto de zonas desfavorecidas. A preocupação com o seu desenvolvimento e preservação da identidade constituem a base do LEADER.

³⁸ Aprovado pela Comissão Europeia, pela Decisão COM. (2007) 6159, em 4 de Dezembro.

³⁹ Ver Anexo Estrutura do PRODER.

A competitividade das zonas rurais, a resolução dos problemas e a melhoria da qualidade de vida das zonas rurais formam a base do modelo de governação que requer a participação e envolvimento dos parceiros locais.

O envolvimento dos parceiros locais, através de Grupos de Acção Local (GAL) visa a definição de uma estratégia que inclua as especificidades do território e uma maior eficácia, “tendo em conta a diversidade das zonas rurais, a estratégia a adoptar deve ser construída, decidida e implementada a nível local pelos agentes locais, em nome da sua eficácia”. Os GAL envolvem parceiros públicos e privados, conjugando uma representatividade dos grupos de interesse da região dos sectores socioeconómicos existentes, com o objectivo de formular a Estratégia Local de Desenvolvimento Rural.

O PRODER apresenta um conjunto de apoios que visam a dinamização das zonas rurais sob o ponto de vista social e económico através da promoção de actividades económicas que gerem riqueza, fixem populações e melhorem a qualidade de vida existente. Assim o Turismo surge como uma possibilidade de diversificação das actividades económicas passíveis de desenvolvimento em complemento com a actividade rural.

O PRODER pretende implementar e apoiar estratégias que assentem na singularidade de cada território e que valorize o “espaço de vivência da comunidade” de modo a melhorar a qualidade de vida local e de possíveis novos residentes.

O carácter urbano de Valongo, limita parcialmente o acesso aos apoios do PRODER, no entanto, afigura-se um instrumento fundamental para o modelo de desenvolvimento turístico assente na dimensão natural, ambiental e rural.

Valongo integra a ADRITEM⁴⁰ - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria – que é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, ao serviço do Desenvolvimento Local.

⁴⁰ Criada a 16 de Outubro de 2007 pelos Municípios de Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, aos quais se associaram posteriormente os Municípios de Gondomar e Valongo, e outros associados que comungam dos objectivos da ADRITEM e intervém dum modo activo nos processos de desenvolvimento, promoção e valorização do seu território.

De seguida apresenta-se os apoios PRODER no âmbito de actividades de Turismo, designadamente o Alojamento Turístico, sendo neste caso distinto o apoio concedido a Alojamentos que integrem explorações agrícolas ou que sejam instalados de forma isolada.

Tabela 23 Alojamento Turístico dentro da Exploração Agrícola

Alojamento Turístico dentro da Exploração Agrícola
Parques de Campismo e Caravanismo
Agro-Turismo
Turismo de Habitação
Turismo em Espaço Rural nas tipologias de Casas de Campo
Turismo de Natureza nas modalidades acima referidas

Fonte: Adaptado PRODER

Estes apoios enquadram-se na Acção 3.1.1 - Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola e destinam-se a agricultores e membros do seu agregado familiar.

Tabela 24 Despesas Elegíveis, Acção 3.1.1 PRODER

Despesas Elegíveis
Elaboração de projecto
Remodelação e/ou recuperação de edifícios
Construções
Equipamentos
Viaturas (quando indispensáveis à execução do projecto).

Fonte: Adaptado PRODER

A manutenção da produção agrícola dentro da exploração é condição obrigatória para aprovação do projecto, que deverá ter um montante de investimento elegível entre os 5.000€ e os 300.000€. A diversificação das actividades de produção de bens e serviços

bem como o cumprimento da legislação em matéria de ambiente, higiene e bem-estar animal e a viabilidade económica também condicionam a aprovação do projecto.

Tabela 25 Alojamento Turístico fora da Exploração Agrícola

Alojamento Turístico fora da Exploração Agrícola
Turismo de habitação
Turismo em espaço rural na tipologia de Casas de Campo
Parques de Campismo e Caravanismo
Turismo de natureza nas modalidades acima referidas
Ecoturismo
Enoturismo
Turismo associado a actividades de caça e pesca
Turismo equestre
Turismo religioso
Turismo de saúde
Turismo cultural

Fonte: Adaptado PRODER

Esta tipologia de apoio destina-se a qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado e enquadra-se na Acção 3.1.3 - Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer.

Tabela 26 Despesas elegíveis, Acção 3.1.2 Proder

Despesas Elegíveis
Elaboração de projecto
Remodelação e/ou adaptação de instalações
Construções
Pequenas infra-estruturas de animação
Equipamentos
Despesas com investimentos imateriais
Viaturas (quando indispensáveis à execução do projecto).

Fonte: Adaptado PRODER

As Actividades de Lazer encontram apoio através do PRODER, sendo também distintas as situações que se desenvolvem dentro de explorações agrícolas das que se desenvolvem no exterior. No caso das actividades desenvolvidas dentro das explorações agrícolas os destinatários são os agricultores e os elementos do agregado familiar, No caso de actividades desenvolvidas no exterior de explorações agrícolas os beneficiários são qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado. Estes apoios inserem-se na Acção 3.1.1 - Apoio a actividades turísticas e de lazer, nomeadamente na criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, alojamento turístico de pequena escala e infra-estruturas de pequena escala, tais como, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, animação turística. Esta acção tem como objectivo “desenvolver o turismo e outras actividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego”.

Tabela 27 Tipologias de projectos apoiados de Actividades de Lazer dentro de explorações

Tipologias de projectos apoiados de Actividades de Lazer dentro de explorações
Actividades de pesca em águas interiores
Actividades de caça
Actividades pedagógicas
Serviços de lazer

Fonte: Adaptado PRODER

Tabela 28 Tipologias de Actividades de Lazer fora de explorações

Tipologias de projectos apoiados de Actividades de Lazer fora de explorações
Centros de observação da natureza
Criação de percursos e rotas
Actividades de animação turística

Fonte: Adaptado PRODER

Tabela 29 Tipologias Actividades de Lazer, PRODER

Despesas Elegíveis
Elaboração de projecto
Remodelação e/ou recuperação de edifícios
Construções
Equipamentos
Despesas com investimentos imateriais
Viaturas (quando indispensáveis à execução do projecto)

Fonte: Adaptado PRODER

O investimento em Actividades de Transformação e Comercialização encontra no âmbito do PRODER uma possibilidade de apoio ao investimento de agricultores e de

membros do agregado familiar que pode ser desenvolvido pela Criação de Microempresas cujo ramo de actividade se enquadre no âmbito das Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Ao nível de acção social o PRODER atribui apoio a projectos desenvolvidos por parcerias privadas e público-privadas bem como IPSS e ONGs.

Tabela 30 Tipologias de Acção Social

Tipologias de medidas de Acção Social
Acompanhamento domiciliário a idosos e deficientes
Serviços itinerantes de apoio social
Animação cultural
Apoio à infância
Apoio a novos residentes

Fonte: Adaptado PRODER

A Conservação do Património Rural tem na Acção 3.2.1 - Conservação e Valorização do Património Rural do PRODER um instrumento de apoio direccionado a Autarquias e pessoas singulares ou colectivas de direito privado.

Tabela 31 Valorização de Património Rural

Tipologias de Projectos apoiados de valorização de Património Rural
Preservação de edifícios de traça tradicional
Recuperação de práticas culturais tradicionais
Preservação, recuperação e valorização de recursos naturais

Fonte: Adaptado PRODER

Tabela 32 Despesas Elegíveis Valorização Património Rural

Despesas Elegíveis
Elaboração de projectos
Obras de recuperação e beneficiação do património rural
Pesquisas e inventariação de tradições culturais
Equipamentos de sinalética de itinerários
Material de divulgação e material documental
Outros investimentos imateriais

Fonte: Adaptado PRODER

Turismo e Actividade de Lazer na Natureza, O Enquadramento nos Programas de Financiamento

CASO DE ESTUDO: Valongo

PRODER Sub-Programa 3 Medida 3.1. - Diversificação da Economia e Criação de Emprego			
	Objectivos Âmbito Acções	Regime e Nível de Apoio	Beneficiários
Ação 3.1.1. - Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola	Estimular o desenvolvimento de actividades não agrícolas na exploração, criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo, directamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar assim como para a fixação da população, a ocupação do território, e o reforço da economia rural. TEFC: Agro-turismo; parques de campismo rurais e turismo de natureza (centros de acolhimento); casas de campo; turismo de habitação; Serviços de recreação e lazer; Actividades pedagógicas; Caça e pesca em águas interiores; Produção de bens resultantes de actividades de transformação; Pontos de venda directa dos bens produzidos na exploração; Produção e venda de energia, utilizando fontes renováveis de energia; Outros Serviços prestados a terceiros	Os projectos de investimento serão apoiados até uma despesa total elegível de 300 000 €, de acordo com a seguinte taxa de co-financiamento: - 40% sem criação de postos de trabalho; - 50% com a criação de 1 posto de trabalho; - 60% com a criação de 2 postos de trabalho As operações relativas à transformação e comercialização de produtos agrícolas devem apresentar um custo total elegível, igual ou superior a 5000€ e igual ou inferior a 25000€.	* Titular de uma exploração agrícola ou membros do seu agregado familiar
Ação 3.1.2. - Criação e Desenvolvimento de Micro-empresas	Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas. Esta acção tem como objectivo apoiar a criação e desenvolvimento de <u>micro-empresas</u> em coerência com as necessidades dos territórios locais e com a estratégia definida. Estão excluídas as empresas cuja CAE seja relativa às actividades e produtos da pesca e de actividades de turismo e lazer. Os CAE elegíveis são aprovados no Aviso de abertura da acção 3.1.2	Os projectos de investimento serão apoiados até uma despesa total elegível de 300 000 €, de acordo com a seguinte taxa de co-financiamento: - 40% sem criação de postos de trabalho; - 50% com a criação de 1 posto de trabalho; - 60% com a criação de 2 postos de trabalho As operações relativas à transformação e comercialização de produtos agrícolas devem apresentar um custo total elegível, igual ou superior a 5000€ e igual ou inferior a 25000€.	* Micro-empresas conforme definição na recomendação da Comissão 2003/361/EC
Ação 3.1.3. - Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer	Desenvolvimento do turismo e de outras actividades de lazer como forma de potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego. Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, entoturismo, turismo associado a actividades de caça, pesca, turismo equestre, religioso, de saúde, cultural Unidades de alojamento turístico nas tipologias de turismo de habitação, turismo no espaço rural no grupo das casas de campo, parques de campismo e caravanismo e de turismo de natureza nas tipologias atrás referidas Infraestruturas, tais como, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/ percursos, animação turística	Os projectos de investimento serão apoiados até uma despesa total elegível de 300 000 €, de acordo com a seguinte taxa de co-financiamento: - 40% sem criação de postos de trabalho; - 50% com a criação de 1 posto de trabalho; - 60% com a criação de 2 postos de trabalho	* Qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado.
PRODER Sub-Programa 3 Medida 3.2. - Melhoria da Qualidade de Vida			
Ação 3.2.1. - Conservação e Valorização do Património Rural	Valorizar o património rural na óptica do interesse colectivo, enquanto factor de identidade e de atractibilidade do território, tornando-o acessível à comunidade, no âmbito da estratégia de desenvolvimento local. Preservação do património rural construído (excepto o património histórico e monumental classificado). Refuncionalização de edifícios de traça tradicional para actividades associadas à preservação e valorização da cultura local. Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais (espólio documental e material, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receita gastronómica). Preservação, recuperação e valorização dos recursos naturais	Os projectos de investimento serão apoiados até uma despesa total elegível de 200 000 €, atribuída sob a forma de incentivo não reembolsável até ao montante de 60% da despesa total elegível.	* Qualquer pessoa singular ou colectiva de direito privado * Autarquias, quando inserido no âmbito de um plano de intervenção
Ação 3.2.2. - Serviços Básicos para a População Rural	Aumento da acessibilidade a serviços básicos que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações. Serviços de apoio à infância; Acompanhamento domiciliário a idosos e deficientes e serviços itinerantes de apoio social; Serviços de animação cultural e recreativa de base local; Serviços de apoio a novos residentes; Estes serviços serão priorizados quando integrados em centros multiserviços nos locais em que esses centros sejam promovidos.	Os projectos de investimento serão apoiados até uma despesa total elegível de 500 000€ atribuída sob a forma de incentivo não reembolsável até ao montante de 75% da despesa total elegível, não podendo exceder os 200 000€ de apoio.	* Parcerias privadas * Parcerias público-privadas cuja componente pública não seja maioritária * IPSS e ONG

Fig. 7 - Esquema do Programa 3, PRODER
Fonte: Adaptado PRODER

2.8.4 PROVERE

O Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos, visa a promoção da competitividade sub-regional através da valorização dos activos territoriais específicos, incluindo nestes os de carácter natural, patrimonial, saberes, e entre outros favorecendo uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo. Assim segundo a Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2007 de 3 Julho este instrumento “ destina-se a promover acções integradas de valorização mercantil dos recursos inimitáveis dos territórios, com elevado grau de inovação, contribuindo de forma decisiva para uma maior competitividade de base económica dos territórios abrangidos, para a criação sustentada de emprego e, por essa via, para a sua sustentabilidade social”, desta forma a temática do turismo de natureza é enquadrável neste instrumento face ao seu carácter único e potenciador de actividade económica.

O PROVERE enquadra-se na política de Estratégia de Eficiência Colectiva⁴¹. As condições necessárias para a classificação como Estratégia de Valorização Económica de Base Territorial estão definidas no artigo 5º do Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva⁴² e incluem a “necessidade de serem promovidas por um consórcio de instituições de base regional ou local, nomeadamente empresas, associações empresariais, municípios, instituições de ensino e de I&DT, agências de desenvolvimento regional, associações de desenvolvimento local e outras instituições relevantes; Promover a melhoria da competitividade territorial através da valorização económica de recursos endógenos e tendencialmente inimitáveis do território, contribuindo de forma decisiva para o reforço da sua base económica e para o aumento

⁴¹ N.º 3 Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 18 de Agosto.

⁴² Enquadramento aprovado pelas Comissões Ministeriais de Coordenação do PO Factores de Competitividade e dos PO Regionais, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social 18 de Maio de 2008.

da atractividade desse território-alvo (fixação e renovação da população, valorização do património natural e cultural, geração de novas actividades com forte incorporação de conhecimento, densificação do tecido empresarial, etc.). Assegurar, enquanto objectivo, a valorização económica de recursos endógenos através de projectos âncora com capacidade de arrastamento de outros projectos e actividades, a partir da construção do capital simbólico (valorizando o património histórico e cultural), do aproveitamento de recursos naturais para aplicações de alto valor acrescentado, da valorização das áreas”.

Ao nível da governança deste instrumento destaca-se o carácter de rede de actores e de participação activa, dado que é suposto a organização em rede dos diversos agentes como empresas, municípios entre outras instituições da sociedade civil em torno de uma estratégia de desenvolvimento centrada na valorização económica de um recurso próprio e singular do território.

2.8.5 LIFE+

O Programa LIFE+⁴³ dá continuidade ao Programa LIFE e tem como objectivo “contribuir para a execução, a articulação e o desenvolvimento da política e da legislação ambiental da Comunidade, incluindo a integração do ambiente noutras políticas, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável”.

O Programa LIFE + divide-se nos sub-programas: LIFE+ Natureza que abarca acções sobre os sítios da rede Natura 2000; o LIFE + Biodiversidade que apoia projectos inovadores no combate à perda da biodiversidade e o LIFE+ Política e Governação Ambiental que apoia projectos que incluam abordagens, tecnologias, métodos e instrumentos inovadores, monitorização das pressões ambientais; implementação da política comunitária ambiental; LIFE + Informação e Comunicação, que visa a implementação de campanhas de comunicação e sensibilização para a temática ambiental, protecção da natureza ou conservação da biodiversidade.

⁴³ Entrou em vigor com a publicação do regulamento no Jornal Oficial L149 de 9 de Junho de 2007.

Este programa destina-se a todas as entidades legalmente criadas nos Estados Membros incluindo ONG, empresas de serviços comerciais e industriais privadas e autoridades locais.

2.8.6 Pós 2013

No período posterior a 2013, a articulação dos fundos europeus com o financiamento da actividade turística depende ainda das orientações orçamentais e das prioridades de acção da EU (COM, 2010).

Com a publicação da Estratégia Europa 2020, que representa a base da negociação e definição das políticas comunitárias para o período pós 2013 a preocupação com o emprego e o crescimento económicos estão assente em três eixos: o “crescimento inteligente”, o “crescimento sustentável” e o “crescimento inclusivo”, promovendo desta forma uma economia baseada no conhecimento, na inovação com preocupação com os recursos naturais e que visa uma verdadeira coesão social e territorial.

Para atingir estes objectivos, estão previstas acções que incidem sobre a Inovação, Educação e Sociedade Digital; Clima, Energia e Mobilidade e Competitividade; Emprego e Qualificações e Luta contra a Pobreza.

Cada país deve apresentar a sua estratégia de desenvolvimento em consonância com os objectivos europeus, destaca-se que a União Europeia atribui ao desenvolvimento regional designadamente no respeitante às regiões⁴⁴ promovendo assim uma melhoria ao nível da governação multinível com um envolvimento das autoridades regionais e locais e da sociedade civil, conforme definições da Estratégia de Lisboa⁴⁵.

⁴⁴ Resolução do Parlamento Europeu de 20 de Maio de 2010.

⁴⁵ O tratado de Lisboa introduz novas orientações ao nível da governação designadamente: reconhecimento da dimensão territorial ao nível da coesão; princípio da subsidiariedade incluindo os

A Região Norte dando continuidade á sua estratégia apresentou para discussão pública, o documento estratégico para o período pós 2013: NORTE 2020. Da análise do documento identifica-se um conjunto de metas de seguida elencadas no quadro.

Tabela 33 Metas NORTE 2020

Metas NORTE 2020
Inovação
Actividades Económicas e Cadeia de Valor
Internacionalização
Ambiente, Energia e Sustentabilidade
Território e Cidades
Conectividades
Empregabilidade
Inclusão Social e Territorial
Desconcentração e Descentralização Regional
Capacitação institucional Regional

Fonte: Adaptado NORTE 2020

Para o alcance das metas definidas, encontram-se estruturadas prioridades estratégicas com as designações: “Norte + Competitivo” que visa potenciar os factores dinâmicos de competitividade, através da Inovação, Actividades Económicas e Cadeia de Valor e da Internacionalização. “ Norte + Sustentável” que visa promover o crescimento sustentável baseado nos domínios do Ambiente, Energia e Sustentabilidade, bem como em termos de “Território e Cidades”, este desenvolvimento visa potenciar economicamente os recursos de cada território, designadamente os que apresentem

níveis local e regional; aumento do papel do Comité das Regiões na aplicação do princípio da subsidiariedade

carácter específico e com efeito de identidade indo ao encontro da promoção turística da região Norte e as suas marcas:⁴⁶ “Norte + Inclusivo” focado no reforço da inclusão social e territorial a partir da “Empregabilidade”; “Norte em Rede” que visa melhorar o modelo de governação regional, através da “Desconcentração e Descentralização Regional” bem como da “Capacitação Institucional Regional”.

Tabela 34 Prioridades Estratégica NORTE 2020

Prioridades Estratégicas Norte 2020
Norte + Competitivo
Norte + Sustentável
Norte + Inclusivo
Norte em Rede

Fonte: Adaptado Norte 2020

Analisando o “Norte 2020” em termos da actividade de turismo, encontram-se um conjunto de metas e objectivos estratégicos directamente relacionados com a valorização económica do Pólo de Competitividade e Tecnologia do Turismo na Região Norte, a afirmação do turismo como factor de desenvolvimento da Região Norte, designadamente nas zonas rurais e de baixa densidade populacional, articulando com a promoção conjunta das marcas da região e o desenvolvimento dos recursos e infra-estruturas de apoio ao turismo de excelência na região. Deste modo prevê-se seguir a estratégia definida no NORTE 2015 que quanto ao turismo refere que “o Norte de Portugal deverá ser uma das regiões de maior crescimento turístico no país, através de um processo de desenvolvimento sustentável baseado na Qualificação, na Excelência e na Competitividade e Inovação da sua oferta turística transformando o Turismo como um factor de desenvolvimento e diversificação da economia regional”.

Em termos de produtos turísticos prioritários mantem-se os previamente definidos.

⁴⁶ Porto, Minho, Trás-os-Montes e Douro.

Tabela 35 Linhas de Acção Plano Turismo Norte 2020

Linhas de Acção Plano Turismo Norte 2020
Recursos e Infra-estruturas de Suporte ao Turismo Regional
Alojamento e Animação
Marketing e Promoção Turística Regional
Qualificação e Formação dos Recursos Humanos
Dinamização, Acompanhamento e Informação – “Intelligence

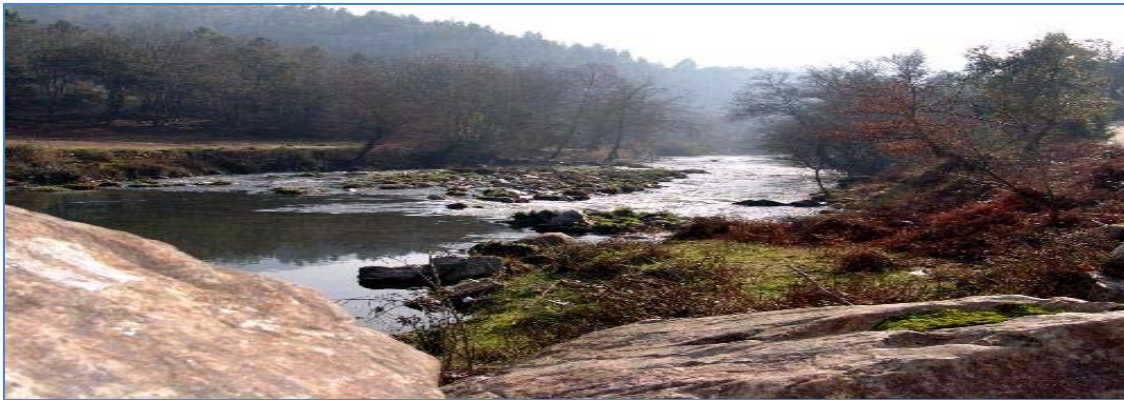
Fonte: NORTE 2020

Para afirmar o turismo como factor de desenvolvimento da Região Norte foram definidos um conjunto de factores críticos de sucessos a desenvolver no período pós 2013 como: Estruturação territorial da oferta turística e o planeamento das infra-estruturas e de apoio; Cursos de acções de formação na área turismo; Dinamização de Turismo Activo e de Natureza, beneficiando a qualidade dos parques naturais; Criação de zonas pedestres e espaços verdes nos centros urbanos entre outros. Deste modo o Turismo de Natureza acolhe um conjunto de incentivos e prioridades de investimento, sendo necessária uma eficiente utilização dos fundos estruturais comunitários de modo a permitir uma qualificação da oferta turística do Norte assente na sustentabilidade e qualidade que envolva a multiplicidade de *stakeholders* envolvidos na actividade turística.

3. Caso de Estudo: Valongo

Às portas da cidade de Valongo e do grande Porto, entre cerros e vales alcantilados, erguem-se as “serras de Valongo”, lugar ermo de aldeias esquecidas, onde a natureza logrou contornar a acção destruidora do Homem, ocultando nas covas mais profundas ou nas cristas mais desérticas, animais magníficos e plantas raras e únicas.

Manuel Nunes



Neste ponto apresenta-se a análise dos elementos distintos e distintivos do concelho de Valongo em matéria de Turismo de Natureza. Assim apresenta-se uma descrição desses elementos, do enquadramento que os mesmos têm no âmbito dos instrumentos de gestão territorial de base municipal bem como o historial das iniciativas realizadas, programadas ou em curso.

Ao nível das acções desenvolvidas identifica-se os projectos financiados por fundos comunitários designadamente a “recuperação da aldeia de Couce”, a “construção do corredor ecológicos “ e a “ recuperação ambiental e paisagística das margens do rio Simão”.

Esta análise visa avaliar as competências municipais em matéria de turismo, designadamente a partir do enquadramento legal. Com vista a retratar a percepção dos *stakeholders* envolvidos apresentam-se um conjunto de reflexões fundamentadas nas entrevistas realizadas com os diversos actores, nomeadamente decisores políticos,

consultores especializados e dirigentes de organizações com papel de relevo no domínio do turismo de natureza em Valongo.

3.1 As Competências Municipais em Turismo

Nos termos da Constituição da República Portuguesa⁴⁷, a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, as quais são “pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos e que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas”.

O domínio do Ambiente e Qualidade de Vida integra o Título de Direitos e Deveres Económicos, Sociais e Culturais, especificamente no artigo n.º 66 no Capítulo de Direitos Sociais em que para além de ser consagrado o direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado está patente também o dever de defender esse ambiente. Assim é definido no N.º 2 do referido artigo, a incumbência do Estado de assegurar, numa lógica de desenvolvimento sustentável, o ordenamento do território de modo a permitir o desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem, a criação de reservas e parques naturais e de recreio, a promoção protecção de sítios e paisagens com valores ao nível da natureza e de valores culturais. O aproveitamento dos recursos naturais, é defendido numa lógica de manter a capacidade de renovação dos recursos sempre numa base do princípio da solidariedade entre gerações.

A necessidade de articulação e integração destes objectivos com as várias políticas sectoriais está vinculada na alínea f) do referido artigo, cabendo um papel de relevo às autarquias locais ao nível da obtenção de qualidade ambiental da vida urbana promovendo a melhoria do ambiente e da qualidade de vida.

A integração do conceito "cidade sustentável" engloba o objectivo do bem-estar da população a longo prazo, que passa, designadamente pela satisfação das necessidades económicas e materiais bem como as de índole cultural, social e ambiental. Assim a

⁴⁷ N.º 2 do artigo 235 da CRP.

cidade sustentável surge como um “processo criativo, local e equilibrado, alargado a todas as áreas da administração local, em que a cidade é encarada como um conjunto orgânico, onde se tornam visíveis os efeitos das suas acções significativas possibilitando aos cidadãos escolhas reflectidas que garantam a qualidade do viver urbano” (Lopes, 2010;83).

Segundo Azevedo et al (2010:31) as cidades assumem um papel importante no funcionamento das economias e na vida das pessoas, ”Vivemos nelas, e nelas procuramos a resposta para as nossas necessidades e desejos”. Assim ao nível local, a Competitividade⁴⁸ de uma cidade “não depende apenas do padrão de vantagens comparativas, mas também e fundamentalmente da dinâmica do tecido produtivo local” Costa (2001) citado por Azevedo et al (2010:35), sendo que as cidades “serão tanto mais competitivas quanto mais forem capazes de atrair/gerar e fixar actividades competitivas” (Martins et al, 2007).

Associado à competitividade, imagem e promoção do território, encontra-se uma “gestão empresarial por parte dos territórios, regiões e cidades, com a adopção de uma gestão estratégica do território” (Durazo, 1997, citado por Azevedo et al, 2010:49).

A promoção do território necessita de técnicas de Marketing Territorial⁴⁹, o objectivo “final do marketing de cidades ou de marketing urbano é desenvolver uma imagem pública de aceitação, em referência à cidade e sua região de influência e aos factores de atractividade que ela contém”(Azevedo et al, 2010:72). Apesar das limitações que a

⁴⁸ “Competitividade territorial é a capacidade de uma dada comunidade territorial para assegurar as condições económicas do seu desenvolvimento sustentado.” Azevedo et al (2010: 34).

⁴⁹ “Marketing é a actividade, conjunto de instituições e processos de criação, comunicação, entrega e troca de ofertas que têm valor para os clientes, parceiros e sociedade em geral” (AMA. 2007 citado por Azevedo et al, 2010:63).

“O papel essencial da imagem de uma cidade na atracção de fluxos turísticos e na satisfação e valorização dos seus cidadãos na gestão pública levou a um interesse crescente por todas as áreas de marketing de cidades, vulgarmente conhecida pela denominação de cariz anglicista de citymarketing “(Azevedo et al, 2010: 72).

Administração Pública apresenta ao nível da adopção de alguns princípios é possível desenvolver um processo de gestão territorial assente na descentralização do poder e busca do desenvolvimento local. No limite “ a maneira de se conseguir uma boa reputação reside no esforço em se ser aquilo que se deseja parecer” (Azevedo et al, 2010: 92).

A Lei n.º159/99 de 14 de Setembro estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as Autarquias Locais, de acordo com o artigo 2º do diploma esta transferência de competências visa assegurar a coesão nacional, através da eficiência e eficácia, aplicando o princípio da subsidiariedade⁵⁰. Assim segundo o artigo 13º da referida lei os municípios dispõem de competências nos domínios que se seguem.

Tabela 36 Competências Municipais

Domínios de Competência Municipal
Equipamento rural e urbano
Energia
Transportes e comunicações
Educação
Património, cultura e ciência
Tempos livres e desporto
Saúde;
Acção social
Habitação
Protecção civil
Ambiente e saneamento básico

⁵⁰ De acordo com o N.º 2 do artigo 2º da Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro é o princípio, segundo o qual as atribuições e competências devem ser exercidas pelos níveis de administração melhor colocado para as prosseguir, com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos.

Defesa do consumidor
Promoção do desenvolvimento
Ordenamento do território e urbanismo
Polícia municipal
Cooperação externa.

No artigo 16.º discrimina-se as competências dos órgãos municipais no âmbito do planeamento e gestão de equipamento rural e urbano, destacando-se, com incidência na temática deste estudo a gestão dos espaços verdes. Ao nível do Património, cultura e ciência, referida no artigo 20.º, verifica-se que é de competência municipal a gestão e o investimento em património cultural, paisagístico e urbanístico, bem como proceder á classificação manutenção e recuperação dos imóveis e sítios classificados de modo a manter actualizado o inventário do património existente.

O artigo 21.º estabelece as competências municipais no domínio de tempos livres e desporto, destacando-se, o seu papel em termos de instalações de equipamentos para prática de desporto e apoio de entidades com esse fim.

No domínio do ambiente, destaca-se o estabelecido na alínea e) do artigo 26.º que passa pela proposta de criação de áreas protegidas de interesse nacional, regional ou local bem como a gestão das áreas protegidas de interesse local bem como a criação de áreas de protecção temporária de interesse zoológico, botânico ou outro e a competência de manter e reabilitar a rede hidrografia dentro dos perímetros urbanos.

Muitas destas competências elencadas vão no sentido de cruzar com a competência de promoção do desenvolvimento estabelecida no artigo 28.º que inclui a participação em entidades de desenvolvimento regional, a gestão dos programas operacionais regionais bem como participar nas regiões de turismo e na participação na definição das políticas de turismo que digam respeito ao município bem como ligadas ao desenvolvimento rural.

Ao nível da actividade turística também é de competência municipal o licenciamento e fiscalização de empreendimentos turísticos bem como a elaboração do seu cadastro.

Estando o turismo relacionado com o ordenamento do território, destaca-se que o município tem competências neste domínio, designadamente ao nível dos instrumentos de gestão e ordenamento do território como os PDM's e PROT's, de referir que a proposta para integração ou exclusão de áreas na Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional também se incluem nas competências municipais.

Verifica-se que a competência no domínio turístico é mais ampla do que a competência directa definida por lei, dado o resultado de outros domínios como o ordenamento do território, o ambiente, a promoção do desenvolvimento, o tempo livre na sua actividade.

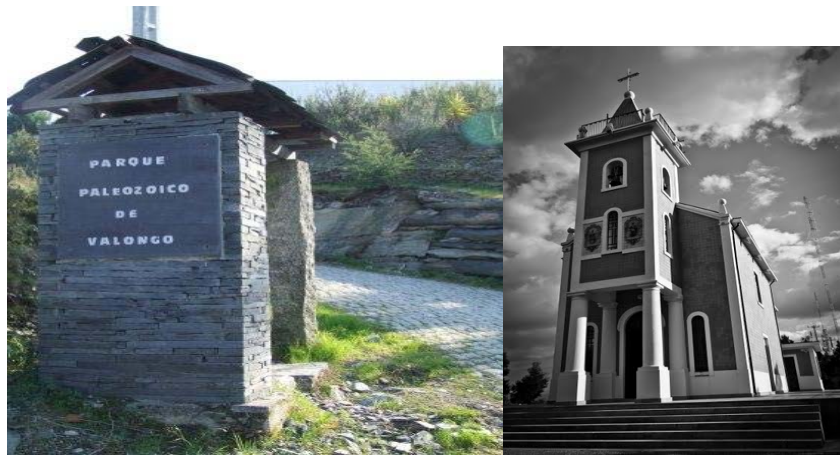
O quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios consta da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no qual é definido no n.º 2 do artigo 64.º as competências da câmara municipal no âmbito do planeamento e desenvolvimento, destacando-se a elaboração e submissão a aprovação as opções de plano, a colaboração em programas e projectos de interesse municipal, criação ou participação em associações de desenvolvimento regional e de desenvolvimento do meio, rural e a o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município.

Face ao cenário de competitividade territorial presente, a gestão pública urbana impõe uma actuação “mais numa lógica de actor do que numa velha lógica de administração que requer a elaboração e a adesão a um projecto de cidade, a uma razão de ser cidade, supõe uma aproximação incremental e heurística” Lopes, 2010:193.

Assim a participação afigura-se como elemento do desenvolvimento da gestão urbana que “supõe uma extensão da lógica de actores..., suportando-se menos nos seus velhos poderes institucionais e mais, cada vez mais, nas suas posições e interesse próprios no seio de um sistema de actores, públicos e privados; devem jogar-se em registos mais diversos do que as tradicionais jurisdições sobre a tutela do cumprimento das suas regras” Lopes, 2010:193.

3.2 Turismo em Valongo

O potencial turístico de Valongo encontra nos valores naturais o seu eixo principal no âmbito deste estudo, contudo ao nível de elementos patrimoniais e culturais apresenta um conjunto alargado de pontos de interesse, designadamente no Património Religioso com diversas Capelas⁵¹, bem como um património histórico diversificado, passando pela presença romana, invasões francesas e pela actividade de exploração mineira. De destacar também o valor cultural da Bugiada⁵² bem como os elementos da gastronomia local designadamente a doçaria e a regueifa de Valongo.



⁵¹ Ver Anexo “elementos turísticos de Valongo”.

⁵² A festa da Bugiada (S. João de Sobrado) assenta na luta entre Bugios e Mourisqueiros, com grande riqueza de indumentárias e costumes, reportando-se a uma tradição medieval. A lenda narra a disputa entre Cristãos e Mouros pela posse da Imagem de S. João, o Santo Taumaturgo. Realiza-se a 24 de Junho na freguesia de Sobrado.

3.2.1 Elementos Turísticos Naturais no PDM

O desenvolvimento do turismo num território tem que ser articulado com a estratégia global de desenvolvimento do concelho. Desse modo o PDM surge como um documento base de planeamento do território, designadamente ao nível de instalação de equipamentos, da localização de actividades e da preservação dos elementos de património incluindo o património natural.

Assim, importa fazer uma análise dos documentos que integram o PDM, nomeadamente os relatórios de revisão do PDM, no ponto de recursos naturais bem como de actividades sócio económicas. No relatório de análise socioeconómica, destaca-se a ausência da referência a actividade turística.

Através da análise do relatório de recursos naturais verifica-se que “a localização geográfica, o clima atlântico e a diversidade geomorfológica do território, confere uma identidade única ao território do concelho de Valongo, bem como um elevado potencial para o recreio”.

A Serra de Santa Justa caracteriza-se igualmente por ser uma área onde ocorrem diversos valores geológicos, cuja gestão, salvaguarda e promoção se encontra sob a tutela do Parque Paleozóico. Aqui concentra-se, por arrasto, uma grande oferta de actividades de recreio e lazer, tendo como suporte os percursos pedestres temáticos e locais apropriados a diversos desportos de montanha.

Os acidentes orográficos mais representativos localizam-se a Sul do concelho, na Serra de Santa Justa e Pias, onde o relevo é cavado pelo rio Ferreira, criando encostas íngremes e marcadas por abundantes afloramentos rochosos, e a Norte/NE, na linha de fecho que separa os vales dos rios Leça e Ferreira, a Serra dos Penedos. O território apresenta-se de uma maneira geral, declivoso, com uma exposição solar predominante a Sul, SE e Oeste, com tradução em encostas quentes e muito iluminadas.

No que se refere à rede hidrográfica, destacam-se os rios Leça e Ferreira, que atravessam o concelho a Norte e Sul, cujas galerias ripícolas conferem uma expressão notável à paisagem.

O Património Natural tem a sua máxima expressão nas Serras de Valongo, bem como nas principais linhas de água e respectivas galerias ripícolas, matos, bosques e ecossistemas ripícolas distribuídos pelo território concelhio. Sob o ponto de vista da diversidade biológica, há a destacar o Sítio da Rede Natura 2000 - Valongo, que afirma a importância científica e educativa deste local.

A Geologia e a Biologia assumem um carácter fundamental e básicos para o desenvolvimento de actividades de turismo de natureza, quer numa vertente de lazer bem como numa vertente científica.

De acordo com o relatório de revisão do PDM de 2010, “Valongo encontra-se situado numa das grandes unidades geológicas da zona do Maciço Ibérico. Nesta área ocorre uma mega estrutura geológica designada por Anticlinal de Valongo. As principais formações geológicas são de idade Paleozóica ou mais antiga, com idades superiores a 280 milhões de anos. As rochas que se encontram na região têm idades que variam do Precâmbrico ou do Câmbrio ao Carbonífero”.

As unidades litológicas dominantes referem-se ao Ordovícico e Silúrico. O sistema Ordovícico é constituído por “elementos essencialmente quartzosos de granulometria variável. Seguem-se quartzitos ricos em estruturas orgânicas como Cruziana, Diplichnites, Skolithos e Planolites. Nestas rochas são também frequentes estruturas sedimentares, nomeadamente marcas de ondulação. A ocorrência destas estruturas indica deposição em ambiente marinho litoral (Oliveira et al., 1992).”⁵³

No sistema Silúrico são consideradas três unidades distintas: Xistos Carbonosos Inferiores, Xistos Carbonosos Superiores e Formação de Sobrado. A primeira unidade é constituída por “xistos negros com graptólitos com intercalações de siltos negros. A sedimentação altamente condensada, aliada ao facto destas litologias permitirem uma acentuada escamização tectónica, faz com que possa ocorrer uma mistura das faunas silúricas. Estas faunas são constituídas, essencialmente, por numerosas espécies de

⁵³<http://www.paleozoicovalongo.com/estra.swf> - site do Parque Paleozóico de Valongo, acedido em 04-08-2011.

graptólitos de Landoveriano médio e superior (Romariz, 1962) ”⁵⁴. A segunda unidade é constituída por “xistos cinzentos, com intercalações de ampelitos, liditos e ftanitos. Na parte superior os xistos assumem coloração variada e tornam-se bandados devido à presença de níveis milimétricos siltíticos ou gresosiltíticos”.

Com base nas espécies de graptólitos presentes, Romariz (1962) considerou esta unidade como sendo do Venloquiano Superior.”⁵⁵ Por último, a formação de Sobrado é constituída por “três membros distintos: membro inferior, constituído por quartzitos impuros, com óxidos de ferro; membro médio, com alternâncias centimétricas de xistos e grauvaques, onde se individualizam alguns leitos de siltitos e quartzitos de fraca pujança.

O cenário geomorfológico do território é assinalado pelo Anticlinal de Valongo, constituindo um marco na história geológica do território continental. Destacando-se o património geomorfológico natural e o resultante da exploração mineira com identificação de galerias, fosseis marinhos, fojos,... que integram o Parque Paleozóico.

De destacar que existem formações geológicas com possibilidade de classificação como área de interesse geológico como o Monte do Gadenho, na Serra de Santa Justa, o Património Geológico nos Montes da Costa e algumas minas na Serra de Santa Justa bem como um Afloramento Rochoso junto ao Sanatório de Montalto.

RELEVO

Ao nível do relevo, Valongo caracteriza-se pela presença de cristas alongadas com base em rochas quartzíticas, identificando-se dois alinhamentos de serras originados pelo Anticlinal de Valongo constituídas por rochas do Paleozóico com uma altitude máxima de 376, encontrando-se relevos com vales estreitos e encaixados, com declives superiores a 25% bem como alguns mais aplanados.

⁵⁴<http://www.paleozoicovalongo.com/estra.swf> - site do Parque Paleozóico de Valongo, acedido em 04-08-2011.

⁵⁵<http://www.paleozoicovalongo.com/estra.swf> - site do Parque Paleozóico de Valongo, acedido em 04-08-2011.

HIDROGRAFIA

A rede hidrográfica de Valongo é um elemento chave para a conservação da natureza bem como para o desenvolvimento de actividades económicas (turísticas e rurais). O rio Leça e o rio Ferreira constituem a base da rede hidrográfica do concelho de Valongo que têm como afluentes a ribeira de Tabãos e o rio Simão respectivamente. O rio Leça nasce em Santo Tirso, tem uma extensão de 48 km e passa pelos concelhos de Valongo, Maia e Matosinhos. O rio Ferreira, nasce em Paços de Ferreira e é afluente do rio Sousa, apresentando um percurso acidentado.

BIODIVERSIDADE

A biodiversidade do concelho de Valongo caracteriza-se não só pelo número de espécie nem pela sua localização mas também pelo relacionamento com as outras espécies.

A diversidade biológica inclui valores florísticos, faunísticos, habitats e formações geológicas, alguns dos quais classificados como é o caso de *Lycopodiellacernua*, sendo o único local conhecido em toda a Europa Continental com algumas espécie de plantas carnívoras.

Relativamente à fauna destaca-se a salamandra Lusitânia, espécie endémica do Noroeste da Península Ibérica. Em Valongo encontra-se sobretudo nas margens dos rios Simão e Ferreira e dos seus afluentes e ainda em fojos e minas, utilizados como locais de reprodução.

A paisagem é entendida como um elemento dinâmico do território que reflecte a acção e a relação do Homem com o meio natural onde este se estabelece é possível identificar unidades de paisagens com as mesmas características. O relatório de revisão do PDM de Valongo identifica como unidades de paisagem: Sistema Urbano, Florestal e Sistema Ribeirinho. Deste modo é possível definir estratégias com base nas suas características e aptidões naturais com base num conhecimento mais profundo da realidade, dos seus elementos, dos riscos e das potencialidades.

Face á multiplicidade de ambientes é possível encontrar realidades distintas e cenários possíveis de planeamento conciliadores com as mesmas.

3.2.2 As Serras de Valongo

3.2.2.1 Processo de Classificação

O interesse científico pelo conjunto montanhoso das serras de S. Justa, Pias, Castiçal Santa Iria, Banjas e Flores remonta ao século XIX, sendo conhecido a troca de correspondência e de exemplares da flora local entre William Tait, comerciante residente no Porto e Charles Darwin em 1869 (Oliveira, 2008: 45).

Assim a serra de S. Justa torna-se local de estudo, investigação e aulas de campo de entomólogos, botânicos, paleontólogos, arqueólogos entre outros cientistas, configurando a base para um centro de turismo científico⁵⁶.

A preocupação do poder político com as áreas naturais e o seu desenvolvimento em “rede” tem na década de 70 do século passado alguns momentos chave: proposta da Sociedade Portuguesa de Ornitologia em 1969 de “Reservas Biológicas”; em 1973 a Liga para a protecção da Natureza apresenta uma listagem das “Áreas que em Portugal interessa conservar”; no Plano Região Porto de 1975, consta a proposta de um parque natural e regional em que as preocupações vão essencialmente para o recreio e não para a conservação da Natureza, no seguimento deste plano em 1977 é apresentado pelo botânico Malato Beliz um conjunto de locais merecedores de protecção sob o ponto de vista da flora e vegetação. Nos casos apresentados a área das serras de Valongo foi alvo de integração nos mais diversos domínios.

A partir de 1975 o Instituto de Conservação da Natureza⁵⁷ desenvolve acções no âmbito de áreas protegidas, destacando-se os sítios da Rede Natura 2000.

⁵⁶ O Turismo científico foi alvo na Região Centro de um Programa Estratégico “O Turismo Científico e Cultural como Produto Estratégico”, aprovado pelo QREN no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro e, mais especificamente, Programa Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação.

Em 2004 a equipa coordenada pela Professora Teresa Andersen do Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-alimentares da Universidade do Porto inicia o estudo da proposta da “Estrutura Ecológica da área metropolitana do Porto” cujo resultado seria a “Rede de Parques Metropolitanos da Grande Área Metropolitana do Porto” apresentado pela CCDRN cuja execução não avançou.

Com o plano geral de urbanização da região do Porto⁵⁸, desenvolvido pela equipa coordenada pelo Professor Percy Johnson-Marshall e pelo Engenheiro Costa Lobo destaca-se o “Plano da Região do Porto” em que Valongo integra o “Parque Natural do Baixo Sousa”.

A primeira acção com vista à classificação das Serras de Valongo como área protegida ocorreu em 1975 através de uma proposta incluída no estudo Plano da Região do Porto⁵⁹, para a criação do Parque Metropolitano do Porto, que incluía os concelhos de Valongo, Gondomar, Paredes, Penafiel e Vila Nova de Gaia. Durante este período assistiu-se a várias tentativas de classificação da Área Protegida das Serras de Valongo⁶⁰ com momentos importantes como a integração na Rede Natura 2000 do sítio VALONGO PTCON0024⁶¹. Este processo culminou em 28 de Janeiro de 2011 com a classificação das serras de Valongo como Área Paisagem Protegida de Âmbito

⁵⁷ Actualmente ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade), criado pelo Decreto-Lei nº 136/2007, é o organismo competente na área da conservação da Natureza e da criação e gestão de áreas protegidas.

⁵⁸ Decreto-lei nº.124/73 de 24 de Março.

⁵⁹ Elaborado pela Direcção Geral de Serviços de Urbanização.

⁶⁰ Ver Anexo: cronologia classificação serras de Valongo.

⁶¹ A Rede NATURA 2000 é uma rede ecológica coerente cujo objectivo é a conservação da diversidade biológica e ecológica dos estados-membros da Comunidade Europeia atendendo às exigências económicas, sociais e culturais das diferentes regiões que a constituem. A base normativa da Rede NATURA assenta na Directiva 79/409/ CEE e a Directiva 92/43/CEE que definem as Zonas Protecção Especiais (ZPE) e as Zonas Especiais de Conservação (ZEC).

Local⁶² através da publicação do Aviso N.º 3175/2011 que dá cumprimento à proposta aceite por unanimidade na Assembleia Municipal de 28 de Dezembro de 2010.

Com este procedimento é possível desenvolver uma gestão activa do espaço, conciliando a preservação dos valores naturais e culturais, numa lógica de usufruto sustentável por todos os utilizadores do espaço.

Nesta área, em 1995, é criado pela Câmara Municipal de Valongo o Parque Paleozóico de Valongo com financiamento do programa Life da Comissão Europeia com o apoio dos Departamentos de Geologia, Zoologia e Botânica da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

3.2.2.2 Projectos Desenvolvidos

Recuperação Aldeia de Couce



A Aldeia de Couce pela sua localização e representatividade em termos de relação de vivência Homem-Natureza assume um papel de relevo no conjunto de pontos de visita numa Rota de Património Paisagístico-Cultural do Grande Porto. Assim e para

⁶² De acordo com o Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 Julho que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, integra a figura de Área Paisagem Protegida de Âmbito Local está definida no artigo 15.º, tendo os municípios a competência para de acordo com o estipulado no diploma classificar áreas de Paisagem Protegida.

que se potenciassse os recursos endógenos a intervenção em termos de requalificação, preservação e divulgação do Património Natural do Concelho apresenta-se como uma obrigatoriedade e uma oportunidade, dessa forma em 2005, o Executivo da Câmara Municipal de Valongo, apresenta uma candidatura no âmbito do Programa Operacional da região Norte inserida no Eixo Prioritário 1 na Medida 1.3 Qualificação Urbanística.

Este Projecto de requalificação da Aldeia de Couce e de construção do Corredor Ecológico surge como uma nova etapa do conjunto de iniciativas, acções e actividades de promoção, sensibilização e educação ambiental que visam proteger e reabilitar esta área a qual integra o Sítio de Importância Comunitária “Valongo”⁶³.

Este conjunto de acções, foram reconhecidas internacionalmente com a atribuição de prémios no âmbito do “*GreenAwards*” em 2003 bem como do “Prémio Geoconservação” em 2005 relativo à estratégia de conservação e valorização do património geológico decorrente da instalação do Parque Paleozóico bem como pela distinção pelo prémio “*Green Awards 2009*” com uma Menção Honrosa.

A área em causa está enquadrada com o Sítio da Rede Natura 2000, que corresponde à grande mancha verde do Concelho, confina na freguesia de Valongo, com uma extensa malha urbana cujos habitantes por razões de desenraizamento territorial ou por estilos de vida que não privilegiam o contacto com a Natureza, desconhecem os valores naturais e patrimoniais que o caracterizam, pelo que têm uma postura de indiferença e em de reduzida procura do espaço para fruição.

O projecto levado a cabo pela Autarquia tem como visão promover o Sítio Rede Natura 2000 – Valongo, sensibilizando e cativando as pessoas para a protecção e fruição desta área, quebrando a barreira entre o espaço urbano e o espaço natural através da criação de um corredor ecológico. Os objectivos principais centravam-se na valorização de

⁶³ (Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004, que adopta, nos termos da Directiva 92/43/CEE do Conselho, a Lista de Sítios de Importância Comunitária da região bio geográfica atlântica, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias de 29 de Dezembro de 2004.).

áreas sensíveis de interesse ambiental e paisagístico, o incremento da circulação pedonal e a melhoria das condições de vida dos munícipes.

A gestão integrada de todas as componentes ambientais e humanas surge como a melhor alternativa para a concretização dos objectivos da Autarquia, com o intuito de minimizar a degradação que se tem verificado nas últimas décadas e por outro lado dar a conhecer esta área e as suas potencialidades de lazer e recreio no seio da área do Grande Porto.



Corredor Ecológico

O “Corredor Ecológico” pretende conduzir as pessoas a uma grande mancha verde ao longo de sistemas fluviais importantes na estruturação da paisagem. Este sistema é composto pelos rios Ferreira e Simão e a ribeira Simão, corredores ecológicos por excelência. O percurso define-se por ligar o Parque da Juventude (margens da ribeira Simão) ao Parque da Cidade (margem esquerda da ribeira Simão) e por fim à Aldeia de Couce com ligação à Serra de Pias (margem esquerda do rio Ferreira).

Este corredor possui uma extensão aproximada de 9.750m, distinguindo-se em dois troços: o urbano e natural (rural/florestal).

O percurso pedonal em meio urbano, com uma extensão de cerca de 2.260m, estende-se ao longo da ribeira Simão sendo esta área fundamental a nível ecológico e biológico

dentro da cidade e, por isso, potencial para a procura por parte da população. Este percurso, além de ligar dois espaços verdes com um importante carácter social, enquadra também um importante legado histórico e cultural.

O percurso pedonal em meio natural contempla duas vertentes: a rural, passando por áreas agrícolas que praticamente delimitam a transição entre o espaço urbano e natural; e a florestal, entrando em pleno Sítio Rede Natura, apresentando diferentes tipos de cobertura vegetal.

Este troço de cerca de 7.489m percorre o Sítio Valongo ligando a Serra de Santa Justa e Pias, estende-se ao longo do rio Simão e Ferreira e permite a valorização de espaços agrícolas e florestais, reforçando o seu valor ecológico e paisagístico bem como o contacto com diferentes aspectos naturais nomeadamente geológicos, faunísticos e florísticos.



Neste projecto privilegia-se a recuperação de caminhos já existentes tendo assim em consideração a vegetação e a morfologia do terreno. Em pontos estratégicos foram colocados varandins para uma melhor observação da paisagem.

Além dos aspectos focados até ao momento este projecto contemplou também a recondução de pequenas linhas de água perdidas para o leito original e outras linhas de água, habitante de excelência da Salamandra Lusitanica.

Por opção este projecto não contempla a instalação de equipamento de apoio ao longo do percurso de forma a concentrar a actividade Humana na Aldeia de Couce.

Requalificação Paisagística das margens do Rio Simão

No âmbito do Programa Operacional do Ambiente 2000-2006 e reconhecendo a importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento das actividades económicas de natureza diversa, a melhoria do nível das condições de vida, a conservação da natureza, a protecção e qualificação do ambiente e o estado de degradação actual dos ecossistemas, o Município de Valongo apresenta uma candidatura de projecto para requalificação paisagística das margens do rio Simão de modo a passar para a população os benefícios da salvaguarda dos recursos naturais e, consequentemente, de toda uma aproximação à natureza e à ecologia. Pretendendo, em suma, alcançar um maior envolvimento e pressão da sociedade civil com instituições que possuem responsabilidades nessas matérias.

Como objectivos principais deste projecto tem-se a conservação e valorização do património natural dentro de uma estratégia de conservação da natureza e da biodiversidade assim como a gestão sustentada dos recursos hídricos e a melhoria da sua qualidade ambiental de modo a permiti à população beneficiarem da sua proximidade através da devolução da natureza à população, ao mesmo tempo que seria criada uma imagem arquitectónica que permitisse um uso adequado em sintonia com o enriquecimento cultural, e consciencialização ambiental.

Para obtenção dos objectivos foram implementadas um conjunto de Acções Correctivas bem como Preventivas como o corte da vegetação existente nas margens do Rio Simão na zona de intervenção, em toda a sua extensão, (cerca de 7.5 km), em cerca de 1.5 metros de largura; Desramação das árvores envolventes às margens, principalmente as mais próximas do leito e susceptíveis de reterem resíduos arrastados pelas correntes, numa extensão média de km; Limpeza e remoção de lixos e entulhos nalguns pontos mais críticos, nomeadamente junto dos locais tradicionalmente usados para a sua

deposição; na parte de sensibilização: Acções de sensibilização junto dos utilizadores da água, nomeadamente agricultores e proprietários de campos junto às linhas de água, de modo a implementar o hábito da conservação das margens e da qualidade de água; Promoção de Sessões de Esclarecimento e de Sensibilização dirigidas às empresas para a necessidade de tratarem os efluentes provenientes das suas actividades e consequências do seu não tratamento para o ambiente em geral e os recursos hídricos em particular; Divulgação das acções executadas para permitir um maior envolvimento da população; Promoção e realização de eventos, concursos e actividades lúdico-pedagógicas de carácter ambiental.

Em termos de intervenção Paisagística e Urbanística o projecto contempla o incremento da área verde urbana em 9000 m².a melhoria da qualidade visual da paisagem urbana e a qualificação do espaço público. A recuperação ambiental e urbanística de uma área em declínio, e a promoção de incremento da circulação pedonal, o ordenamento da circulação automóvel e a criação das novas áreas de estacionamento.



Foram incluídos neste projecto um conjunto de equipamentos como um Mirante que visa igualmente funcionar como filtro entre o espaço urbano e o espaço florestal (Serra de St^a. Justa), situação que proporcionou a criação de um “espaço mirante”. Um Anfiteatro ao Ar Livre, espaço de natureza cultural. Um Parque Infantil, um parque de estacionamento e um Parque desportivo a céu aberto, espaço que possui valências várias, naturalmente atractivas.

Para a implementação e monitorização deste projecto foram elaborados três planos: Plano Estratégico de Intervenção; Plano de Monitorização Ambiental; Plano de Sensibilização e Animação do Parque de Lazer.

3.2.2.3 Oportunidades de Desenvolvimento

Loja Interactiva de Turismo de Valongo

Neste momento encontra-se em curso uma candidatura, no âmbito do Programa Regional Operacional do Norte, O Novo Norte, aplicada ao turismo, enquadrada no eixo prioritário “Valorização económica de recursos específicos” especificamente sobre o recurso turismo no domínio “Valorização económica da excelência turística regional”.

Esta candidatura, sob a designação “ Loja Interactiva de Turismo de Valongo” tem como objectivo em parceria com a ERT PNP implementar uma loja interactiva de turismo, loja esta que integrará uma rede regional de lojas interactivas, tendo em vista a potenciação económica e social da região no seu todo, com base nas linhas orientadoras definidas no documento “Norte 2015” como sejam:” A uniformização da imagem Porto e Norte de Portugal”. A Loja Interactiva de Turismo possuirá um conjunto de valências tecnológicas que a transformará num espaço de lazer / diversão, educativo, formativo e informativo, através da sua componente de interactividade, vertida nos distintos conteúdos contemplados, tais como: Vídeos sobre o local turístico da loja e gerais e sobre o Porto e Norte de Portugal; Animações apelativas; Mapas; textos e descrições; Visitas virtuais; Animação 3D. Funcionará assim como um centro de chegada, possibilitando, através de tecnologias interactivas dar a conhecer o território e os locais e actividades em destaque. A uniformização de conteúdos e imagem permitirá criar uma marca identitária de toda a região turística.

Oportunidades identificadas no PDM

O relatório de revisão do PDM identifica um conjunto de oportunidades e acções a desenvolver em torno do elemento “Paisagem”, as unidades de paisagem representam dinâmicas distintas entre si e são a base do planeamento estratégico. Assim os recursos

naturais têm que ser tratados numa lógica de oportunidade e sustentabilidade cruzando com a aptidão natural e o valor associado

Tabela 37 Eixos Estratégicos identificados na Revisão do PDM

Eixos estratégicos identificados com base na paisagem
Conservação da Biodiversidade (Rede Natura 2000)
Gestão da Floresta
Requalificação do Sistema Hidrográfico
Dinamização do Turismo de Natureza
Sistema de Espaços de Recreio

Fonte: adaptado relatório revisão PDM Valongo

A dinamização do Turismo de Natureza, bem como o Sistema de Espaços de Recreio assenta numa lógica supra-municipal e de área metropolitana, indo ao encontro da ideia original de Rede de Parques da Grande Área Metropolitana do Porto, que no caso do concelho de Valongo incluía o “Parque do Salto” com localização na Serra de Santa Justa e Pias que permite uma articulação entre a aptidão biofísica dos solos com os usos de lazer designadamente para percursos pedonais não invasivos.

Rede Aldeias de Xisto

A Aldeia de Couce, pelas suas características poderá integrar a iniciativa Rede de Aldeias de Xisto, que é desenvolvido pela ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto. Este projecto visa o desenvolvimento sustentável de territórios específicos através da criação de uma marca única e de um modelo de gestão partilhada, que permita criar condições para o desenvolvimento turístico com base numa marca reconhecida e um produto diferenciador.

Inicialmente limitava-se à valorização das aldeias da região Centro, mas face ao sucesso de funcionamento da rede, o âmbito de agentes aderentes públicos e privados tem

umentado, afigurando-se assim como uma oportunidade de desenvolvimento da Aldeia de Couce.



Os principais elementos estratégicos passam pela sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos das aldeias. Assim pretende-se uma articulação entre a oferta turística privada com a animação pública dos territórios e a qualidade de vida das populações locais. O contacto e envolvimento da população local na actividade turística, apresenta-se como uma mais-valia juntamente com a forte componente de paisagem natural que caracteriza o território envolvido.

O funcionamento em rede permite fazer uma abordagem transversal dos domínios que se cruzam com o turismo como:

- Praias Fluviais
- Ambiente, Caça e Pesca
- Ordenamento do Território e Regulamentos Urbanos
- Produtos Turísticos
- Rede de Lojas Aldeia do Xisto.
- Formação e Qualidade.
- Comunicação e Marketing.
- Projectos de Desenvolvimento e Cooperação Estratégica.

ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural Integrados de Terras de Santa Maria

Conforme referido, na abordagem do PRODER, Valongo integra a ADRITEM, juntamente com mais 130 associados, públicos e privados que visam o desenvolvimento rural integrado, abrangendo deste modo a promoção do Turismo de Natureza e em espaço Rural. A abordagem do desenvolvimento integrado abarcar diversos domínios como os recursos Naturais, Culturais, Históricos, Arquitectónicos e Humanos. Como objectivos gerais a ADRITREM visa:

- Fixar a população rural;
- Promover a melhoria das condições de vida das populações mais desfavorecidas;
- Preservação do património natural, ambiental, cultural, etnográfico, arqueológico e turístico;
- Apoiar o desenvolvimento económico e social através de iniciativas de criação de emprego;
- Promover e comercializar produtos locais de qualidade;
- Promoção da região e do país no exterior;
- Desenvolvimento socio-económico da região.

Roteiro das Minas e Pontos de Interesse e Geológico de Portugal

Esta iniciativa, desenvolvida pela Direcção Geral de Energia e Geologia- DGEG, e pela Empresa de Desenvolvimento Mineiro SA- EDM, visa a divulgação científica da problemática mineira geológica e o aproveitamento do potencial de desenvolvimento territorial a partir do seu património.

A criação de um Roteiro a nível Nacional, que identifique os locais, e as acções associadas ao Património Geológico e Mineiro permite a divulgação de iniciativas lúdicas, culturais, pedagógica, científica em torno deste. A utilização de plataforma electrónica facilita o funcionamento futuro em rede, o que beneficia todos os intervenientes.

No caso de Valongo, integra nesta fase o “ Museu da Lousa” que é constituído por três casas de média dimensão construídas segundo as técnicas tradicionais do trabalho em ardósia. Sendo expectável a integração de mais elementos de interesse neste Roteiro de forma a criar Rotas de visita concelhia em torno do potencial mineiro e geológico do concelho.



Correntes do Rio Leça e Rio Ferreira

O projecto “Corrente Rio Leça” nasce de um protocolo⁶⁴ de despoluição do Rio Leça no percurso do Concelho de Valongo, que para além da melhoria da qualidade da água e requalificação das margens, ao longo de três anos incidiu sobre:

- Melhoria e requalificação de infra-estruturas;
- Melhoria das condições de utilização das redes separativas do parque habitacional;
- Estabelecimento de condições para a drenagem dos efluentes industriais;
- Desenvolvimento de uma política ambiental sustentada junto da população;
- Promoção e envolvimento da população na limpeza das margens do rio;
- Dinamização de acções de sensibilização ambiental.

Este projecto assenta na participação da população de forma activa na valorização de um recurso com o apoio de uma rede alargada de entidades, em que o Município tem o papel de coordenação do projecto e da limpeza física das margens bem como da parte de comunicação e sensibilização da população. Este conceito de corrente teve um efeito multiplicador com a réplica dos mesmos princípios por outros Municípios que também são cruzados pelo Rio Leça.

A mesma metodologia foi implementada na “ Corrente do Rio Ferreira”.⁶⁵ Neste caso com um total de quatro Municípios (Valongo, Paços de Ferreira, Paredes e Gondomar). Dado o seu potencial ambiental de carácter científico e de lazer, foi entendido que a sua preservação e valorização se mostrava imperiosa de modo a permitir o reaproximar da

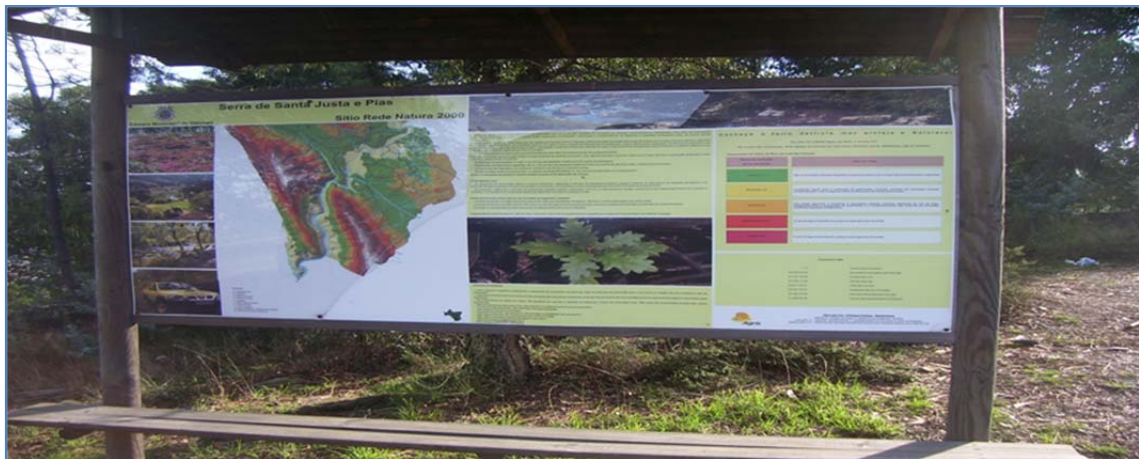
⁶⁴ Protocolo assinado em 16 Fevereiro de 2007 entre a CCDDR-N, Câmara Municipal de Valongo, Águas de Valongo, SA, Junta de Freguesia de Alfena, Junta de Freguesia de Ermesinde, Comissão de Fiscalização da Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público de Valongo, Faculdade de Engenharia do Porto e Faculdade de Ciências do Porto, Lipor, DECO, Quercus e Amileça.

⁶⁵ Protocolo assinada a 22 de Abril de 2009.

população a este recurso. O número elevado de entidades envolvida, (trinta e sete), apresenta-se como um desafio ao tipo de modelo de governança exigido em paralelo com o papel activo que a população desempenha.



Parque Paleozóico de Valongo



O Parque Paleozóico, surgiu de uma parceria entre a CMV e os Departamentos de Geologia, Zoologia e de Botânica da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto de 1995 e que foi alvo de financiamento pelo Programa LIFE⁶⁶ da Comissão Europeia.

A necessidade de preservar fósseis da Era Paleozóica, designadamente de Trilobites e das características geológicas que o espaço apresenta originou este processo em torno da criação de um “laboratório vivo” nas Serras de Valongo.

A parceria entre a CMV e a FCUP visa uma colaboração que ultrapassa a mera consultoria técnica, prevê a divulgação promoção e organização de visitas acompanhadas.

"O Parque Paleozóico de Valongo abrange uma área privilegiada do ponto de vista geológico, apresentando uma grande geodiversidade, da qual se destacam as importantes jazidas fossilíferas do Paleozóico, conhecidas internacionalmente, e as mineralizações de antimónio e ouro que foram exploradas desde os tempos da actividade mineira romana em Portugal. Entre os inúmeros invertebrados que habitavam os mares do Paleozóico de Valongo salientam-se as Trilobites e os Graptólitos. Estes animais dominaram temporariamente os mares do Paleozóico, tendo desaparecido do nosso planeta antes dos primeiros dinossauros”.⁶⁷

⁶⁶ O Programa LIFE é o instrumento financeiro da UE de apoio a projectos de conservação do ambiente e da natureza. O objectivo geral do LIFE é contribuir para a implementação, actualização e desenvolvimento da política e legislação ambiental da UE através do co-financiamento de projectos-piloto ou de demonstração, com grande valor no contexto Europeu.

⁶⁷ Adaptado de edição Valongo Natura n.º 1.



3.3 Visões, Vivências e Percepções

Neste ponto apresenta-se de forma resumida as principais ideias recolhidas nas visões recolhidas e entrevistas pessoais realizadas com diversos *stakeholders* envolvidos com a temática estudada.

A selecção dos entrevistados visou a cobertura dos diversos níveis de actuação, incluindo decisores políticos, consultores de desenvolvimento, consultores de financiamento, especialistas em ambiente, dirigentes de associações ambientalistas e de turismo.

As entrevistas realizaram-se entre Janeiro e Setembro de 2011, com uma duração aproximada de 50 minutos em que, a partir de uma questão de partida: “Qual é o papel dos Municípios no desenvolvimento de uma estratégia de turismo”, dando-se o mote para o entrevistado explicar a sua vivência e percepção da realidade. Em paralelo com as entrevistas foram recolhidas visões através de depoimentos escritos. De modo a não limitar os conteúdos abordados e face á diversidade de vivências dos elementos do painel de entrevistados não se apresenta um guião de entrevista fechado, privilegiando o contributo das experiências do interlocutor. Tenta-se assim salvaguardar que as temáticas chave são abordadas por todos os entrevistados, designadamente, o turismo, o turismo de natureza, o ordenamento do território, a política de turismo.

O painel de entrevistados é constituído por: Dr. João Paulo Baltazar, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Valongo; Dr. Mário Fontemanha, Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Dr. Nuno Fazenda, perito de turismo da CCDR-N; Dr. Melchior Moreira e Júlio Meirinhos, Presidente e Vice-Presidente da PortoeNorte; Dr. Nuno Oliveira, responsável pelo Parque Biológico de Gaia; Dr. Serafim Silva, Presidente da Associação Ambiental Juvenil Onda Verde; Dr. Nuno Quental, especialista em Ambiente e Ordenamento do Território e ex-Presidente da Associação Campo Aberto; Dr. Paulo Campos e Vítor Matos, dirigentes associação Alto Relevo; Arquitecto Jorge Mangorrinha, Presidente da Comissão Nacional do Centenário do Turismo em Portugal; Dr. Carlos Ferreira, Administrador Delegado Natureza da Porto e Norte de Portugal; Dr. Ricardo Luz, Consultor de Desenvolvimento; Prof. Dr. António Figueiredo Presidente da Quaternaire Portugal, Prof. Dr. Paulo Pinho Responsável pela proposta de Revisão PDM Valongo.

3.3.1 O Papel das Autarquias: A visão Política

Para uma análise de índole local, importa reflectir as condicionantes Nacionais e Regionais. Assim partindo dos depoimentos de personalidades e entidades ligadas ao Turismo e às Autarquias Locais identifica-se as principais limitações, condicionantes e oportunidades que o Turismo em geral e o Turismo de Natureza em particular enfrentam ao nível da implementação de um estratégia turística.

Pretende-se, a partir das experiências vividas pelos actores entender os pontos críticos de sucesso e de entrave à concretização dos objectivos.

Temos que projectar uma nova imagem de Portugal no mundo, para além do Sol e Mar, Portugal não é só isso e tem muito mais e tem que mostrar uma imagem diferenciadora baseada no que temos para oferecer e que é único.

Cecília Meireles

Para a Secretária de Estado do Turismo, Cecília Meireles “não é possível haver políticas correctas que não sejam baseadas em muito trabalho, estudo e reflexão, sendo o estudo

uma responsabilidade não só do Governo mas também das instituições públicas e de todos os restantes agentes”.

A importância do turismo no crescimento económico Português é evidente“ a nossa prioridade é sem dúvida o crescimento económico”, Portugal é dos países da OCDE em que o Turismo tem maior peso consequentemente contribui e é um sector que promove o crescimento económico.

É necessário um “trabalho mútuo, neste momento de oportunidade, de retoma económica e em que os mercados concorrentes apresentam alguns problemas de conjuntura” é assim uma oportunidade de “projectar uma nova imagem de Portugal no mundo, para além do Sol e Mar, Portugal não é só isso e tem muito mais e tem que mostrar uma imagem diferenciadora baseada no que temos para oferecer e que é único desde a Gastronomia e Vinhos, o património Cultural, o Turismo Residencial Sénior,...”

Na visão de Cecília Meireles cabe às políticas “fomentarem, incentivarem” enquanto aos agentes privados cabe “ ir à procura dos focos de crescimento direccionando a aposta nos mesmos, só assim com uma interligação Governos-Agentes privados é possível conciliar a oferta e a procura” O Governo “não deve criar metas fechadas sobre si mesmo, têm que ser metas objectivas, monitorizadas mas de todos os agentes públicos e privados”.

A visão Regional

Os Municípios têm um insubstituível papel a desempenhar em estreita e profícua colaboração com as Entidades Regionais de Turismo no sentido de (imbuídas de um espírito de reciprocidade) cumprirem de forma proficiente a sua missão.

PortoeNorte

Na visão da PortoeNorte o Papel das Autarquias passa pela preocupação com o sucesso do Turismo e a necessidade de uma articulação de entidades em diversos níveis e áreas de actuação. A emergência de um novo paradigma decorre da necessidade de se redimensionarem formas de intervenção do Turismo, sob pena de Portugal “se resignar

a ser para a Europa uma colónia de férias a baixo preço”(revisitando Francisco de Sá Carneiro no discurso proferido em 1980).

A preocupação com o valor económico do Turismo é uma constante, quer do ponto de vista do investimento público como privado “neste sentido torna-se premente repensar (também) a performance económica do Turismo, já que é fundamental promover um crescimento sustentado em que “mais” Turismo seja efectivamente sinónimo de “melhor” Turismo, o que nem sempre tem acontecido decorrente do facto do aumento das receitas não acompanhar o aumento do número de visitantes, surgindo a necessidade de maximizar os proveitos em nome de um Turismo de Qualidade”. O próprio PENT reflecte esta preocupação ao elencar como objectivos estratégicos aumentar os tempos médios de permanência e fortalecer o tecido económico regional.

A análise histórica do papel da Administração Local no domínio do Turismo conduz-nos às “Comissões de Iniciativa” que (remontam aos anos 20 do século passado) surgem (no âmbito da Sociedade de Propaganda Nacional) como organismos locais (pioneiros) com intervenção directa na área do Turismo.

A sua finalidade era a promoção e o desenvolvimento das estâncias hidrológicas, climáticas, de altitude, recreio, lazer e de turismo, executando para o efeito obras de interesse geral ou iniciativas para aumentar a sua frequência e o fomento do Turismo.

Na década seguinte (depois da implantação do Estado Novo) aparecem as Comissões Municipais de Turismo e Juntas de Turismo, constituindo um retrocesso (em relação às Comissões de Iniciativa) ao nível da esfera do poder local. A criação das Regiões de Turismo (sobretudo, com o novo fôlego legal que ganharam a partir da década de 80) representa uma transferência de responsabilidades locais para o nível sub-regional.

“Os Municípios têm um insubstituível papel a desempenhar em estreita e profícua colaboração com as Entidades Regionais de Turismo no sentido de (imbuídas de um espírito de reciprocidade) cumprirem de forma proficiente a sua missão”.

É no domínio do planeamento, que a tomada de decisão é fundamental, dado que existem diversas áreas de intervenção Municipal que se relaciona directa e

indirectamente com o sector de Turismo, designadamente em acções de recuperação do património, em infra-estruturas e no espaço público.

“O governo local é uma das formas mais nobres de exercício de poder decorrente da relação de imediação propiciada entre o Estado e o Cidadão. Razões históricas e de acessibilidade fundamentam, de facto, esta realidade cuja pedra de toque será converter essa proximidade em participação efectiva com reflexos (manifestamente) positivos no bem-estar sustentado e sustentável das populações”.

As Autarquias têm um papel decisivo na cadência de formação de riqueza através da dinamização das áreas de intervenção que lhe estão legalmente atribuídas, como seja o investimento em infra-estruturas.

“A valorização do território é, sem dúvida, ponto de honra para os Municípios subsequente do elevado nível de retorno para os agentes económicos. Os Municípios enquanto agentes de incremento económico, social e cultural, devem assumir-se (plenamente) como mediadores capazes de favorecerem atitudes, iniciativas e negócios. A atractividade do território é, sem dúvida, a mola propulsora para sediar empresas através de uma identificação (a priori) de intenções de investimento”.

“Este “virar de página” lega-nos uma mensagem revestida de grande fecundidade alicerçada na premência das Autarquias se dotarem de mecanismos (cada vez mais) proficientes de actuação no (e sobre o) fenómeno turístico, redimensionando as mais-valias económicas, sociais, culturais e ambientais que o Turismo pode oferecer, porquanto se estruture em pilares de planeamento e de gestão (manifestamente) consistentes”.

Para Nuno Fazenda, Perito da CCDDR-N na temática de Turismo, o “Turismo tem como base de sustentação o ambiente e os recursos. A sua preservação e valorização apresentam-se como um investimento que vai garantir o equilíbrio de todas as dimensões.” A “sustentabilidade é transversal a todos os produtos turísticos” sendo no Turismo de Natureza mais sentida a dimensão ambiental.

“ O Turismo é função do território. É o território que determina as tipologias de turismo a implementar”.

No que diz respeito ao Turismo de Natureza, foi definido como um produto turístico prioritário para a região Norte, no PENT bem como na Agenda Regional de Turismo.

Assim numa lógica de subsidiariedade, compete ao Governo a definição dos grandes objectivos nacionais e gerais da Política de Turismo, sendo ao nível Regional que se deve ter uma visão real da dimensão do fenómeno. A nível local compete aos Municípios um papel determinante de planeamento e desenvolvimento do turismo, desde logo pelos instrumentos de planeamento que dispõe (PMOT's, Agenda 21), bem como ao nível dos procedimentos de licenciamento de actividades e equipamentos turísticos. A animação turística local surge também como uma área de actuação dos municípios, para além de um conjunto alargado de funções que não estando directamente relacionadas com o turismo, têm efeitos no seu resultado, como “qualificação do espaço urbano, preservação dos Centros Históricos; limpeza do espaço público; criação de espaços verdes.

O Financiamento do Turismo encontra no período de programação comunitária 2007-2013 dois grandes instrumentos, o QREN e o PRODER. Segundo Nuno Fazenda, no QREN, designadamente no ON2 e nos Programas Operacionais Temáticos POVT, POPH e POFC, os Municípios encontram “múltiplas possibilidades de financiamento para todas as intervenções referidas que mesmo não contendo a palavra “turismo” no projecto têm e feitos positivos a esse nível”, sendo que existe apoio directo a actividades de turismo, mas “ nesse caso direccionados para destinatários empresariais, quer pelos Sistemas de Incentivo QREN, como pelo PRODER, mais numa lógica de Desenvolvimento Rural”.

O Turismo “deve ser olhado sob duas dimensões, a dos residentes e a dos visitantes, sendo certo que um destino com boa qualidade para os residentes, também será apelativo para os visitantes”. A animação turística deve ter um carácter local, sendo a promoção “essencialmente regional, com complemento local”.

Dentro do Turismo de Natureza “existem vários públicos com motivações distintas, desde fruição e lazer até nichos específicos de investigadores e estudos técnicos. Nuno Fazenda destaca que por definição “turista tem que pernoitar, sendo cada vez mais

recorrente analisar os valores da conta satélite de turismo, na rubrica “consumo turístico que regista o consumo em todas as actividades conexas com o Turismo”.

O Turismo de Natureza beneficia dos apoios referidos, por via da qualificação ambiental dos territórios com vocação turística e por via dos incentivos a actividades económicas de turismo, e animação turística.

Analisando o caso de Valongo, Nuno Fazenda, identifica como vantagem competitiva a proximidade ao Porto, podendo oferecer produtos em “complementariedade com o produto Porto”, a “junção Cidade\Natureza é possível e desejável valorizando toda a oferta da AMP”, a “real valorização é essencial para não defraudar as expectativas dos visitantes”.

Para Nuno Fazenda “ as parcerias entre as entidades públicas, a quem compete criar as condições para o desenvolvimento das actividades, a interpretação ambiental, a sinalização e as entidades privadas a quem compete gerir o negócio assente em padrões de sustentabilidade, permite uma partilha de risco benéfica para todos”.

A Sustentabilidade e o marketing sustentável, apresentam para Nuno Fazenda o risco de “excesso de certificação” e de se tornar num “chavão”. O importante é seguir os seus princípios subjacentes de forma a incluir “a importância ambiental no turismo.

Para Carlos Ferreira e centrando a sua visão no domínio do Turismo de Natureza, o “Turismo de Natureza: é um Produto Turístico Estratégico do Porto e Norte que urge desenvolver, enquadrar e tornar sustentável.” Verifica-se que o fenómeno de Turismo de massas tem-se intensificado, vigorando “uma procura crescente de turistas cada vez mais exigentes e informados, os industriais do sector, aprofundam e maximizam novas oportunidades de negócio, exploram novos territórios, desenvolvem novas vantagens distintivas e competitivas”. Deste modo “o sector é alvo de uma extrema segmentação territorial e temática. Aposta-se em nichos de mercado, e todos os dias surgem novas propostas turísticas para experienciar, de entre as quais o Turismo de Natureza”.

Enquanto actividade económica, Carlos Ferreira verifica que o Turismo “é uma indústria globalizada e muito agressiva entre concorrentes. No mercado distinguem-se os que melhor potenciam e maximizam as suas vantagens distintivas e competitivas.

Tem forte impacto no desenvolvimento sustentado e sustentável das regiões por usar os recursos endógenos aí disponíveis e depender da comunidade de acolhimento. Os turistas são hoje mais informados e exigentes, têm profunda consciência ambiental e repartem as suas férias por vários períodos, procurando que cada momento de lazer seja uma experiência turística única!”

Assim o Desenvolvimento Sustentável e, por consequência, o Turismo Sustentável é apontado por Carlos Ferreira como “uma obrigatoriedade”. O Turismo é apontado como uma das actividades económicas e socioculturais mais estruturante e emblemática do processo de Desenvolvimento Sustentável.

Para evitar a imagem pejorativa do “turismo de massa” como “desrespeitador do ambiente”, “agressivo” é desejável uma alternativa de Turismo mais Sustentável que consiga “simultaneamente proporcionar uma experiência de qualidade aos turistas e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações receptoras e para a protecção da qualidade ambiental, materializando-se em três dimensões básicas fundamentais: sustentabilidade económica, sustentabilidade ambiental e sustentabilidade cultural.”

Estas preocupações com a sustentabilidade estão integradas nas acções de todas as entidades ligadas ao Turismo “internacionais e nacionais constituindo elementos fundamentais de valoração para a aprovação de novos projectos”.

Especificamente sobre o Turismo da Natureza Carlos Ferreira denota que “O Turismo de Natureza é um Produto Turístico Estratégico consagrado no PENT. Define-se como um produto turístico que se desenvolve em áreas naturais conservadas, com o objectivo específico de admirar e fruir, estudar, desfrutar da viagem, das plantas e animais, do contacto com as populações, cultura e produtos locais, das marcas culturais do passado e presente, relacionando-se desta forma, ócio, ambiente, turismo e desenvolvimento sustentável das áreas turísticas de destino, de forma a contribuir para o aumento de bem-estar e criação de riqueza das áreas turísticas de destino”.

Quanto ao perfil do turista de Natureza é apontada a “crescente sensibilidade pelo meio ambiente e diferencia-se dos turistas dos restantes produtos turísticos estratégicos, quer

pelas motivações, quer pela atitude face ao suporte físico que o acolhe, distinguindo-se pela responsabilidade que assume relativamente à sustentabilidade ambiental”.

Dos vectores necessários ao desenvolvimento do Turismo de Natureza são elencados por Carlos Ferreira o Alojamento adequado em áreas classificadas; as Prática da Animação Ambiental: Animação, Interpretação Ambiental e Desporto de Natureza; a Sensibilização e educação ambientais; o apoio à criação de micro e pequenas empresas de restauração e de animação turística, e iniciativas endógenas que promovam o emprego; a promoção dos produtos de base local e da gastronomia; a divulgação das manifestações tradicionais e etnográficas locais como forma de afirmação da identidade cultural; o aproveitamento de estruturas museológicas e sítios culturais, zonas de pequenas indústrias locais, lojas de recordações, visitas a explorações agrícolas e a utilização ordenada e sustentável dos recursos naturais passíveis de práticas de desporto de natureza.

Conclui Carlos Ferreira que “o Turismo de natureza, relacionando ócio, ambiente, turismo e desenvolvimento sustentável, pode e deve contribuir para o aumento de bem-estar e criação de riqueza das áreas turísticas de destino, nomeadamente dos territórios que integram as áreas classificadas, hoje muito depauperados do ponto de vista demográfico e económico”.

A visão Municipal

Numa análise Municipal, Mário Fontemanha, Vereador do Turismo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, entende que o Turismo em Portugal “devia ser encarado como um sector estratégico para o desenvolvimento Nacional, tornando-se essencial a adopção como desígnio nacional”. Ao longo dos tempos o “Turismo tem sido mal tratado, mesmo com um Política Nacional, não se aposta no longo prazo, nem de forma estruturada e com o investimento necessário”.

Portugal “tem um Plano Estratégico de Turismo, mas não tem um desígnio. Sendo um sector onde Portugal pode encontrar valor, acrescentar riqueza e aumentar a economia”. A promoção tem que ser direccionada de modo “ a dar resultados consequentes no período de 10 a 15 anos.

O Município participa “activamente na definição da Política Regional de Turismo, sendo no entanto a falta de verbas o grande entrave”, servindo-se de outros instrumentos extra turismo para o desenvolvimento de projectos com benefícios para o Turismo. O Projecto de Lojas de Turismo será “uma mais-valia e uma aproximação das novas tecnologias na promoção do Turismo”.

À escala Municipal, Vila Nova de Gaia traçou uma estratégia de desenvolvimento do concelho, que incluiu na fase inicial a requalificação do espaço urbano, a infra-estruturação dos serviços básicos, a melhoria das acessibilidades, de competência Municipal, bem como exercer pressão junto do Governo para agilizar o investimento de competência Governamental, de modo a oferecer o “ melhor possível aos Gaienses e a todos os visitantes”.

Após a infra-estruturação o enfoque foi dado “ aos produtos que nos distinguem e que pelas suas características nos diferenciam: a costa de Mar e a Frente Ribeirinha” assim para desenvolver este dois pólos com potencial turístico foram desenvolvidos esforços de criar “massa crítica de público” com a instalação de equipamentos que atraíssem público. A estratégia de desenvolvimento assenta na mais-valia da marca Porto e do poder de atractividade que exerce, não com a preocupação de substituir mas sim beneficiar dessa procura.

A preocupação ambiental é uma constante, verificando-se uma componente de educação ambiental conjugada com o lazer. Na área de Turismo de Natureza, sempre que possível “ a parte pública tem que agir conjugada com a parte privada, promovendo assim a viabilidade económica, a procura do lucro em paralelo com a conservação da Natureza como se verifica no Parque de St. Inácio”, sendo certo que existem situações em que o interesse privado não se verifica e cabe ao Município o investimento total. No entanto o Município “não se deve meter nas actividades económicas, nem incutir um espírito de subsidiador”.

Para Mário Fontemanha, os principais factores chave para o sucesso de uma estratégia de Turismo incluem, “ um permanente diálogo com todos os agentes turísticos, hotéis, operadores, de modo a articular ideias para o desenvolvimento do investimento privado,

conseguindo assim agir segundo uma visão global com todos os parceiros em respeito pela harmonia, a segurança, e a competitividade”.

Analizando o contexto concreto do território em análise, João Paulo Baltazar, vice-presidente da Câmara Municipal de Valongo, entende que a abordagem à temática do Turismo, da Valorização Ambiental e do Desenvolvimento do Concelho tem que partir da análise da realidade. Essa “realidade” mostra que Valongo tem uma área florestal abrangente que ocupa aproximadamente 50% da área total. No seio desta área co-existem elementos de real valor patrimonial quer seja Histórico, Geológico e Ambiental. No entanto a maioria da área não apresenta nenhum “interesse específico” para além do seu uso florestal. Assim, “é possível encontrar espaços para soluções nos mais diversos domínios de utilização, desde a exploração florestal, a prática de desporto motorizado (ou não) e a conservação da Natureza, como mostra a integração na Rede Natura 2000 do Sítio Valongo”.

A propriedade privada dos terrenos é uma realidade que abrange “a quase totalidade das serras” assim uma intervenção do Município está limitada e “esbarra nos interesses e desinteresses dos proprietários”. Esta situação pode evoluir, não por via de mudança de titularidade da propriedade mas por uma maior competência de gestão decorrente da classificação como área de protecção local.

Em termos do “papel dos municípios na promoção do turismo” o Município “pode, e deve ser um agente dinamizador”, de acordo com as suas competências através “dos instrumentos de planeamento, bem como na viabilização de oportunidades e no acolhimento de iniciativas com visibilidade.

No caso de Valongo um dos problemas reside “na abundância de valências com excelente potencial turístico”, essa diversidade e leque de recursos endógenos pode passar de “uma oportunidade a uma dificuldade”, ou de uma oportunidade condicionada.

Para João Paulo Baltazar, a diversidade de actividades desportivas e de lazer que o conjunto de serras de Valongo proporciona é extensa, incluindo as “melhores paredes de escalada naturais na Região Norte”, contudo a sua utilização tem que ser “observada nos

níveis a que os ecossistemas o permitem”, não sendo desejáveis eventos massivos, mas sim uma “harmonia entre a capacidade de acolhimento do território e a procura”. É notório “um aumento do Turismo (não sendo o conceito OMT) de proximidade com muita procura de residentes na AMP, para além dos próprios municípios de Valongo”.

Para uma melhor gestão e valorização de todo o conjunto territorial com as mesmas características, a CMV “teve a expectativa e desejo de uma intervenção, não ao nível concelhia, mas sim supramunicipal a incluir Gondomar, Paredes e Penafiel”, sendo neste caso uma intervenção que ultrapassa o domínio da AMP. Este modelo teria que assumir uma visão global dado que em termos municipais “não há articulação de estratégias e interesses nem um ritmo político coincidente”. Havendo algum impasse, Valongo “avançou isoladamente para o processo de classificação das serras, esperando que, “os restantes municípios tomem iniciativa igual”. A classificação com área de protecção local é uma figura que torna “ a operacionalização com um nível de proximidade maior, não sendo de todo desejável a classificação Nacional, face à burocratização e nível organizacional que as mesmas implicam. Não se traduzindo em investimento”.

No seguimento da linha de actuação, a CMV entende pertinente avançar com um Plano de Acção que inclua todas as vertentes de turismo, todas as oportunidades existentes e todos os potenciais parceiros. O Município já tem trabalho realizado no domínio do Desporto e Lazer designadamente com a criação, sinalização e manutenção de quatro circuitos de pedestrianismo bem como no desenvolvimento de eventos de desportos na natureza em parceria com associações locais.

A parceria com a Universidade do Porto através da Faculdade de Ciências, criou o início de uma vertente de turismo científico. Este tipo de parcerias “possibilita o avanço de projectos com níveis de investimento superior e o recurso a apoios específicos” designadamente ao nível de infra-estruturas de alojamento e centros de investigação.

Relativamente à Aldeia de Couce, “símbolo de uma vivência em Natureza, que permaneceu imune às mudanças dos tempos recentes”, João Paulo Baltazar luta por uma solução que permita a sustentabilidade da operação, dado que algumas intervenções públicas “mostram-se um sorvedouro de dinheiro”, sendo necessário um “modelo de

negócio em que os agentes envolvidos tirem benefício económico com o activar da própria aldeia, através dos seus recursos e potencialidades, com alojamento, gastronomia, agricultura biológica”. O essencial do investimento está feito, com as infra-estruturas de acesso, de abastecimento e requalificação do espaço público”. A operacionalização de um projecto de exploração turístico da aldeia tem várias possibilidades, designadamente com apoios do Turismo de Portugal, mas depara-se com alguns entraves, nomeadamente ao nível da propriedade dos imóveis, de mudanças geracionais, de descapitalização, sendo desejável “um modelo de negócio completo com definição do papel de cada um “ Ao município não caberá “certamente a exploração das actividades, não é essa a sua vocação, pode criar, mas nunca disputar o mercado de turismo, deve ser um agente facilitador, deixando para os agentes privados o negócio turístico”.

De acordo com os valores assumidos, qualquer projecto de desenvolvimento turístico aprovado deverá ter em atenção a Natureza, sendo essa uma premissa que “qualquer investidor tem que assumir mesmo em prol do seu interesse e qualidade da oferta”. A aposta no Turismo de e na Natureza é visto “como um factor de competitividade para o tecido empresarial do Concelho, pela vertente de imagem e valorização do território, permitindo um acolhimento agradável dos clientes, tornando-se assim eles próprios uns divulgadores do que viram, mas também uma possibilidade de desenvolver oportunidades de negócio no âmbito e em parceria com os elementos da Natureza, uso da imagem e associação de vendas cruzadas e da oferta de novos serviços aos utilizadores”. Para tal é necessário uma envolvimento de toda a comunidade local, de modo a verificar-se uma “identificação com o território e os seus valores,” sendo necessário desenvolver um sentimento “de pertença” já que a via da “imposição não tem efeitos desejáveis nem duráveis”.

Ao nível Nacional e Regional, é do entendimento de João Paulo Baltazar, que existe alguma “desarticulação” entre a “Política e o que se operacionaliza” apontando no entanto também exemplos de “boas ideias”, como as “Lojas de Turismo”. Está no entanto céptico quanto aos reais resultados e ao funcionamento em rede, “tão desejável”, como por exemplo nas potencialidades das sinergias entre o território de Valongo e de Arouca através da base comum de património Geológico.

Reforçar a “Complementaridade e aposta no modelo de colaboração” são apontados como essenciais para o desenvolvimento do Turismo no Concelho, quer no âmbito Turismo de Natureza bem como no campo cultural designadamente com a valorização das festas de S. João de Sobrado. No entanto, para além da valorização da oferta é preciso evitar o desenraizamento da população local e apoiar, nesta fase que o Município não tem capacidade de investimento, todos os potenciais investidores” É “necessário entender e ultrapassar o “bioritmopolítico”, pensar no médio e longo prazo para dar a conhecer este “Gerês no Porto”.

3.3.2 Turismo e Desenvolvimento: A Visão externa às organizações

Neste ponto analisa-se o papel do Turismo no Desenvolvimento Municipal, com base na visão de elementos externos às autarquias, designadamente consultores especialistas na temática de desenvolvimento territorial. Pretende-se verificar se os elementos referenciados de uma forma livre e sem condicionantes de qualquer índole são sobreponíveis às visões políticas.

Face ao contexto actual, Paulo Pinho considera que a actividade de Planeamento deve “olhar para o turismo como uma oportunidade de desenvolvimento económico, criação de riqueza e de emprego”. Assim, o Turismo é visto como uma oportunidade de criar emprego e gerar receitas. Mesmo que tenha uma “componente localizada e reduzida, todas as oportunidades de valorização dos recursos tem que ser aproveitada.

O desenvolvimento de actividades de turismo “tem que ser alicerçado na valorização de alguns recursos e especificidades dos territórios, de âmbito cultural, ambiental ou outros”.

No caso concreto do concelho de Valongo, pelo conhecimento que tem, Paulo Pinho identifica como âncoras de actividade de Turismo “um conjunto de recursos naturais peculiares e muito específicos”.

Valongo apresenta-se como o Município com maior área florestal da AMP, sendo no entanto possível distinguir duas manchas distintas em termos de valor ambiental. Uma parte “não é relevante do ponto de vista do património natural, apresentando-se como uma zona de produção florestal, em que é possível a conciliação com actividades desportivas motorizadas sem colocar em causa o ecossistema”.

Uma situação distinta ocorre na parte Sul do Concelho em que a área florestal “apresenta um valor intrínseco de carácter bio-geo-físico bem como trechos com enquadramento cénico e paisagístico, incluindo grandes amplitudes topográficas, afloramentos rochosos,...” nesta área a preservação condiciona a tipologia de actividades de Turismo de Natureza a desenvolver.

De acordo com Paulo Pinho, “um plano pode e deve proteger os recursos naturais, mas tem que ir mais além e potenciar a sua utilização, na medida em que existem várias actividades compatíveis com a preservação dos valores patrimoniais”.

A forma ideal de preservação dos recursos naturais passa por “ser feita activamente pelos agentes cujo sucesso dependem desses recursos”. Assim, quando se encontra actividades económicas que para a sua própria sobrevivência é fundamental a preservação dos recursos, vão ser eles próprios uns elementos activos na preservação dos mesmos. Nesse sentido, o planeamento tem a possibilidade de “potenciar a emergência desses *stakeholders* que apresentam uma cumplicidade com os recursos”.

O papel dos Municípios em termos de planeamento passa por “inscrever nos instrumentos de planeamento uma estratégia espacial de preservação e valorização”, no entanto tem que ir mais além da “mera limitação física”, tem que entender a dinâmica do seu território e dos territórios com quem estabelece ligação. Tem que ser capaz de “desenvolver uma estratégia de acessibilidades que potencia o que queremos e evite o que não queremos”.

Para além das competências de planeamento, os municípios têm responsabilidades directas sobre aspectos que são determinantes para a dinamização turística como o ambiente e a educação ambiental. Ao nível da educação ambiental, destaca-se o “papel

de divulgação e arrastamento que a sensibilização junto das crianças provoca em toda a comunidade”.

A proximidade de Valongo à cidade do Porto é vista como uma mais-valia, na medida em que o “efeito e proximidade aos centros urbanos, acrescenta valor aos recursos naturais. Alguns dos elementos naturais de Valongo noutro contexto não teria este efeito de singularidade”. Estes valores podem ficar à disposição da população da AMP e ao mesmo tempo serem mote para a valorização do território.

Para uma efectiva operacionalização da estratégia “ não basta um plano ideias criativas e medidas condicionadoras, é necessária a existência de tomadores capazes de a implementarem de forma pró-activa que arrisquem e mostrem espírito empreendedor” para tal Paulo Pinho aponta a iniciativa privada como o “*grande motor de desenvolvimento*”, cabendo à administração “não ser uma fonte de obstáculos, perceber que as actividades económicas a instalar nas zonas sensíveis devem ser criteriosamente escolhidas para vigorar actividades que dependam desses valores”. Mais do que “regulamentos abrangentes e complexos é necessário encontrar procedimentos mais céleres e eficazes”.

A função do planeamento é “em função de uma pretensão de instalação, encontrar a localização mais correcta para essa actividade” tendo em vista as externalidades positivas e negativas “na perspectiva da sociedade”.

Para António Figueiredo, Presidente da Quaternaire Portugal, a visão de que o Turismo é “ a única forma de desenvolvimento dos territórios”, não é acertada, dado que “o Turismo gera economia mas não é a solução pronta para todas as situações”.

Para que uma estratégia de Turismo se mostre consistente é “fundamental que tenha por base a inimitabilidade dos seus recursos”, só com factores endógenos que sejam distintos da generalidade da concorrência é possível captar o interesse da procura.

A valorização do território apresenta-se como uma condição “necessária mas não suficiente de sucesso”, contudo a valorização do território deve ser uma “prioridade em qualquer estratégia de desenvolvimento” de modo a tornar o território “agradável, e com boas condições. Condições essas que passam pelo ambiente, a limpeza, as infra-

estruturas”. Desse modo “ a capacidade de atracção é incrementada, o que em termos turísticos é positivo, com a vantagem de beneficiar directamente os seus cidadãos”.

Dentro de uma estratégia de Turismo de Natureza, os elementos naturais são fundamentais, mas “ é necessário um conjunto de elementos complementares desde promoção, eventos, interligação com todos os elementos patrimoniais, oferta de serviços,...”.

A possibilidade de utilização dos Fundos Comunitários é alargada, sendo no entanto, ao nível do Turismo, muito direccionada para o investimento privado. Como referido o investimento público ao nível de valorização territorial é fundamental e é consagrado em diversos instrumentos de financiamento.

As temáticas de “sustentabilidade, competitividade e qualidade de vida” vão continuar presentes nos próximos períodos de programação, sendo assim “uma aposta que deve ser feita a longo prazo”.

No entendimento de António Figueiredo, o papel dos Municípios no âmbito de Turismo, “não deve passar por uma posição de exploração, mas sim de criação de condições para que os agentes privados desenvolvam os projectos”, deve-se sim “investir na qualificação do território” e na promoção de “redes de cooperação”.

Ricardo Luz, responsável pela Gestluz Empresa de Consultoria, considera que o “turista” deve ser encarado pelos Municípios como um “cidadão temporário” e mesmo na condição de temporário é um cidadão. O objectivo de qualquer Município “deve ser o de melhorar as condições de vida dos seus cidadãos, quer permanentes ou temporários, através da criação e manutenção de todos os aspectos que proporcionem uma melhoria do território. A base de sucesso de uma estratégia de turismo passa por “intervir no sentido de melhorar as condições do território, a partir dos recursos existentes, não caindo na tentação de “artificializar”. Um “território que seja agradável para os seus residentes será certamente agradável para os seus visitantes”. A valorização ambiental do território é vista como “uma mais-valia para qualquer segmento de turismo. Se aliar essa valorização com a promoção de factores endógenos, únicos e que diferenciem a oferta tem-se a “base dos factores críticos de sucesso turístico”. Esta visão

não deve ser estanque ao ponto de impedir “inovar e ser criativo”, contudo a base da estratégia deve assentar em factores endógenos.

A dimensão económica do turismo é relevante, sendo o “consumo turístico” um elemento fundamental na análise “custo-benefício”. Um “visitante que apenas usa o recurso paisagem ou natureza e não consome nenhum bem ou serviço, será certamente um custo para o Município”, sendo o elemento “estadia” um factor indutor de consumo.

Para Ricardo Luz o “turista procura um espaço vivo, com bom ambiente e que lhe proporcione vivências, experiências e momentos únicos que se distingam das demais possibilidades “vá ao encontro das suas expectativas”. Cada vez mais o “turista procura soluções de mix de actividades. Assim, o Município tem o papel de valorizar o “produto” território através da promoção de parcerias e de atracção de agentes. Neste sentido, é “imperativo analisar se o Município tem benefício em desenvolver parcerias com outros Municípios, seja para ganhar massa crítica ou economias de escala com partilhas de custos e estruturas”.

No âmbito da promoção turística cabe às Entidades Regionais de Turismo fazer a coordenação da política e dos diferentes interesses. Cada município deve ter um papel activo na decisão, contudo se a política Regional não for suficiente, o poder local deve investir de forma complementar nunca sobreposta!” A este nível, é fundamental ter uma estratégia racional de entendimento do mercado, “ só sabendo o que o mercado quer, posso criar condições de oferta, pois o sucesso não se alcança por mera sorte”. É necessário o levantamento das capacidades e factores diferenciadores, que tornam o território competitivo, ao mesmo tempo que se procura soluções de oferta com parcerias”.

Quanto ao território de Valongo, Ricardo Luz considera que “é fortíssimo em termos de elementos de Natureza” vendo uma possibilidade de oferta complementar com o produto “Porto”, para tal tem que “ se reunir de todos os elementos que caracterizam quer os turistas de natureza, (as suas características, os seus gostos), bem como analisar os elementos diferenciadores dos destinos mundiais nesse segmento e perceber o que é preciso valorizar para atrair esses visitantes”. “O que temos / o que

queremos/devemos/podemos ter” só com o máximo de informação é possível equacionar e direccionar o investimento.

Assim o Município “ deve ser um agente facilitador e não um agente executor, pode dar o primeiro passo, interagir com os agentes, criar propostas de valor, mas a venda e a operacionalização tem que ser feita por agentes privados. Os exemplos de Municípios executores não têm apresentado muito sucesso”.

A acção do Município encontra no QREN, múltiplas oportunidades de financiamento, sendo “essencial que os Municípios saibam em que querem apostar, dado que a flexibilidade dos instrumentos permite uma adaptação de várias soluções”, qualquer que seja a área de intervenção. A vertente ambiental e de sustentabilidade é “ (...) uma constante, e um dos elementos valorizados na análise dos projectos”. A rentabilidade económica de cada intervenção tem que estar sempre presente sendo necessário recorrer “ a inteligência e criatividade” para alcançar a mesma. Para Ricardo Luz, a Sustentabilidade funciona em articulação com as três vertentes “ambiental, económica e social, sendo certo que a boa performance ambiental contribui para um bom desempenho económico”. É sempre desejável incluir um modelo de Governança adequado, “um modelo de sustentabilidade económica com dinheiro público e com subsídios de exploração não é desejável nem sustentável”.

Desafiado a transmitir a visão sobre a temática em estudo, Jorge Mangorrinha, Presidente da Comissão Nacional do Centenário do Turismo em Portugal, sintetiza de forma objectiva que “O Turismo de Natureza, tal como o conhecemos hoje de forma estruturante como produto turístico, é relativamente recente em termos internacionais e no nosso país em particular. Daí que estudá-lo, no quadro académico, é aprofundar o conhecimento sobre um universo de viagens em crescimento.

Este segmento turístico integra dois mercados, um de experiências ao ar livre de baixa densidade e outro associado à prática de actividades que requerem um elevado grau de concentração e alguma destreza e capacidade física.

O impacte económico local do desenvolvimento do Turismo de Natureza é relevante, pelo que importa que os agentes locais, nomeadamente membros autárquicos – aspecto

solicitado pelo mestrando aquando do convite para este contributo –, tenham a sensibilidade e o interesse para colaborar na melhoria dos factores-chave: valorização dos recursos naturais, melhoria das acessibilidades, limpeza e conservação das zonas envolventes, incremento de um sistema de sinalização específica adaptada às características do ambiente dos espaços naturais, articulação com as empresas operadoras, criação de uma completa base de dados dos recursos, actividades, operadores e intermediários e criação e manutenção permanente de uma base de dados de boas práticas.

O Turismo de Natureza é, seguramente, um dos segmentos turísticos que exigem uma relação estreita com os valores naturais do território, tarefa incessante na relação do Homem com a Natureza, de que o Turismo se alimenta e pela qual todos os agentes devem convergir. Até porque as viagens de Turismo de Natureza tendem a crescer e, para tal, contribuirão factores como: maior consciência ambiental, preferência por áreas envolventes não massificadas como destino turístico e férias activas e experiências únicas e de elevado contributo de autenticidade. Eis o futuro do Turismo!”

3.3.3 O Turismo e Ambiente, Parcerias que resultam?

A ligação do Turismo ao Território remonta à génese do próprio Turismo e evoluiu para a ligação ao Ambiente. Esta ligação, nem sempre pacífica, pode ser a chave de sucesso para o Turismo e uma oportunidade de salvaguarda para o Ambiente. Para que tal se concretize existe um conjunto de condicionantes que têm que ser compreendidas pelos diversos agentes de modo a que a mais valia seja mútua.

Apresenta-se neste ponto as reflexões de agentes ligados ao Ambiente com conhecimento e vivência concreta da realidade de Valongo.

O “Turismo na Natureza” é entendido por Nuno Oliveira como um conceito envolvente que inclui diversos segmentos, “que por qualquer motivo utilizem os recursos da natureza, desde a praia, o TT, a escalada ou a caminhada”, assim é imperativo destrinçar a diferença de Turismo “de” Natureza e Turismo “na” Natureza, sendo o primeiro o que “realmente tem preocupações com o respeito pela Natureza”. Quanto ao “Ecoturismo”

tem uma componente de certificação e que teoricamente “visa o desenvolvimento das populações locais”.

O “Turismo sustentável”, segundo Nuno Oliveira “até agora não têm sido sustentável, o próprio turismo perdeu valor, quer a nível mundial como na América Central com inúmeros exemplos de insustentabilidade como em Portugal, em que o passado histórico do turismo tem sido mau para a natureza”. A visão do turismo “não é de longo prazo, ignorando que a paisagem e os restantes elementos funcionam em articulação, determinando a procura” é necessário “desenvolver sem estragar os recursos”. A “sustentabilidade” “tem que estar presente em tudo o que tenha futuro.

As Acções de conservação da Natureza, devem apresentar “um nível equilibrado, existindo situações em que a intervenção de conservação se justifica de per si, sendo no entanto a utilização da Natureza e dos seus recursos o grande objectivo”, pois “o homem relaciona-se com a natureza e tem que explorar a natureza”. Há que ter uma “visão do conjunto”, sendo na opinião de Nuno Oliveira essencial evitar os “fundamentalismos” da preservação de tudo a todo custo.

O Município apresenta-se como o “Governo do território”, sendo a gestão e a administração do território uma das suas competências. Destaca-se o domínio ambiental, onde o PDM afigura-se como um instrumento de política ambiental, sendo “actualmente mais ambicioso em objectivos ambientais do que os iniciais, que apenas davam cumprimento à lei”.

Ao nível do papel dos municípios na promoção e valorização turística verifica-se que “há uma maior eficiência na promoção local e regional, quer com investimentos nas infra-estruturas quer na manutenção das condições de recepção”. Na promoção internacional é *“mais difícil um município ter um papel determinante, dado estar dependente de grandes operadores”*. Verifica-se uma procura cada vez maior de actividades de lazer de proximidade, “resultado da crise económica, mas também por uma melhoria desses mesmos espaços de proximidade que contribuem para uma melhoria da qualidade de vida”.

Reflectindo sobre o caso de estudo de Valongo, Nuno Oliveira considera, “que Valongo apresenta um potencial turístico muito elevado”, situação já identificada desde meados do século passado, apresentando-se em vários estudos de planeamento como um território cuja vocação natural seria “ser o grande parque de lazer do Grande Porto dado os elementos patrimoniais e ambientais que concentra,... não se desenvolveu por incúria dos diversos agentes envolvidos”. Para Nuno Oliveira, Valongo é um “típico exemplo de território expectante”, sendo alvo de vários projectos que não avançam, contundo “quando todas as ideias mirabolantes forem eliminadas acabará por implementar-se algo ligado à sua vocação natural”. Uma solução eficiente terá que ter uma “boa gestão” em complemento com a “cultura da natureza, situação com pouco expressividade em Portugal”. Segundo Nuno Oliveira é possível e desejável soluções que “criem emprego e riqueza através da uma exploração saudável da Natureza”, sendo o Turismo uma dessas possibilidades, encontrando múltiplas formas, incluindo o “Turismo científico” nicho de mercado que requer um elevado “índice de atractividade do território” nomeadamente no âmbito internacional, sendo contudo possível encontrar segmentos, designadamente “fotógrafos da natureza” com procura.

Nuno Quental, ex-presidente da Associação Ambientalista Campo Aberto, considera que o papel dos municípios, no âmbito das competências de planeamento, no desenvolvimento de uma estratégia de turismo de natureza é relevante, dado que “os municípios podem ajudar em diversas frentes: podem referenciar, dar a conhecer, ou mesmo criar (no caso dos percursos), os diversos pontos de interesse (florestas, rios, vistas, biodiversidade, percursos, etc.) e alojamento (em particular casas de turismo rural”. A envolvência da comunidade local é destacada por Nuno Quental, salientando que “eventualmente também famílias, que estejam receptivas a receber pessoas, podem funcionar como agente dinamizador dos alojamentos turísticos”.

O papel dos Municípios ao nível da “conciliação de interesses e diálogo entre os operadores turísticos” é visto como elementar para a criação de condições para a sua existência “facilitando, agilizando a instalação de novos projectos”. Para além da coordenação de agentes é de realçar o papel ao nível de relacionamento institucional “creio que têm um papel importante na coordenação com as demais instituições do Estado, como por exemplo as regiões de turismo”.

Face à possibilidade de conciliação dos princípios da "conservação da natureza" com a rentabilização do investimento público, Nuno Quental observa que é uma temática que apenas se avalia “caso a caso” sendo no entanto possível encontrar equilíbrios nomeadamente, “quando os ecossistemas não são demasiado sensíveis”. Existem contudo operações que face à sensibilidade dos locais “a conservação exige um impacto mínimo por parte do Homem. Na maior parte dos casos será possível encontrar capacidades de carga que não devem ser excedidas. Em relação à componente negócio certamente que é errada a ideia de que promover o turismo da natureza passa por grandes investimentos públicos, As entidades públicas devem criar as condições para que os negócios apareçam”.

Para Nuno Quental o Turismo de Natureza em Portugal tem como limitação a falta de procura interna “Acredito que num país como Portugal seja difícil encontrar viabilidade económica para turismo de natureza em larga escala”, sendo necessário uma campanha de promoção e divulgação internacional mas com publicidade no estrangeiro e em Portugal creio que se deve conseguir algo razoável com tendência para crescer”. Como bom pronuncio do sucesso possível são apontados vários exemplos locais de Turismo de Natureza com qualidade e com elevada procura.

Ao analisar o potencial de Valongo em termos de Turismo de Natureza, Nuno Quental salienta que é necessário “que se trate de facto de Turismo de Natureza, o que no caso ocorre num espaço rural ou florestal próximo de uma área urbana”.

Esta conciliação entre Turismo de Natureza e espaço urbano “faz todo o sentido, embora tenhamos que ver do que se trata. Certas actividades como caminhadas, percursos de bicicleta, canoagem, andar a cavalo, eventualmente desportos radicais, cursos - penso que sim. Se o objectivo for o de oferecer alojamento rural, isso pode ser mais complicado ou mesmo impossível”.

Victor Gandra, presidente do Alto Relevo e Paulo Cunha, responsável pelo Núcleo de Espeleologia, dão a conhecer o Clube de Montanhismo Alto Relevo “associação sem fins lucrativos fundada a 23 de Junho de 1998. Teve origem em Valongo através de um grupo de amigos que partilhavam do prazer de desfrutar a natureza quer a nível ambiental quer a nível desportivo. Hoje com mais de 250 associados que praticam

actividades ao ar livre tais como a Espeleologia, a Escalada, o BTT, a Marcha de Montanha, o Montanhismo e o Canyoning”.

Realizam trabalhos de defesa do património ambiental como a observação e conservação da fauna e flora existente no concelho, “património este raro e de elevado interesse ambiental”.

Para o Alto-Relevo, a CM Valongo tem um “papel importante ao nível do diálogo, apoio e protocolos de cooperação na parte desportiva bem como de promoção do património ambiental”.

As potencialidades do Concelho, “são evidentes com inúmeras possibilidades de desenvolvimento na área de actividades de lazer na Natureza, designadamente escalada, apresentando as melhores paredes de escalada natural na região do Porto, para diversos níveis de dificuldade”.

Para além da escalada, são identificadas várias modalidades que encontram em Valongo um território com condições ideais como: marcha, cicloturismo, btt, moto 4, sendo que esta última, carece de uma “melhor e eficaz regulamentação e fiscalização de modo a não se tornarem incompatíveis para as restantes actividades”. Esta situação será na visão do Alto-Relevo “melhorada com a classificação das serras com área classificada”.

Em Valongo, “não faltam sítios encantadores neste vale” sendo preciso melhorar ao nível da informação disponibilizada bem como a limpeza do rio Ferreira tornando-a com condições de utilização para banhos. A proximidade do Porto é apontado com um elemento dissuasor de procura para actividades de Turismo de Natureza no ponto de vista do Alto-Relevo, dado a imagem marcadamente urbana do Concelho.

A convivência de Associações com empresas no mesmo ramo, nem sempre é cooperante sendo necessário uma “devida regulamentação de todos os agentes, de modo a ambos terem benefícios, sendo desejável uma melhoria ao nível da oferta de alojamento que passa por agentes privados.

Quanto ao PENT, e às entidades Regionais de Turismo o Alto-Relevo não sente “no terreno nenhum resultado da definição de Turismo Natureza como produto estratégico, nem do ponto de vista Nacional nem Regional, desenvolvendo a sua actividade sem qualquer relacionamento de cooperação ou financiamento com as entidades públicas.

Em termos de acções de melhoria são apontadas a segurança e a acessibilidade dos fojos, a adesão do público local que pode “beneficiar de uma melhoria de qualidade de vida com a prática de actividades de desporto e lazer na Natureza”. ”

Para Serafim Silva, Presidente da Onda Verde, Associação Juvenil Ambientalista, Valongo surge no contexto da AMP como um “bom exemplo de parceria entre a Câmara Municipal e as associações locais, potenciando o desenvolvimento de actividades por entidades capacitadas, empenhadas e com gosto pelo desenvolvimento das actividades”. Desta forma o Município “não tem que fazer o trabalho, mas sim criar condições para que o mesmo seja feito”.

Um outro exemplo de parceria com sucesso no domínio ambiental e turístico é “ O Parque Paleozóico, parceria entre o Município e a Universidade do Porto, através da Faculdade de Ciências dinamizando o património ambiental, cultural quer do ponto de vista científico como económico “ No entendimento de Serafim Silva este modelo de actuação “apresenta mais benefícios do que a aposta em empresas municipais com esse propósito”.

Quanto a empresas privadas com actuação no sector de Turismo de Natureza, Serafim Silva destaca que o “*boom*” já passou, sendo natural um equilíbrio entre a oferta e a procura. Com “uma retracção do mercado, verificou-se o encerramento de muitas empresas de animação turística”. No entanto as empresas que prestam serviço em articulação com os Parques Naturais “designadamente na área de alojamento têm uma certa dinâmica”. O mesmo se passa com o mercado de Parque Aventura, embora com uma componente natureza o público procura “mais adrenalina, sendo o factor natureza um pouco esquecido”.

A base do sucesso de uma estratégia de Turismo de Natureza passa por “cativar e dar a conhecer o património junto da população local, de modo a permitir captar agentes

defensores da preservação do mesmo”, de acordo com Serafim Silva “quem não conhece, não se revê nem entende a necessidade de preservação”. No caso de Valongo esse público potencial é extensível por toda a Área Metropolitana do Porto criando um “mercado com potencialidade económica e massa critica”. Para uma captação de mercado é fundamental reunir um conjunto de factores críticos como “acessibilidades; facilidades de estacionamento, alojamento e todo o cuidado com a envolvente do espaço”.

A conciliação de eventos desportivos com a prática d Turismo de Natureza, é possível, mas com um” cuidado especial pela escolha do local e as condições, de modo a evitar pressão.

Apesar do PENT identificar o Turismo de Natureza como um produto estratégico ainda “não se vê um incremento da actividade no terreno, muito por falta de uma actuação integrada das entidades, que privilegie as parcerias entre territórios”. O próprio ICNB, “possivelmente com um papel importante no seu desenvolvimento vê-se limitado por falta de verbas e por uma burocratização enorme. Em muitos caso “a melhor forma de preservar um território é não o classificar” dado que a “classificação limita muito a utilização e cria burocracia para os próprio proprietários desenvolverem acções de melhoria com fins comerciais ou turísticos”.

Existindo situações justificáveis de ”reserva integral”, para salvaguarda de ecossistemas muito específicos, na maioria o território deve ser visitado e utilizado pelo público.

Os apoios do Estado “são muito limitados e direccionados para áreas específicas, designadamente alojamento em espaço rural, não existindo nenhum tipo de apoio para o associativismo na área de animação turística, cabendo o papel principal à iniciativa privada, exemplo “paradigmático ocorreu em Arouca em que por iniciativa de um privado, o Município acabou por seguir o exemplo de preservação, o que levou à classificação do Geoparque.

Verifica-se um entendimento generalizado no sentido de um potencial de utilização dos elementos naturais para lazer e prática desportiva, numa base racional. *O homem relaciona-se com a natureza e tem que explorar a natureza.*

Ao nível dos Municípios destaca-se *papel importante ao nível do diálogo, apoio e protocolos de cooperação na parte desportiva bem como de promoção do património ambiental* bem como das entidades públicas que devem *criar as condições para os negócios apareçam.*”



4 Conclusões

Após este desafiante e enriquecedor percurso em torno do Turismo, do Turismo de Natureza, dos Programas de Financiamento Comunitário e do Papel dos Municípios, importa fazer uma reflexão bipartida. Assim em paralelo com as considerações técnicas e teóricas apresentadas é fundamental analisar a experiência, as vivências e as competências que o trabalho proporcionou ao nível pessoal, profissional e académico.

O desenvolvimento do estudo, integrado em contexto de trabalho, permitiu uma transição entre o conhecimento teórico académico e a implementação prática. Esta experiência contribuiu para a alavancagem de um conjunto alargado de competências pessoais como: a gestão de tempo; o espírito crítico; a capacidade de negociação; o trabalho em equipa; a visão estratégica; a criatividade; a inovação; a pró-actividade entre outros. Os momentos de empenho, dedicação, *stress*, persistência e resiliência foram largamente recompensados pelo conhecimento, troca de ideias, partilha de visões e contributo para a eficiência colectiva e melhoria contínua de procedimentos.

Apesar do contributo final não passar pela implementação ou desenvolvimento de um projecto específico, apresenta-se como um trabalho de base válido para o desenvolvimento de uma estratégia que requer certamente o contributo de profissionais de várias ciências que alicercem o seu desempenho nos princípios aqui seguidos.

Neste estudo retrata-se uma abordagem ao Turismo de Natureza, conjugando as perspectivas económicas, jurídica e ambiental com foco no planeamento e no desenvolvimento. Face à multiplicidade de perspectivas envolvidas, a formação em Geografia destacou-se como uma mais-valia na articulação de matérias envolvidas, conseguindo dar uma perspectiva global à temática em estudo. De salientar que a formação de base em Economia motivou a abordagem mais específica dos Programas de Financiamento, fulcrais nos momentos de restrições orçamentais que se verificam actualmente.

Dado o carácter estratégico e transversal que o Turismo assume no desenvolvimento territorial, verifica-se que a planificação de acções neste domínio implica uma articulação de diversos Departamentos Municipais, o que permitiu e obrigou a um contacto com diversos domínios de actuação Municipal nomeadamente durante o processo de elaboração da Bolsa de Projectos Turísticos e Ambientais. Esta visão permitiu identificar as dificuldades, as limitações bem como as potencialidades de operacionalização de projectos transdisciplinares e multidisciplinares em contexto organizacional.

Numa lógica de abordagem global e de envolvimento de todos os *stakeholders*, identificou-se um painel de agentes que por diversas razões, políticas, profissionais, pessoais, entre outras, tinham à partida uma visão específica sobre a temática. Assim esta metodologia permitiu recolher diversas visões que permitiram entender, identificar e clarificar vários aspectos do Turismo de Natureza em geral e do contexto territorial de Valongo em particular. Paralelamente foi uma experiência enriquecedora do ponto de vista do relacionamento interpessoal, permitindo trocar considerações com agentes que de outro modo não seria possível.

Como considerações finais, e reflectindo a questão de partida “ Qual é o papel dos Municípios no Planeamento, Implementação e Desenvolvimento de uma Estratégia de Promoção Turística?”, e as hipóteses formuladas: “Poderá um município agir como agente de turismo ao nível da oferta?”; “O investimento na valorização do território e qualidade de vida dos cidadãos reflecte-se na actividade turística?”, “Será possível potenciar a actividade turística com recurso aos programas de financiamento comunitário?”, com base nas visões apresentadas e nos elementos recolhidos, entende-se que o Turismo é uma actividade transversal que denota uma forte incidência territorial, que envolve um conjunto alargado de agentes com interesses directos e indirectos no seu desenvolvimento que ultrapassam o sector do Turismo.

Assim o Município surge, à escala local, como o elemento de articulação entre todas as formas de envolvimento, designadamente na persecução das suas competências de ordenamento territorial e de desenvolvimento sustentável, abrangendo a

sustentabilidade económica, social e ambiental de modo a contribuir para a valorização e competitividade do seu território bem como para a qualidade de vida da população.

Deste modo as visões apresentadas indicam na generalidade que compete ao Município ser um “agente facilitador” de processo, designadamente actuando ao nível da valorização do território e de todos os elementos que favoreçam, potenciem e contribuam para uma maior atractividade do seu território, sendo nesse caso o Turismo uma consequência natural dessa valorização. Identificar os factores diferenciadores do território e desenvolver uma visão sistémica que permita a valorização em articulação com as actividades turísticas apresenta-se como um elemento fundamental para criar condições para o desenvolvimento de uma actividade turística e de qualidade. A parte de exploração de negócio deve ficar sob gestão da iniciativa privada e idealmente de actividades que necessitem da valorização dos recursos existentes para a sua sobrevivência e sucesso.

A valorização do território é entendida como ponto-chave para o sucesso de desenvolvimento da actividade turística em geral e da actividade de Turismo de Natureza em particular, face à “cumplicidade” que apresenta com os elementos da Natureza. Desse modo, a potencialidade de recursos e de instrumentos de financiamento do QREN são diversificados. Como referido, existem muitas acções e projectos financiáveis em áreas distintas do Turismo que favorecem e contribuem para o seu sucesso. Do mesmo modo os apoios específicos do Turismo apresentam-se muito direccionados para o apoio a investimentos privados, o que implica uma lógica de investimento partilhado público-privado de modo a maximizar o seu potencial.

Dentro dos Programas de Financiamento, identifica-se a preocupação de articulação entre os diferentes instrumentos no sentido de alcançar a eficácia e a eficiência dos mesmos através da concentração de investimentos que contribuam para os objectivos estratégicos definidos. Assim a coordenação requer a participação e empenho de todas as entidades.

No caso específico do Turismo de Natureza, o PRODER apresenta-se como o Programa com maior aplicabilidade e disponibilidade de meios de financiamento quer para projectos públicos como para privados.

Fazendo uma análise prospectiva para o próximo período de programação comunitária, e tendo em conta os documentos estratégicos apresentados a nível Europeu, Nacional e Regional, verifica-se que o Turismo será um dos focos de desenvolvimento privilegiado. Dentro do Turismo, o Turismo de Natureza apresenta factores de valorização, como a ligação ao ambiente, à preservação da Natureza e ao desenvolvimento sustentável do sector de Turismo.

Da análise do caso de estudo, verifica-se que Valongo apresenta um conjunto de factores endógenos que o colocam numa posição de destaque para o desenvolvimento de Turismo de Natureza. De sublinhar as condições biofísicas e paisagísticas naturais, bem como elementos históricos, culturais, que articuladas com a proximidade ao Porto o podem tornar como um destino de Turismo de Natureza em contexto urbano, com as potencialidade que advêm em termos de qualidade ambiental e de qualidade de vida metropolitana. Destaca-se a Aldeia de Couce, que pelas suas características de núcleo rural “encravado” nas serras durante décadas, tem um potencial de desenvolvimento turístico com valências nos planos de integração social e do ecoturismo.

Estes elementos, já são apresentados com potencial turístico desde meados do século XX, sendo no entanto reduzidas as intervenções nesse sentido. Verifica-se, assim, que a operacionalização de uma estratégia concertada, requer a conjugação de vários elementos como uma vontade política local e regional, uma articulação de interesses de diversas entidades e fundamentalmente um modelo de negócio e projecto de financiamento que não dependa dos recursos públicos para a sua manutenção.

Assim conclui-se que o território de Valongo tem os factores endógenos necessários para o desenvolvimento de uma oferta de Turismo de Natureza. Acresce que o Município tem mostrado trabalho de base ao nível da valorização do território e da sensibilização de público para a prática de actividades de lazer na Natureza, não tendo neste momento vocação, capacidade técnica nem financeira para sozinho desenvolver essa oferta. Identifica-se a falta de valências de oferta de serviços designadamente alojamento e actividades de animação turística. Nesse sentido apostou na classificação das serras de Valongo como paisagem protegida de âmbito local, o que lhe permitiu traçar linhas orientadoras e reguladoras das práticas a desenvolver nesse território. De

destacar a abertura ao dialogo e colaboração do Município na análise de propostas de projectos apresentados por entidades privadas, tentando agilizar processos e encontrar soluções com as entidades Regionais e Nacionais.

Denota-se que para um integral aproveitamento das oportunidades criadas pelos Programas Comunitários, os Municípios necessitam de um trabalho prévio de definição de estratégia, planos de acção e objectivos, quer a nível Municipal como supramunicipal, não sendo possível apresentar candidaturas sem um sólido trabalho de análise e prospectiva territorial.

Bibliografia

ARAGÃO, Alexandra. (2010) A sustentabilidade ambiental do Turismo p. 68-118 in Empreendimentos Turísticos p. 37-67, Temas CEDOUA, Coimbra, Almedina.

ÁVILA, António Lopez. Os novos desafios do Turismo, O Turismo em 2010, Ano IV, 2010, pp 54-56

AZEVEDO, MAGALHÃES e PEREIRA (2010) City Marketing, My Place in XXI, Gestão Estratégica e Marketing de Cidades, Porto, Vida Económica.

Barreto, Margarita (2000) Manual Iniciação ao Turismo, Papyrus Editora, 17ª Edição.

Comissão Europeia (2010) Europa, primeiro destino turístico do mundo, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões COM 2010, n.º 352 (Final) 30.06.2010.

COSTA, António Jorge (2009) Ambiente Educação e Futuro - O Turismo em 2009, Ano III, 4p.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1998). Turismo Sustentabilidade e Cultura, in Estudos Autárquicos, Ano 6, N. 10/11, p. 59-72.

DASÍ, J.; GONZALEZ, J. (2004). Ordenación del Territorio y Desarrollo Territorial - El gobierno del território en Europa: tradiciones, contextos, culturas y nuevas visiones, Ediciones Trea, S.L. Gijón (Astúrias), Espanha.

FAZENDA, Nuno (2011) Estratégias regionais de turismo, O Turismo em 2011, Ano V, 2011, pp 54-56.

Guia de Turismo de Natureza (2010) Turismo do Porto e Norte de Portugal.

LOPES, Hernâni Rodrigues (2010) O Papel das Cidades no Desenvolvimento de Portugal – Portugal Desafios nos Alvores do Século XXI, Edição Sol.

MARTINS, N., FIGUEIREDO, C., AZEVEDO, F., RIBEIRO, F., PROENÇA, M. e ABREU, M. J. (2007) Cidades inteligentes, Orientação de Política de Revitalização Urbana para a Competitividade e Sustentabilidade das Cidades, INTERREG III, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.

MORAIS, Sara Blanc (2010) Utilidade turística e interesse para o Turismo-dos respectivos regimes jurídicos” p.37-68 in Empreendimentos Turísticos p. 37-67, Temas CEDOUA, Coimbra, Almedina.

NORTE 2015 Competitividade e Desenvolvimento - Uma Visão Estratégica, CCDRN Fevereiro 2006.

NORTE 2020 Programa Regional de Reformas, documento em discussão pública Março 2011.

OLIVEIRA, Fernanda Paula (2009) Portugal: Território e Ordenamento, Coimbra, Almedina.

OLIVEIRA, Fernanda Paula (2010) Empreendimentos Turísticos e Planeamento Urbanístico: A “Turisficação do Território” ou a “Territorialização Turística” in Empreendimentos Turísticos p. 37-67 Temas CEDOUA, Coimbra, Almedina.

OLIVEIRA, Nuno Gomes (2008) Áreas de importância natural da região do Porto, memória para o futuro, Parque Biológico de Gaia, EEM.

OLIVEIRA, Nuno Gomes (2009) Ecoturismo e Conservação da Natureza, Parque Biológico de Gaia, EEM.

Plano Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal, CCDD-N Abril 2008.

POLVERABI, Laura e BACHTLER, Jonh (2004) La dimensión territorial de la cohesión económica y social. Políticas regionales y planificación territorial en Europa, in DASÍ, Joaquín Farinós& GONZÁLEZ, Juan Romero (2004) Ordenación del Territorio y Desarrollo Territorial - El gobierno del territorio en Europa: tradiciones,

contextos, culturas y nuevas visiones, Ediciones Trea, S.L. Gijón (Astúrias), Espanha. P. 75-108

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, LucVan (1995) Manual de Investigação em Ciências Sociais, tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho, 5.^a edição, 2008, Gradiva.

REIS, Felipa Lopes dos (2010) Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado Segundo Bolonha, PACTOR Lisboa.

RIFAI, Taleb (2010) O Turismo como alavanca económica, O Turismo em 2010, Ano IV, pp 34-35.

Rui Cardoso (coordenação). (2007) *Turismo Científico em Portugal. Um Roteiro*, Assírio e Alvim.

RUSCSHMANN, Dorisvan de Meene (2008) Turismo e Planejamento Sustentável, a protecção do meio ambiente, Campinas, SP Papirus, 14.^a edição.

TRINDADE, Bernardo (2011) Turismo: oportunidades e desafios para 2011, O Turismo em 2011, Ano V, 2011, pp 8-9.

Turismo de Natureza, 10 Produtos Estratégicos Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal, Estudo realizado por THR (Acesso a Turismo Hotelaria y Recreación, SA) Turismo de Portugal, IP 2006.

UMBELINO, Jorge (2010) Que estratégia para o Turismo em Portugal, p.7-28 in Empreendimentos Turísticos p. 37-67, Temas CEDOUA. Coimbra, Almedina.

VARELA, Jesus (2009) Uma nova Geração de turistas, O Turismo em 2008, Ano II, p.94.

VERHEUGEN, Gunter. Uma oportunidade para a União Europeia, O Turismo em 2008, Ano II, 2008, p. 80.

Legislação

Constituição da República Portuguesa

Decisão 1600/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Julho de 2002

Decisão COM. (2007) 6159, em 4 de Dezembro

Decreto n.º 21/93, de 21 de Junho

Decreto n.º 4/2005 Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000

Decreto regulamentar n.º 11/2009 de 29 de Maio

Decreto Regulamentar n.º 11/2209 de 20 de Maio

Decreto-Lei 142/2008 de 24 Julho

Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro

Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto

Decreto-Lei n.º 287/2007, de 18 de Agosto

Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro

Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 Setembro com as sucessivas alterações.

Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 Março

Decreto-Lei n.º 47/99 de 16 Fevereiro

Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro

Lei nº1/79 de 2 de Janeiro

Decreto-Lei n.º 287/91 de 9 de Agosto

Decreto-Lei n.º 327/82 de 16 de Agosto

Decreto-Lei n.º 41035 (1957)

Decreto-Lei n.º67/2008, de 10 de Abril

Decreto-lei n.º.124/73 de 24 de Março

Despacho Normativo n.º 20/2007 de 14 de Maio

Directiva 79/409/ CEE

Directiva 92/43/CEE

Lei 159/99 de 14 de Setembro

Lei n.º 11/87 de 7 de Abril

Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro

Lei n.º 2/2007 e 15 de Janeiro

Lei n.º 48/98 de 8 Agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007 de 31 Agosto.

Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro rectificado pelas declarações de Rectificação N.º 80-A/2007 de 7 de Setembro e 103-A/2007 de 2 de Novembro

Lei n.º 5-A/2002 de 15 de Janeiro

Resolução de Conselho de Ministros n.º 152/2001

Resolução de Conselho de Ministros n.º. 139/2003

Resolução Conselho de Ministros n.º. 53/2007 de 4 de Abril

Resolução Conselho de Ministros n.º. 39/2006, de 21 de Abril.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/98 de 25 Agosto.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 39/2002 de 1 de Março

Resolução do Conselho de Ministros n.º86/2007 de 3 de Julho

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2006, de 23 de Março

Resolução do Parlamento Europeu de 20 de Maio de 2010

Sítios consultados na Web

<http://adritem.sitedv.com/>

<http://altorelevo.org/>

http://europa.eu/index_pt.htm

<http://norteamrede.inescporto.pt/>

<http://ondaverde.web.simplesnet.pt/>

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vEN2007/?res=1093x614>

<http://www.aldeiasdoxisto.pt/index/5>

<http://www.amp.pt/>

<http://www.ccdr-n.pt/>

<http://www.centenariodoturismo.org/>

<http://www.cmvalongo.net/>

<http://www.min-economia.pt/>

<http://www.portoenorte.pt/client/skins/area.asp?page=7>

<http://www.portoenorte.pt/client/skins/home.asp>

<http://www.portugalglobal.pt>

<http://www.proder.pt/homepage.aspx>

<http://www.qren.pt/>

<http://www.roteirodeminas.pt/>

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%c3%aas/Pages/Homepage.aspx>

<http://www.valongoambiental.com/>

<http://www.enterpriseeuropenetwork.pt/>

Anexos

Anexo I: Cronologia da Classificação das Serras de Valongo

Cronologia da Classificação das Serras de Valongo	
1975	Proposta de criação do Parque Metropolitano do Porto, integrado no estudo Plano da Região do Porto, da Direcção Geral dos Serviços de urbanização
1978	Deliberação da Assembleia Municipal de Valongo sobre a constituição de um Parque Natural da Serra da St Justa- Serra da Boneca, com 12000 ha.
1980	Iniciativa da Câmara Municipal de Gondomar para a criação do Parque Natural do Baixo Sousa
1981	Pedido ao núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem, por parte da Câmara Municipal de Valongo de estudo de protecção para a Serra de St Justa e Pias, para suporte da criação da Reserva Natural das Serras de St Justa, Pias e Castiçal
1984	Decreto Regulamentar n.º 55/84 de 8 Agosto que define medidas preventivas, aplicadas às Serras de St Justa ao nível de acções de derrube de árvores, destruição do coberto vegetal, construção e recuperação de edifícios e alteração da configuração de terreno
1986	Decreto Regulamentar n.º 74/86 de 29 de Dezembro que reitera por um ano as medidas preventivas estabelecidas no Decreto Regulamentar n.º 55/84
1986	Resposta da Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais ao projecto de 1981 de Classificação das Serras de St Justa Pias e Castiçal como Reserva Natural

1988	Proposta de Lei do Grupo Parlamentar Os Verdes, para a classificação desta área baseada nos valores faunísticos e florísticos, com parecer desfavorável
1989	Projecto de Lei n.º 387/V do grupo parlamentar do Partido Socialista para classificação da área como Paisagem Protegida das Serras de St. Justa Pias e Castiçal. CCDR-N mostrou-se reticente ao projecto
1993	Câmara Municipal de Valongo promoveu a discussão pública do Plano de urbanização, rearborização e salvaguarda do Monte Alto e St. Justa
1994	Início dos projectos de conservação promovidos pela Câmara Municipal de Valongo e pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
1994	Protocolo entre a Câmara Municipal de Valongo e o Instituto Florestal para a concretização do projecto alvo de discussão pública no ano anterior
1996	Projecto de Lei do Partido Comunista Português para a classificação destas serras como Parque Natural
1997	Resolução de Conselho de Ministros N.º 142/97 de 28 de Agosto com a lista de sítios a propor à Comissão Europeia para integrarem a Lista de Sítios de Importância Comunitária, da qual faziam parte as serras de St. Justa, Pias e Castiçal com o código PTCON0024 Valongo
2000	Projecto de Lei do Partido Comunista Português para a criação da Área Protegida das Serras de St. Justa, Pias, Castiçal Flores e Banjas situadas nos Concelhos de Valongo, Gondomar, Paredes e Penafiel
2000	Autarquia inicia diligências técnicas com vista à classificação das serras de St. Justa e Pias com área protegida, solicitando ao ICN

	colaboração na definição da melhor figura jurídica para esse efeito.
2002	Reunião com o ICN para aferição da posição do instituto sobre a matéria ficando em aberto duas modalidades possíveis: Monumento Natural, com gestão da administração central ou Paisagem Protegida, gestão Municipal.
2003	Apresentada proposta de classificação ao ICN das serras de St Justa e Pias como Área Protegida com fundamentação técnica e científica decorrente da parceria com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
2003	Resolução de Conselho de Ministros de 31 de Julho que reconhece o mérito da iniciativa de conferir o estatuto de protecção às serras de St Justa, Pias, Castiçal Boneca e Banjas e incumbe o ICN de prestar apoio aos Municípios envolvidos e encarregue a CCDR-N de coordenar as acções necessárias para a melhoria das condições ambientais das zonas em causa
2004	Publicado no JOCE a decisão da Comissão sobre a Constituição da Lista de Sítios de Importância Comunitária em que Valongo estava incluído na Rede Natura 2000
2005	Reunião entre os responsáveis políticos de Valongo, Gondomar e Paredes para definir a colaboração respeitante à proposta de classificação do Sítio VALONGO
2005	Apresentação de novo projecto de Lei para classificação das Área Protegida Serras St Justa Pias, Castiçal Flores e Banjas
2006	ICN informa que a classificação como paisagem protegida requerer a participação de todos os Municípios integrados no Sítio PTCON0024
2006	Projecto Futuro Sustentável, Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto

2006	Estabelecido acordo de princípio entre Gondomar, paredes e Valongo para elaboração conjunta de proposta para classificação da área abrangente correspondente ao Sítio Rede NATURA 2000
2006	Face ao impasse do acordo, a Câmara Municipal de Valongo, decidiu avançar isoladamente com o processo de classificação das serras
2007	Envolvência da AMP no processo de classificação juntamente com Gondomar
2007	Tentativa de acordo tripartido promovido pela JMP entre Valongo Gondomar e Paredes para contrato com ICNB
2007	Reunião de Trabalho na CCDR-N sobre classificação da área protegida em que a JMP se comprometeu a apresentar ao ICNB a candidatura supracitada reportando ao estudo da Rede Metropolitana de Parques.
2008	<p>Decreto-Lei 142/2008 de 24 Julho que estabelece o regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.</p> <p>Este novo Decreto-Lei atribui competências aos municípios de criarem Áreas Protegidas de Âmbito Local e/ou Regional.</p>
2009	A autarquia avança com a classificação das serras de St. Justa e Pias como Área de Paisagem Protegida Local, sem prejuízo do alargamento posterior da mesma a territórios dos municípios vizinhos, potenciando carácter regional da Área.

Anexo II: Competências da Câmara Municipal em Planeamento e Desenvolvimento

Competências da Câmara Municipal em Planeamento e Desenvolvimento
Elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os planos necessários à realização das atribuições municipais
Participar com outras entidades, no planeamento que se relacione com as atribuições e competências municipais
Elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta de orçamento e respectivas revisões.
Executar as opções do plano e o orçamento aprovados
Elaborar e aprovar o relatório de actividades e os documentos de prestação de contas
Criar, construir e gerir instalações. Equipamentos, serviços integrados no património municipal
Participar em órgãos de estado de entidades da administração central
Colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal
Designar os representantes do município nos conselhos locais
Criar ou participar em associações de desenvolvimento regional e de desenvolvimento do meio rural
Promover e apoiar o desenvolvimento de actividades artesanais, de manifestação etnográficas e realização de eventos relacionados com a actividade económica de interesse municipal

Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal.

Anexo III: Acções previstas no âmbito da estratégia “Europa, primeiro destino turístico do mundo”

Acções previstas
Desenvolver uma estratégia coerente para a promoção diversificada da oferta turística.
Criação de um “rótulo do património europeu” em articulação com as Jornadas do Património e o Prémio da União Europeia para o património cultural
Incentivar a integração nas estratégias turísticas do património “natural”
Lançamento da plataforma “ TIC e Turismo”
Inclusão do sector turismo na directiva de comércio electrónico
Desenvolver “ Erasmus para Jovens empresários” e “ E-skills para a inovação”
Facilitar o intercâmbio turístico de certos grupos: jovens, voluntários, idosos, famílias de baixo rendimento
Desenvolver programas de férias escolares
Monitorização do mercado através do “Painel de Avaliação dos Mercados de Consumo”
Projecto-piloto de colocação em rede as universidades, centros de investigação, observatórios públicos e privados, autoridades nacionais e locais de turismo
Criação do “ Observatório Virtual de Turismo”
Desenvolver sistema de indicadores de avaliação de sistema de sustentabilidade dos destinos
Organizar campanhas de sensibilização relativas aos destinos, aos meios de transporte e á exploração de mulheres e crianças

Desenvolver uma marca “ Turismo de Qualidade”
Alertar os riscos associados às alterações climáticas
Propor uma carta de turismo sustentável e responsável
Propor uma estratégia para um turismo costeiro e marítimo sustentável
Desenvolver cooperação EU com os países emergentes para a promoção de modelos de desenvolvimento turístico sustentáveis
Promover o portal “ visiteurope.com”
Reforçar participação da EU nas instâncias internacionais (OMT, OCDE, e Euromed)
Promover acções de promoção de grandes eventos
Promover a marca “Europa”

Fonte: Adaptado Europa, primeiro destino turístico do mundo” COM (2010)

Anexo IV: Elementos Turísticos de Valongo

Elementos Turísticos de Valongo, freguesia Alfena
<p>Calvário da Costa</p> <p>Conjunto religioso de devoção popular, constituído por 6 cruzes, datado de 1776. Existe mais uma cruz na Rua Central da Costa com semelhanças estilísticas às do conjunto e que poderia indicar o caminho para o Calvário. Intervencionado em 1979.</p>
<p>Calvário de Cabeda</p> <p>Conjunto religioso de devoção popular, constituído por 7 cruzes. Intervencionado em 2005. Existe mais uma cruz na Rua da Aldeia Nova, nas proximidades deste Calvário, que poderia ser indicativa da sua proximidade, datada de 1733.</p>
<p>Capela de N.ª Sr.ª da Conceição</p> <p>Mandada edificar em 1733 pelo capitão Vicente Ferreira Alfena e sua esposa Luzia Antónia do Sacramento, devido à distância a que se encontrava da matriz e por causa das cheias que impediam o acesso dos habitantes de 25 fogos à igreja.</p>
<p>Capela de N.ª Sr.ª do Amparo (antiga)</p> <p>Mandada edificar em 1697 pelo capitão Gaspar Pinheiro de Carvalho. Sofreu ampliações em 1734, por ser pequena para a população que aí acorria e ganhou uma traça de características barrocas. Nos anos 60 e 70 do séc. XX sofreu grandes melhoramentos através de dádivas de particulares (douramento dos altares, empedramento do arraial, obras gerais e relógio eléctrico). Hoje serve de capela mortuária.</p>
<p>Capela de N.ª Sr.ª do Amparo (nova)</p> <p>Mandada edificar em 1978 pelo casal Joaquim Reis de Freitas e Maria Manuela Marques Moreira de Freitas, em acção de graças à Sr.ª do Amparo. O terreno foi cedido por Rosa Marinha Alves da Rocha. O projecto é do arquitecto Alfredo Moreira da</p>

Silva.

Capela de S. Lázaro

Origem medieval associada ao Hospital de Leprosos. A sua estrutura associa-se às construções religiosas que se encontravam nas vias de peregrinação (Caminho de Santiago) em cujo alpendre os devotos descansavam das suas longas caminhadas. Foi mandada remodelar em 1623. Nos anos 60 do séc. XX foi restaurada.

Capela de S. Roque

Mandada edificar em 1599 por Filipe II, dedicada a S. Roque, para afastar a peste que grassava na aldeia. Nos anos 60 do séc. XX foi restaurada.

Casa da D. Albina

Casa agrícola de traça neoclássica, com r/c destinado a arrecadações agrícolas e o 1.º andar para habitação, construída em 1860.

Casa Rural

Casa agrícola granítica com portal rematado por um arco, que protege a entrada recuada. Datada de 1861 e bem restaurada.

CCA – Centro Cultural de Alfena

Escola primária de tipologia clássica. Mandada edificar pelo Comandante Manuel Martins de Matos, em memória de sua filha Idalina, representada no busto que se encontra sobre a porta principal. Foi inaugurada a 27 de Junho de 1927. A Câmara Municipal de Valongo adaptou-a a Centro Cultural de Alfena, que inaugurou a 30 de Julho de 1999, com espaço de leitura, exposições e lazer.

Igreja Matriz

Arquitetura religiosa modernista, característica dos anos 60. Foi concebida pelo arquitecto Alfredo Moreira da Silva e executada entre 1964 e 1968. Orago: S. Vicente.

Ponte de S. Lázaro

Ponte granítica de origem romana e com ampliações medievais e modernas. Encontrava-se inserida na via de ligação Porto-Guimarães, sobre o rio Leça. Composta por dois arcos de volta perfeita, um maior e outro mais pequeno, tabuleiro em cavalete com protecções laterais. Está classificada como Imóvel de Valor Concelhio desde 1977. Foi restaurada pela CMV em 1994.

Ponte dos Sete Arcos

Ponte granítica constituída por 7 arcos desiguais, 127m de extensão e 27m de altura máxima. Sobre ela passa a linha-férrea do Douro. Foi inaugurada a 28 de Julho de 1875.

Portal da Quinta das Telheiras

Propriedade agrícola murada com portal monumental brasonado e capela de N^a Sr.^a da Piedade. A sua edificação data de meados do séc. XVIII e tem características barrocas na sua concepção.

Elementos Turísticos de Valongo, freguesia Campo

Alminhas do Padre Américo

Edificadas em 1959, em memória do Padre Américo, no local onde se deu o acidente que o vitimou.

Aqueduto e Ponte dos Arcos

Este aqueduto construído para o transporte de água para os férteis terrenos envolventes, associa a esta função a de passagem de peões e veículos. A sua origem é obscura, mas levaram-se a cabo reparações no séc. XIX.

Capela de N^a Sr.^a da Encarnação

Capela de grande simplicidade formal, rectangular, nave única e nártex frontal, coberta por telhado de duas águas, rematado no ponto mais alto por duas cruces graníticas.

Tem coro alto e o tecto é revestido a madeira pintada de uma só cor com uma cruz ao centro. Possui torre sineira. O adro é lajeado a lousa e é circundada por um muro com portões de ferro. Pertenceu às freiras do extinto convento da Ave-Maria no Porto e a sua origem remonta ao séc. XVI. Sofreu muitas obras de restauro ao longo dos séculos.

Capela de S. João Baptista

Capela de grande simplicidade formal, rectangular, nave única coberta por telhado de duas águas, rematado no vértice por uma cruz. Possui pequeno campanário com sino assente na base do telhado, do lado esquerdo. Foi construída por vontade do povo nos anos 50 do séc. XX. Na fachada tem num nicho a imagem do seu santo padroeiro.

Capela de S. João da Azenha

Capela particular de traça neoclássica do séc. XVII. Possui planta longitudinal, uma única nave e capela-mor mais estreita. A fachada encontra-se revestida a azulejos industriais recentes de padrão monocromático azul, que se repetem no interior em forma de silhar, associado à madeira e ao reboco branco. Possui vários elementos em talha dourada. Foi alvo de vários restauros ao longo dos tempos.

Centro Cultural / Museu da Lousa

Foi inaugurado a 27 de Outubro de 2001 e é composto por: área museológica; um pólo de biblioteca com secção infantil e de adultos; dois auditórios, um interior e outro ao ar livre, onde decorrem várias actividades, desde o teatro às variedades, passando pela música e pelo cinema.

A área museológica ganha corpo em três casas de média dimensão, construídas segundo as técnicas tradicionais do trabalho em ardósia, assim como o muro envolvente.

Cruzeiro dos Moirais

Cruzeiro granítico assente numa base quadrangular apoiada num degrau. Cruz simples com extremidades rematadas em forma de pirâmide. Aparecem vestígios de uma

inscrição ilegível. A data provável de construção situa-se entre os sécs. XVII e XVIII.

Empresa das Lousas de Valongo

Edifício típico da arquitectura industrial de finais do séc. XIX, de raiz britânica. Executado com recurso a blocos de ardósia de várias dimensões que contrastam vivamente com as portadas e janelas vermelhas. O corpo central onde se procedia à transformação dos blocos extraídos da mina era ladeado por dois corpos mais elevados onde funcionavam os serviços administrativos.

Igreja Matriz

Possui planta rectangular de uma só nave, coberta por um telhado de duas águas. Torre sineira com relógio implantado do lado direito. Exteriormente é revestido a azulejo branco com ornamentação figurativa azul com motivos religiosos. O tecto é pintado, os altares são em talha dourada e existem painéis incompletos de azulejo figurativo azul e branco, que representam cenas bíblicas. Embora o actual edifício seja de 1904, integra aspectos construtivos desde o período medieval. Orago: S. Martinho.

Núcleo Museológico da Panificação

É um espaço que possui instrumentos que retractam bem uma das indústrias mais importantes de Valongo: a panificação e o fabrico de biscoitos. Aberto desde 21 de Março de 2005, está instalado no moinho de Ponte Ferreira. Alberga um conjunto de instrumentos, fotografias e esquemas que descrevem o ciclo da panificação, desde o amanho da terra até ao fabrico do pão e do biscoito. Pode-se proceder à identificação dos principais cereais e descobrir os seus sucedâneos, perceber o processo de moagem e acompanhar o trabalho do padeiro nas suas diversas fases, até ao produto final. Dispõe de Serviços Educativos que realizam visitas guiadas e organizam Oficinas, sob marcação prévia no Museu Municipal de Valongo.

Núcleo Rural da Corredoura

Conjunto habitacional rural, muito heterogéneo. As paredes dos edifícios são feitas em xisto ferroso escacilhado, conseguindo-se um belo efeito cromático e de textura. Conta

a tradição popular que numa delas terá pernoitado o rei Filipe de Espanha/Portugal no séc. XVI.

Ponte da Milhária

Ponte típica da arquitectura do ferro, com tabuleiro metálico sustentado por 4 pilares. Este conjunto é continuado para ambos os lados por estruturas graníticas que descrevem arcos de volta perfeita de tamanho desigual, porque se adaptam às irregularidades do terreno. A construção data dos anos 20 do mesmo século.

Ponte de Luriz

Ponte granítica de origem romana, com reconstrução medieval. Possui tabuleiro em cavalete que assenta sobre 3 arcos desiguais, dois de volta perfeita e o do centro ogival. Possui um talhamar triangular entre os dois arcos maiores e tem guardas de cantaria. Há uma pequena escada que permite o acesso ao leito do rio. Na tradição popular é conhecida como Ponte da Morte, embora se desconheça o motivo de tal designação. O caminho que sobre ela passava ia de Valongo a Penafiel.

Ponte Ferreira, Alminhas e Casa da Portagem

Ponte granítica de origem medieval. Possui tabuleiro plano que assenta sobre 3 arcos apontados de igual dimensão, separados por talhamares triangulares e guardas de cantaria. Integrava-se na antiga via Porto-Amarante. Possui Casa da Portagem e Alminhas. A sua importância deve-se ao facto de neste local se ter travado uma batalha entre liberais e miguelistas a 23 de Julho de 1832.

Parque Municipal

Inaugurado a 15 de Julho de 2000, foi uma mais valia para a integração paisagística da Ponte Ferreira, Casa da Portagem, Alminhas e Núcleo Museológico da Panificação, além de ser um excelente local de lazer para os visitantes deste local.

Elementos Turísticos de Valongo, freguesia Ermesinde

Capela de S. Silvestre

Capela granítica, com uma única nave e alpendre anteposto à fachada principal, assente em 3 arcos de volta perfeita. É referenciada em 1625 no Catálogo dos Bispos do Porto e no seu lintel consta a data de 1711. Aí se venera S. Silvestre, advogado da fome, da peste e da guerra, festejado a 31 de Dezembro.

Capela do Sr. dos Aflitos e núcleo rural

Insere-se num núcleo agrícola bem desenvolvido com 5 casas dignas de registo pelas suas características, datadas de 1910 a 1945. Este núcleo desenvolveu-se a partir da cultura intensiva de milho graúdo. Capela de planta longitudinal e nave única, coberta por um telhado de duas águas. Fachada coberta com azulejo azul e branco de padronagem. A cobertura é rematada por uma cruz central e dois pináculos piramidais lateralizados. Nos anos 60 foi ampliada e ganhou uma sacristia, além de outras alterações de menor monta.

Casa Acastelada

Torreão de dois pisos, de fachadas de pedra à vista, encimado por merlões como remates. A fachada Sul tem um relógio de sol. Pertenceu à família Marques de Sousa. A sua construção data de 1915.

Colégio de St.^a Joana

Edifício de gosto eclético. Pertencia ao juiz conselheiro Magalhães. Em 1934 foi adquirido pela Superiora Geral da congregação das Irmãs Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Passou o colégio de Tui para Ermesinde, por causa da Guerra Civil Espanhola. Pertenceu à família Sá da Bandeira.

Cruzeiro da Igreja Matriz

Assenta numa base quadrangular de 4 degraus de granito de tamanho decrescente. A base é um paralelepípedo com motivos vegetais nas quatro faces, sobre a qual nasce uma coluna compósita de fuste canelado. O capitel de gosto coríntio, sustenta uma esfera e uma cruz como remate. Deverá ter sido executado no séc. XVIII, ao gosto barroco para se harmonizar com a antiga igreja e foi incluído na série dos cruzeiros do

centenário em 1940, com a colocação de uma placa comemorativa do evento.

Cruzeiro de S. Silvestre

Assenta numa base quadrangular de 3 degraus de granito de tamanho decrescente. Coluna de granito de fuste liso, rematado por um capitel jónico, rematado por uma cruz. Deverá ter sido executado no séc. XVIII.

Cruzeiro do Centenário

Assenta numa base redonda de 2 degraus redondos de granito de tamanho decrescente. A base em forma de paralelepípedo apresenta em cada uma das faces, símbolos nacionais de vitória sobre o inimigo. Sobre ela ergue-se uma coluna torsa, encimada por um cubo com os símbolos nacionais e a Cruz de Cristo. Foi edificado no âmbito da comemoração dos Centenários em 1940, pela Junta de Freguesia.

Fábrica Têxtil de Sá

Mandada construir por Manuel Pinto de Azevedo e Amadeu Vilar. Disponibilizava uma série de benefícios aos trabalhadores como refeitório, cooperativa, entre outros. As grandes naves terminam em fachadas de volumetrias geométricas, hoje muito arruinadas.

Fórum Cultural / Parque Urbano Dr. Fernando Melo

O Parque Urbano instalou-se numa antiga área degradada, pertencente à designada Fábrica da Telha e é composto por área verde, instalações de restauração, um lago e o Fórum Cultural, tendo sido inaugurado a 11 de Julho de 1998.

O Fórum Cultural de Ermesinde nasceu da “Fábrica da Telha” como era vulgarmente designada, e foi inaugurado a 18 de Maio de 2001. A fábrica foi fundada e iniciou a sua actividade em 1910 sob a designação de Empresa Industrial de Ermesinde, dedicando-se ao fabrico da telha tipo marselha e tijolo vulgar. Nos anos 20 atingiu grande prosperidade. Esta actividade foi crescendo e novos parceiros foram associados dando origem a um excelente exemplo da arquitectura industrial do início do século.

Igreja do Bom Pastor

Construída entre 14 Julho 1957 a 21 de Abril de 1966.

Foi consagrada ao Divino Coração em cumprimento de um voto da Irmã Maria do Divino Coração, beatificada a 1 de Novembro de 1975.

Igreja de St.^a Rita e Convento da Formiga

O conjunto encontra-se integrado na antiga Quinta da Mão Poderosa que foi doada por Francisco da Silva Guimarães e sua mulher à Congregação dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho. Comprado por José Joaquim Pinto da Silva. Na década seguinte funcionou como Colégio da Formiga. E cerca de 20 anos mais tarde foi ter à posse de José Joaquim Ribeiro Teles. Entre os anos 70 e 90 funcionou como Colégio do Dr. Cosgaya, passando depois para Colégio da Congregação do Espírito Santo. O seu director, o Pe. Kaufmann, conseguiu anexar a igreja, que era propriedade do Estado e criou um seminário destinado a formar missionários para as ex-colónias portuguesas, em 1895. Com a implantação da república tornou-se um Internato e depois Colégio de Ermesinde, convento, dos doadores poderem ser aí sepultados assim como os seus descendentes e serem rezadas duas missas por dia pela sua alma. Em 1747, o rei D. João V impõe que o convento deveria servir para um Colégio de Missões e registam-se várias doações da rainha Mariana Vitória a este empreendimento, em virtude do seu confessor Frei António da Anunciação ser o responsável pela construção.

Entre 1832/34 serviu de hospital de sangue para as tropas miguelistas.

Igreja Matriz

Veio substituir a igreja matriz antiga, demolida em 1968 e foi inaugurada em 1981 por D. António Ferreira Gomes. Feita em betão armado, obedece a uma estética moderna, tanto no exterior como no interior. Orago: S. Lourenço.

Moinho da Travagem

Moinho de 6 mós e grande canal de encaminhamento de água, data de 1802. Este moinho era conhecido como o moinho do Panelas e com a construção de um muro eram aí represadas as águas do rio Leça, servindo o espaço de piscina de aprendizagem

e local de competições desportivas de natação até aos anos 60 do séc. XX.

Vila Beatriz

Mandada construir por Amadeu Vilar dentro de um gosto eclético, possui as características da “casa portuguesa” de anos 20, tendo sido enriquecida por painéis de azulejos azuis e brancos da fábrica Aleluia de Aveiro. Pertenceu posteriormente ao industrial Luís Soares. Foi readaptada a Centro Sócio-Cultural e Piscina Municipal inauguradas a 19 Novembro de 1989, tendo sofrido melhorias e acrescentos em 2005.

Palacete do Mesquita

Construção de 1920 com características ecléticas de gosto abrandado.

Ponte da Travagem

Construída para linha do Minho, foi inaugurada em 21 de Maio de 1875, esta ponte constitui um belo exemplo das esplêndidas obras do século XIX.

Quinta da Formiga

Extensa propriedade agrícola que remonta aos primeiros anos do séc. XVIII, onde se cultivavam cereais e fruta. O seu proprietário Francisco S. Guimarães doou parte dela para a construção do convento e igreja.

Elementos Turísticos de Valongo, freguesia Sobrado

Alminhas do Caminho Novo

Datadas de 1734, são de grande importância religiosa e um ponto de referência obrigatória na Bugiada.

Capela de N^a Sr.^a das Necessidades e Núcleo Rural envolvente

Núcleo rural muito bem conservado, com casas de lavoura de grande dimensão e com elementos decorativos muito interessantes, como nichos e alminhas de grande variedade, dos sécs. XVIII e XIX. A Capela de N^a Sr.^a das Necessidades data de 1868 e

faz festa à sua padroeira no 1.º domingo de Setembro.

Casa do Visconde do Paço

Mandada edificar por um brasileiro de torna viagem, tem traços característicos deste conceito: grande dimensão, aspectos apalaçados, grande desenvolvimento do jardim, cobertura em soletos e brasão.

Centro Cultural

Idealizado de raiz, é um espaço moderno, exclusivamente dedicado às actividades culturais. Possui uma sala polivalente/auditório; uma sala de actividades e um pólo da biblioteca central, com duas secções, uma infantil e outra para adultos.

Ermida e Cruzeiro de S. José

Pequena construção religiosa dedicada a S. José, edificada por 10 cristãos devotos de N.ª Sr.ª das Necessidades, acompanhada por cruzeiro granítico, de inícios do séc. XX.

Fábrica, Ponte e Capela da Balsa

Fábrica têxtil com as características da construção em arquitectura do ferro do séc. XIX, ligada à transformação do algodão. Existe uma capela fundada em 1800 para permitir o culto aos trabalhadores e moradores do lugar da Balsa. A ponte granítica, de arco abatido foi feita a expensas da fábrica.

Largo do Passal, Igreja Matriz e Casa Paroquial

Igreja de características barrocas seiscentistas. Estrutura granítica, revestida a azulejo de padronagem azul e branco. A torre sineira foi construída em 1874. Interior com talha dourada e azulejo decorativo do séc. XVII. Orago: Stº André. O passal desta igreja tinha uma série de elementos escultóricos dignos de monta, de que se destaca um fontanário granítico barroco. Este local é palco de algumas das cenas mais significativas da Bugiada. A Casa foi residência da família Pampelona.

Núcleo Rural do Lugar da Costa

Conjunto de casario em xisto, inserido num meio agrícola de pequena propriedade rural, do séc., XIX, encastrado na encosta de uma elevação de terreno de grande harmonia.

Núcleo Rural do Lugar de Ferreira

Conjunto de casario em xisto, inserido num meio agrícola de pequena propriedade rural, onde se inclui um moinho. Séc. XIX e XX.

Ponte da Pinguela

Ponte de características rurais onde se destaca a baixa altitude do tabuleiro assente em arcos de volta inteira e que deve ser de origem tardo-medieval (séc. XVI).

Ponte de Santo André

De origem medieval, conserva os traços característicos da época (séc. XIII e XIV) dos quais se destaca o tabuleiro arqueado e os arcos desiguais de volta perfeita.

Ponte do Açude e Aqueduto

Ponte granítica de tabuleiro plano assente em três arcos de volta perfeita, iguais. A base dos arcos assenta num parapeito nos pegões. O seu pavimento encontra-se lajeado e a montante tem guardas em cantaria. Estrutura autoportante. O espaço do tabuleiro a jusante foi acrescido de um caleiro de água. Para isso foi necessário o alargamento dos arcos.

Elementos Turísticos de Valongo, freguesia Valongo

Capela Antiga do Susão

Datado de séc. XVIII, com planta rectangular, nave única granítica, telhado de duas águas com cruz no vértice. Galilé cobre a porta principal, muro e portão com gradeamento. Torre sineira. Serve de capela mortuária.

Capela de N^a Sr.^a da Hora

Diz a tradição popular que foi a primeira igreja de Valongo.

Planta rectangular, paredes graníticas caiadas. Nave única, coberta por telhado de duas águas, com cruz no vértice e pináculos nos extremos. Sino centrado sobre a porta.

Na fachada principal abre-se a porta de acesso, havendo outra na fachada lateral, com um nicho onde se insere a imagem de N^a Sr.^a da Hora, protegida por uma grade de ferro e vidro.

Capela de N^a Sr.^a da Luz / das Neves

Planta rectangular, nave única. Fachada simples rematada por um frontão triangular. Revestida a azulejo industrial verde, rectangular. No eixo do corpo central dois degraus dão acesso à porta que é encimada por uma janela. O frontão triangular é rematado no vértice por uma cruz e por pináculos cónicos de ambos os lados. Do lado esquerdo um pequeno pano de parede é encimado por um arco de volta inteira granítico que alberga um sino.

Capela de N^a Sr.^a dos Chãos

Mandada erigir por Tomé António, mareante, como pagamento de promessa à Virgem Maria, por escapar a uma tempestade de alto mar. A própria senhora teria indicado o local enviando uma pomba ao local. Edificada em 1625. Planta rectangular, nave única, telhado de duas águas com cruz e pináculos. Estrutura granítica caiada. Fachada principal tem ao centro porta com janela vidrada, que é ladeada por duas janelas. Átrio com cruzeiro.

Capela de N. Sr. do Calvário / da Restauração

João Monteiro da Maia prometeu construir uma ermida se Valongo não fosse muito afectada pela Invasões Francesas, no lugar do Calvário, onde existiam três cruzeiros.

Planta rectangular, nave única, telhado de duas águas com cruz no vértice e pináculos nos extremos. Estrutura granítica com panos azulejados a amarelo. Fachada principal tem ao centro a porta, encimada por um sino. Imagem de N^a Sr.^a de Fátima colocada no

exterior num pequeno santuário vidrado.

Capela do Senhor dos Passos

O seu fundador foi João Vieira de Mesquita, natural de Fânzeres, em 1710. Desconfiado da infidelidade da mulher trouxe-a descalça e sob tormentos desde Fânzeres até a uma quinta que tinha na zona do Moinho do Ouro, onde a encerrou. Mais tarde vendo que errara e como manifestação de arrependimento instituiu a Confraria dos Santos Passos, onde se fez enterrar em 1729.

Estrutura granítica, fachada revestida a azulejo. Cobertura com telhado de duas águas. No vértice há uma cruz e dois pináculos, um em cada ponta. Planta rectangular, nave única. Tem sacristia e coro. Serviu de igreja paroquial, enquanto durou a construção da mesma.

Capela de S. Bartolomeu

Planta rectangular, nave única, telhado de duas águas com cruz no vértice. Estrutura granítica caiada. Púlpito de pedra exterior do lado esquerdo. Na parede nascente, junto há base encontra-se uma ara romana.

Capela de S. Sabino

Dedicada ao protector dos deficientes. Foi bispo de Sevilha até 304. Deceparam-lhe as mãos por ter retirado o corpo de St.^a Justa do com os restos mortais de sua irmã St.^a Rufina, e sepultou-as no cemitério cristão.

Planta rectangular, nave única, telhado de duas águas com cruz no vértice. Fachada principal com porta, ladeada à esquerda por abertura para caixa de esmolas e à direita por placa Esta capela foi edificada no séc. XI, restaurada e ampliada em 1870 e reconstruída em 1998.

Capela de St.^a Justa

Planta rectangular, nave única, telhado de duas águas, rematados por pináculos boleados. Fachada principal com nártex de onde nasce a torre sineira quadrangular,

coberta por telhado piramidal, encimado por esfera e cruz. Quatro pináculos rematam os cantos da base protegida por um gradeamento de ferro.

Na fachada há porta central ladeada por duas frestas. A torre assenta em colunas dóricas e nela abre-se uma fresta e as aberturas para os sinos. A fachada é coberta por azulejos amarelos e as paredes laterais caiadas.

Capela Nova do Susão

Planta rectangular, nave única, telhado de duas águas irregular com cruz no vértice. Torre sineira quadrangular coberta por telhado piramidal, do lado esquerdo do edifício. Fachada principal com porta encimada por óculo com vitral em forma de cruz de Cristo.

Casa do Anjo

Casa de habitação construída no séc. XVIII, com r/c e 1.º andar. A fachada voltada para a rua apresenta porta larga e janela, ao nível do pavimento, encimada por varanda com gradeamento de ferro suportado por mísulas figurando cabeças e com acesso por duas portas ladeando uma imagem do Anjo S. Miguel. Remata a fachada uma cornija ricamente trabalhada. No interior destaca-se uma sala no 1.º andar com tecto de masseira e uma fonte lavabo. Típica construção burguesa.

Centro de Interpretação Ambiental (CIA)

Inaugurado em Maio de 2004, dedica-se à promoção do património natural e cultural da Serra de Santa Justa e Pias. Esta área natural é um local excepcionalmente apto para a aprendizagem e experimentação de diversas matérias *in situ*, tendo sido criados 3 percursos pedestres que nos permitem observar diferentes realidades. A Serra de Santa Justa e Pias possui uma vasta diversidade paisagística a nível ambiental e cultural, podendo observar-se diversas particularidades geológicas, botânicas, zoológicas e culturais, as quais fundamentaram a sua classificação como Sítio Rede Natura 2000.

Cruzeiro do Padrão

Cruzeiro com cerca de 7m de altura, assenta sobre um estrado recente quadrangular. É

constituído por uma coluna monolítica de granito, com capitel a imitar o coríntio, sobrepujada por uma esfera sobre volutas barrocas. Encima o conjunto um Cristo na cruz. Tem na base a figura de St. António e a seguinte inscrição: “Bendito e Louvado Seja o Santíssimo Sacramento da Eucaristia”.

Obs.: Enquadramento urbano, na estrada que ligava o Porto a Penafiel e continuava para Trás-os-Montes, onde esta se alarga num passeio ajardinado, enquadrado por casas dos sécs. XVIII, XIX e XX.

Cruzeiro do Sr. do Cantinho

Fazia parte da via-sacra para as capelas de N^a Sr.^a dos Chãos e de St.^a Justa.

Eixo Antigo

Constituído pelas seguintes ruas: Alves Saldanha, Padrão, S. Mamede, Sousa Paupério e Dias de Oliveira, assim como as escadas do Saldanha, o fontanário do Padrão, a Capela de N^a Sr.^a da Luz, a antiga Casa do Município, hoje Museu Municipal, Igreja Matriz, Capela do Sr. dos Passos, e os cruzeiros do Escoural e do Cantinho.

Escola André Gaspar

Confluência da Rua André Gaspar e Rua Pe. Miguel Paupério do Vale

Mandada construir por André Gaspar para proporcionar educação às crianças do Susão.

Escola do Conde Ferreira

Placa da frontaria com a data de 24 de Março de 1866, data da morte do benemérito.

A Câmara Municipal de Valongo aceitou o legado do Conde de Ferreira a 20 de Novembro de 1866.

Confirmada em Reunião de Câmara de 25 de Setembro de 1867, em que a autarquia se compromete a cumprir as condições, cláusulas e obrigações constantes na circular enviada pelos testamentários. Hoje é centro de convívio para a 3.^a idade.

Fojo das Pombas

Situa-se na Serra de Santa Justa e é uma enorme cavidade criada pelo homem decorrente da pesquisa aurífera, muito significativa na época romana. Escavações nos anos 60 do séc. XX trouxeram à luz do dia objectos de uso quotidiano em argila e bronze.

Igreja Matriz

Foi construída no local em que se encontrava a antiga, demolida por estar arruinada decorreu a celebração da Missa Nova e em 1837 a Sacristia serviu de palco à 1.^a reunião camarária. Portaria do governo que autoriza a sua construção assinada por D. João VI, e data de 1793. Concorreram para a sua edificação as freiras do Convento da Avé Maria do Porto, por serem as padroeiras desta freguesia, com a quantia de 12.000\$00. Foi imposto um tributo de 5 reis sob cada alqueire (antigo) de trigo e de 1 real por cada quartilho de vinho e azeite ou arratel de carne. Tal era a movimentação destes bens que acabou por ser enorme em 1809 foi Quartel para os Invasores Franceses. Em 1823 relação ao local em que se inseria.

Largo do Túmulo

Conjunto devocional de 9 cruzeiros, símbolo da Via Sacra a que se associa um túmulo medieval.

Museu Municipal e Arquivo Histórico

Encontra-se instalado num edifício mandado construir por Bernardo Martins da Nova, nos inícios do séc. XIX, ao qual foi acrescentada a capela de S. Bruno em 1825.

Em 1836, com a elevação de Valongo a Concelho, nele foi instalada a sede da Câmara, no ano seguinte, sendo transferida para as actuais instalações, em 1989.

Pelo seu valor histórico e arquitectónico nasce a ideia de proceder à sua remodelação, de modo a torná-lo apto para a instalação do Museu Municipal que veio a acontecer a 1 de Junho de 2001, como museu de história local.

Fonte: CM Valongo <http://www.cm-valongo.pt/conhecer-valongo/posto-de-turismo/>

<i>Subprograma 1 – Promoção da Competitividade</i>	
Medida 1.1 Inovação e Desenvolvimento Empresarial	
<ul style="list-style-type: none">• Acção: Modernização e Capacitação das Empresas• Acção: Investimentos de Pequena Dimensão• Acção: Instalação de Jovens Agricultores	
Medida 1.2 Redimensionamento e Cooperação Empresarial	
Medida 1.3 Promoção da Competitividade Florestal	
<ul style="list-style-type: none">• Acção: Melhoria Produtiva dos Povoamentos• Acção: Gestão Multifuncional• Acção: Modernização e Capacitação das Empresas Florestais	
Medida 1.4 Valorização da Produção de Qualidade	
<ul style="list-style-type: none">• Acção: Apoio aos Regimes de Qualidade• Acção: Informação e Promoção de Produtos de Qualidade	
Medida 1.5 Instrumentos Financeiros e de Gestão de Risco e de Crises	
<ul style="list-style-type: none">• Acção: Instrumentos Financeiros• Acção: Restabelecimento do Potencial Produtivo	
Medida 1.6 Regadios e Outras Infra-estruturas Colectivas	
<ul style="list-style-type: none">• Acção: Desenvolvimento do Regadio• Acção: Regadio de Alqueva	

- **Acção:** Sustentabilidade dos Regadios Públicos
- **Acção:** Modernização dos Regadios Colectivos Tradicionais
- **Acção:** Projectos Estruturantes

Medida 1.7 Cumprimento de Novas Normas Obrigatórias

Subprograma 2 – Gestão Sustentável do Espaço Rural

Medida 2.1 Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas

- **Acção:** Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura
- **Acção:** Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura

Medida 2.2 Valorização de Modos de Produção

- **Acção:** Alteração de Modos de Produção Agrícola
- **Acção:** Protecção da Biodiversidade Doméstica
- **Acção:** Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos
- **Acção:** Conservação do Solo

Medida 2.3 Gestão do Espaço Florestal e Agro-Florestal

- **Acção:** Minimização dos Riscos
- **Acção:** Ordenamento e Recuperação de Povoamentos
- **Acção:** Valorização Ambiental dos Espaços Florestais

Medida 2.4 Intervenções Territoriais Integradas

- **Acção:** Apoio à Gestão das ITI

- **Acção:** Programas de Gestão para ITI
- **Acção:** ITI Douro Vinhateiro
- **Acção:** ITI Peneda-Gerês
- **Acção:** ITI Montesinho-Nogueira
- **Acção:** ITI Douro Internacional
- **Acção:** ITI Serra da Estrela
- **Acção:** ITI Tejo Internacional
- **Acção:** ITI Serras de Aires e Candeeiros
- **Acção:** ITI Castro Verde
- **Acção:** ITI Costa Sudoeste
- **Acção:** ITI Monchique

Subprograma 3 – Dinamização das Zonas Rurais

Medida 3.1 Diversificação da Economia e Criação de Emprego

- **Acção:** Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola
- **Acção:** Criação e Desenvolvimento de Microempresas
- **Acção:** Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer

Medida 3.2 Melhoria da Qualidade de Vida

- **Acção:** Conservação e Valorização do Património Rural
- **Acção:** Serviços Básicos para a População Rural

Medida 3.3 Implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento

Medida 3.4 Cooperação LEADER para o Desenvolvimento

- **Acção:** Cooperação Interterritorial
- **Acção:** Cooperação Transnacional

Medida 3.5 Funcionamento dos GAL, Aquisição de Competências e Animação

Medida 3.6 Implantação de redes de Banda Larga de Nova Geração, em Zonas Rurais

Subprograma 4 – Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências

Medida 4.1 Cooperação para a Inovação

Medida 4.2 Informação e Formação Especializada

- **Acção:** Formação Especializada
- **Acção:** Redes Temáticas de Informação e Divulgação

Medida 4.3 Serviços de Apoio ao Desenvolvimento

- **Acção:** Serviços de Aconselhamento Agrícola
- **Acção:** Serviços de Apoio às Empresas

Diversificação Actividades Agrícolas com enquadramento no PRODER

Actividades de Caça

Actividades de Pesca

Actividades Pedagógicas, de Recreação e Lazer

Agro-Turismo
Alojamento Turístico de Pequena Escala
Animação Turística
Apicultura
Apoio à Infância
Apoio a Novos Residentes
Certificação da Gestão Florestal
Contacto com a Natureza
Cortiça
Defesa da Floresta Contra Incêndios
Florestação
Cogumelos, Ervas Aromáticas, Condimentares e Medicinais e Frutos Silvestres
Gestão Florestal Pós Incêndio
Manutenção de Paisagens Florestais
Materiais de Base
Microempresas - Estratégias de Desenvolvimento Local
Parques de Campismo
Parques de Recolha
Património Rural
Protecção da Rede Hidrográfica

Turismo de Natureza
Turismo Temático
Transformação e Comercialização de Bens
Serviços Sociais
Reconversão de Povoamentos